



# RELATÓRIO DE GESTÃO EXERCÍCIO 2017

## **SFB**

SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO

---

## Lista de siglas e abreviações

AC - Acre  
ACT – Acordo de Cooperação Técnica  
AECI - Assessor Especial de Controle Interno  
AL – Alagoas  
AM – Amazonas  
ANA – Agência Nacional de Águas  
ANS – Acordo de Nível de Serviço  
AP - Amapá  
APA – Área de Proteção Ambiental  
APP - Área de Preservação Permanente  
ASCOM – Assessoria de Comunicação  
ATER - Assistência Técnica e Extensão Rural  
BA - Bahia  
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento  
BNDES - Banco Nacional do Desenvolvimento  
BRA - Brasil  
BSC – Balanced Scorecard  
CAFIR - Cadastro de Imóveis Rurais  
CapCAR - Curso de Capacitação para o Cadastro Ambiental Rural  
CAR – Cadastro Ambiental Rural  
CCONT – Coordenação de Contabilidade do MMA  
CDFS - Centro de Desenvolvimento Florestal Sustentável  
CE – Ceará  
CEAD – Centro de Ensino a distância da Universidade Federal de Lavras  
CEF – Caixa Econômica Federal  
CENAFLO - Centro Nacional de Apoio ao Manejo Florestal  
Cerflor – Certificação Florestal  
CFDD - Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos  
CGFLOP - Comissão de Gestão de Florestas Públicas  
CGU – Controladoria Geral da União  
CMA – Comissão de Meio Ambiente do Senado Federal  
CNAE - Classificação Nacional de Atividades Econômicas  
CNFP – Cadastro Nacional de Florestas Públicas  
CNI – Confederação Nacional de Indústrias  
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica  
CODEVASF - Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba  
COGEST – Coordenação de Orçamento e Gestão Estratégica do SFB  
CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento  
CONAMA - Conselho Nacional do Meio Ambiente  
CONAQ - Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas  
COP - Conferência das Partes da Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima  
CPF – Cadastro de Pessoa Física  
CRA - Cota de Reserva Ambiental  
CRAD - Centro de Recuperação de Áreas Degradadas  
CSF - Conservação Estratégica  
DAF – Diretoria de Administração e Finanças  
DAS - Direção e Assessoramento Superior  
DCF – Diretoria de Cadastro e Fomento Florestal  
DCM – Diretoria de Concessão Florestal e Monitoramento

---

DEFRA – UK - Department for Environment, Food & Rural Affairs of United Kingdom  
DETEX - Detecção da Exploração Seletiva de Madeira  
DF – Distrito Federal  
DFS – Distrito Florestal Sustentável  
DOF - Documento de Origem Florestal  
DOU – Diário Oficial da União  
DPI – Diretoria de Pesquisa e Informações  
EAD – Educação à Distância  
EAP – Estrutura Analítica de Projeto  
EGTI - Estratégia Geral de Tecnologia da Informação  
EMBRAPA - Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
ENAP – Escola Nacional de Administração Pública  
e-Ouv - Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal  
ES – Espírito Santo  
ESAF - Escola de Administração Fazendária  
FAO - Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura  
FBDS - Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável  
FDD - Fundo de Defesa de Direitos Difusos  
FEPAM - Fundação Estadual de Proteção Ambiental - RS  
FIP - Fundo de Investimento em Participações  
FLONA - Floresta Nacional  
FNDF – Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal  
FNMA - Fundo Nacional do Meio Ambiente  
FRA - Forest Resources Assessment  
FRM - Fundação Roberto Marinho  
FSA/CEF - Fundo Socioambiental da CAIXA Econômica Federal  
FSC - Forest Stewardship Council  
FUB - Fundação Universidade de Brasília  
FUNAI - Fundação Nacional do Índio  
FUNCATE - Fundação de apoio para projetos de pesquisa de ciência e tecnologia espacial  
FUNTAC - Fundação de Tecnologia do Estado do Acre  
FUNTEC - Fundação de Tecnologia Florestal e Geoprocessamento  
GAB – Gabinete do SFB  
GDF – Governo do Distrito Federal  
GEAL – Gerência Executiva de Administração e Logística  
GECAF - Gerência Executiva de Cadastro de Florestas  
GECOF - Gerência Executiva de Concessões Florestais  
GEFLOC - Gerência Executiva de Florestas Comunitárias  
GEINF – Gerência Executiva de Informações Florestais  
GEMAF - Gerência Executiva de Monitoramento e Auditoria Florestal  
GESFIN – Gerência Executiva de Gestão Estratégica e Finanças  
GETI – Gerência Executiva de Tecnologia da Informação  
GIZ - Agências de implementação da cooperação alemã para o desenvolvimento  
GO - Goiás  
GPPC - Gestão de pessoas por competências  
GSIPR - Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República  
GT – Grupo de Trabalho  
GTT - Grupo de Trabalho Técnico  
IAP - Instituto Ambiental do Paraná  
Ibá - Indústria Brasileira de Árvores  
IBAMA - Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis  
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

---

IBRAM - Instituto Brasília Ambiental  
ICMBio – Instituto Chico Mendes de Biodiversidade  
ICRAF - World Agroforestry Centre  
IEF – Instituto Estadual de Florestas  
IFAC - Instituto Federal do Acre  
IFAM - Instituto Federal do Amazonas  
IFN – Inventário Florestal Nacional  
IFRO - Instituto Federal de Rondônia  
IFT - Instituto Florestal Tropical  
IMA - Instituto do Meio Ambiente de Alagoas  
IN – Instrução Normativa  
INCRA - Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
INEA - Instituto Estadual do Ambiente do RJ  
INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia  
INPE - Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais  
IP - Internet protocol  
IPAAM - Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas  
ISA - Instituto Socioambiental  
ITTO - International Tropical Timber Organization  
IUFRO - International Union of Forest Research Organizations  
JFSQ - Joint Forest Sector Questionnaire  
KFW - Banco de Fomento da Republica Federal da Alemanha  
LAI – Lei de Acesso à Informação  
LOA – Lei Orçamentária Anual  
LPF – Laboratório de Pesquisa Florestal  
MA – Maranhão  
MAPA - Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento  
MCASP - Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público  
MCTIC - Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações  
MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário  
MDF - Medium Density Fiberboard  
MDIC - Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços  
MDS – Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome  
MEC - Ministério da Educação  
MF – Ministério da Fazenda  
MFC – Manejo Florestal Comunitário  
MFCF - Manejo Florestal e Comunitário  
MJ – Ministério da Justiça  
MMA – Ministério do Meio Ambiente  
MOODLE - Modular Object-Oriented Dynamic Learning Environment  
MPOG – Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão  
MS – Mato Grosso do Sul  
MT – Mato Grosso  
MTE – Ministério do Trabalho e Emprego  
NBCASP - Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público  
NBCT - NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE  
OBS - Observação  
OEMA - Órgãos Estaduais de Meio Ambiente  
OIMT – Organização Internacional de Madeira Tropical  
ONG - Organização não Governamental  
ONU – Organização das Nações Unidas  
OS – Ordem de Serviço

---

OSB - Oriented Strand Board/ Painel de Tiras de Madeira Orientadas  
OTCA - Organização do Tratado de Cooperação Amazônica  
PA - Pará  
PAAR - Plano Anual de Aplicação Regionalizada  
PAOF – Plano Anual de Outorga Florestal  
PB – Paraíba  
PCPR – Prestação de Contas da Presidência da República  
PCT – Povos e Comunidades Tradicionais  
PDTI – Plano Diretor de Tecnologia da Informação  
PE - Pernambuco  
PI - Piauí  
PIF - Programa de Investimento Florestal  
PLS - Plano de gestão de logística sustentável  
PMFCF - Programa Federal de Manejo Florestal e Comunitário PMFS  
PMFS - Plano de Manejo Florestal Sustentável  
PMR - Partnership for Market Readiness  
PMUC - Plano de Manejo da Unidade de Conservação  
PNGF - Portal Nacional da Gestão Florestal  
PNHR - Programa Nacional de Habitação Rural  
PO – Plano Orçamentário  
PPA – Plano Plurianual  
PR - Paraná  
PRA – Programas de Regularização Ambiental  
PROCOF - Programa de Incentivo aos Concessionários Florestais  
PSA - Pagamento por serviços ambientais  
RAP – Restos a pagar  
REDD+ - Redução do Desmatamento e Degradação Florestal, mais manejo florestal sustentável  
REDEMAP - Rede Meio Ambiente Patrimônio  
RESEX - Reserva Extrativista  
RF – Receita Federal  
RH – Recursos Humanos  
RIT - Repositório de Informações Técnicas  
RJ – Rio de Janeiro  
RL - Reserva Legal  
RN – Rio Grande do Norte  
RO - Rondônia  
RR - Roraima  
RS – Rio Grande do Sul  
SC – Santa Catarina  
SCA - Sistema de Controle de Acessos  
SCC - Sistema de Cadeia de Custódia do SFB  
SCEN - Setor de Clubes Esportivos Norte  
SE – Sergipe  
SEAB/PA - Secretaria da Agricultura e Abastecimento  
SECIMA – Secretaria de Meio Ambiente, Recursos Hídricos, Infraestrutura, Cidades e Assuntos Metropolitanos do Goiás.  
SECOM - Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República  
SEDAM - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental  
SEDR - Secretaria de Extrativismo e Desenvolvimento Rural Sustentável do MMA  
SEGTH/DF - Secretaria de Estado de Gestão do Território e Habitação  
SEI - Sistema Eletrônico de Informações  
SEMA - Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos

---

SEMACE - Superintendência Estadual do Meio Ambiente do CE  
SEMARH - Secretaria de Estado do Meio Ambiente e dos Recursos Hídricos  
SFB – Serviço Florestal Brasileiro  
SGC – Sistema de Gestão de Contratos do SFB  
SIADS - Sistema Integrado de Administração de Serviços  
SIAFI - Sistema Integrado de Administração Financeira  
SIC - Serviço de Informações ao Cidadão  
SICAR - Sistema de Cadastro Ambiental Rural  
SIGAD - Sistema de Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos  
SIGEF - Sistema de Gestão Fundiária  
SINIMA - Sistema Nacional de Informação sobre Meio Ambiente  
SIOPI – Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento  
SIORG - Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal  
SIPAM - Sistema de Proteção da Amazônia  
SISNAMA - Sistema Nacional do Meio Ambiente  
SISP - Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação  
SISPLAN – Sistema de Planejamento do SFB  
SISPP - Sistema Nacional de Parcelas Permanentes  
SLTI/MPOG – Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão  
SNIF – Sistema Nacional de Informações Florestais  
SNUC - Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza  
SOF - Secretaria de Orçamento de Federal  
SP – São Paulo  
SPF – Solicitação de Pagamento Financeiro  
SPOA/MMA – Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração do MMA  
SPU - Secretaria de Patrimônio da União  
SRP – Sistema de Registro de Preços  
STN – Secretaria do Tesouro Nacional  
SWOT - Strengths (Forças), Weaknesses (Fraquezas), Opportunities (Oportunidades) e Threats (Ameaças)  
TCU - Tribunal de Contas da União  
TDR – Termo de Referência  
TI – Tecnologia da Informação  
TIC - Tecnologias da Informação e Comunicação  
TO - Tocantins  
TRD – Termo de Recebimento Definitivo  
TRP - Termo de Recebimento Provisório  
UC – Unidade de Conservação  
UFG - Universidade Federal de Goiás  
UFLA - Universidade Federal de Lavras  
UFMG - Universidade Federal de Minas Gerais  
UFOPA - Universidade Federal do Oeste do Pará  
UFPA - Universidade Federal do Pará  
UFT - Universidade Federal do Tocantins  
UJ – Unidade Jurisdicionada  
UMF – Unidade de Manejo Florestal  
UnB – Universidade de Brasília  
UNFF - Relatório voluntário para fornecer subsídios às reuniões do Fórum das Nações Unidas sobre Florestas  
URBR163 – Unidade Regional BR 163  
URNE – Unidade Regional Nordeste

---

URPM – Unidade Regional Purus-Madeira  
URs – Unidades Regionais  
URSUL – Unidade Regional Sul  
USP - Universidade de São Paulo  
UST – Unidades de Serviço Técnico  
UTF - Unilateral Trust Fund  
WWF - World Wildlife Fund

---

## Lista de tabelas, quadros, gráficos e figuras

Figura 1 - Mapa Estratégico do SFB.....	105
Tabela 1 - Volume total transportado.....	22
Tabela 2-Valores contemplados pelo PROCOP em 2017 .....	23
Tabela 3 - Valores depositados: .....	37
Tabela 4 - Empregos gerados pelas concessões florestais federais no ano de 2016.....	38
Tabela 5 - Valores repassados - Indicador Social .....	39
Tabela 6 .....	66
Tabela 7 - Demandas Totais Recebidas (2016 - 2017) .....	87
Tabela 8 - Situação das Demandas em 31.12.2017.....	88
Tabela 9 - – Unidades envolvidas (interna e externa)*.....	88
Tabela 10 - Tempo de resposta às demandas típicas da Ouvidoria (2016 e 2017)* .....	89
Tabela 11 - Matriz SWOT do SFB.....	104
<b>Gráfico 1 - Acesso ao Site do SFB - 2017 .....</b>	<b>52</b>
<b>Gráfico 2 - Temas - Solicitações Imprensa - 2017 .....</b>	<b>53</b>
<b>Gráfico 3 - Seguidores Mídias Sociais - 2017 .....</b>	<b>54</b>

---

## Sumário

<b>1- Apresentação</b> .....	10
<b>2- Visão geral da Unidade Prestadora de Contas</b> .....	11
2.1- Identificação da unidade.....	11
2.2- Finalidade e competências institucionais .....	13
2.3- Ambiente de atuação .....	14
<b>3- Planejamento organizacional e resultados</b> .....	22
3.1- Resultados da gestão e dos objetivos estratégicos.....	22
3.2- Informações sobre a gestão.....	44
3.3- Estágio de implementação do planejamento estratégico .....	104
<b>4- Governança, gestão de riscos e controles internos</b> .....	110
4.1- Descrição das Estruturas de governança .....	110
4.2- Gestão de riscos e controles internos.....	112
<b>5- Áreas especiais da gestão</b> .....	113
5.1- Gestão ambiental e sustentabilidade .....	113
<b>6- Relacionamento com a sociedade</b> .....	114
6.1- Canais de acesso do cidadão.....	114
6.2- Carta de serviços ao cidadão.....	114
6.3- Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários .....	115
6.4- Mecanismos de transparência sobre a atuação da unidade .....	115
<b>7- Desempenho financeiro e Informações contábeis</b> .....	117
7.1- Desempenho financeiro do exercício.....	117
7.2- Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos .....	119
7.3- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas.....	119
<b>8- Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle</b> .....	138
8.1- Tratamento de deliberações do TCU .....	138
8.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno .....	139
8.3- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993.....	139
<b>9- Anexos e apêndices</b> .....	141
9.1- Quadro de demandas da CGU.....	141

---

# 1- Apresentação

Este relatório foi elaborado com base nas Normas gerais da prestação de contas anual do TCU (Resolução TCU Nº 234/210, Resolução TCU Nº 244/2011, Instrução Normativa TCU Nº 63/2010 e Instrução Normativa do TCU Nº 72/2013) e com base nas Normas específicas das contas de 2017 (Decisão Normativa TCU 161/2017, Decisão Normativa TCU 163/2017 e Portaria TCU 65/2018).

O Relatório está estruturado em nove itens, quais sejam: Apresentação, Visão Geral da Unidade Prestadora de Contas, Planejamento organizacional e resultados, Governança gestão de riscos e controles internos, Áreas Especiais da Gestão, Relacionamento com a Sociedade, Desempenho financeiro e informações contábeis, Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle e Anexo e apêndices.

As informações que não se aplicam a unidade prestadora de contas foram apontadas conforme surgiram ao longo do presente relatório. Ademais, informações julgadas importantes foram colocadas nos Anexos.

Os resultados mais significativos da unidade estão abordados ao longo da sessão 3, que apresenta os objetivos da instituição e seus indicadores, bem como a evolução do Planejamento Estratégico do órgão.

Entre os destaques do ano de 2017 estão o avanço da agenda do Inventário Florestal Nacional, cujos números, ainda que aquém da meta, são bastante significativos; a capacitação em atividades florestais, que alcançou números muito superiores às metas propostas, devido às diversas parcerias implementadas ao longo do ano para a realização de cursos de capacitação; e ao cadastramento dos imóveis rurais no SICAR, que ultrapassou o número de imóveis passíveis de cadastro previsto inicialmente.

Ademais, merece destaque a execução financeira do órgão, que alcançou índices superiores às metas propostas em todos os seus indicadores. Isso se deve ao esforço institucional realizado para executar tanto o orçamento da União quanto os recursos provenientes de doações e empréstimos externos. Ainda, em 2017, houve a aprovação do Regimento Interno do SFB, por meio Resolução nº 37/2017, de 07 de julho de 2017, publicado no DOU de 17 de julho de 2017, nº 135, Seção 1, página 60. Demonstra-se, com isso, uma busca de definição de responsabilidades e de melhoria nos processos gerenciais.

## 2- Visão geral da Unidade Prestadora de Contas

### 2.1- Identificação da unidade

Sugere-se que este item não ultrapasse o tamanho de 2 páginas.

## SFB

### Serviço Florestal Brasileiro

Poder e órgão de vinculação		
Poder: Executivo		
Órgão de vinculação: Ministério do Meio Ambiente	Código SIORG: 44102	
Identificação da Unidade Prestadora de Contas		
Natureza jurídica: Órgão	CNPJ: 37.115.375/008-83	
Principal atividade: Regulação, controle, definição de política e coordenação do meio ambiente	Código CNAE: 8412-4	
Código SIORG: 44102	Código LOA: 44102	Código SIAFI: 44102
Contatos		
Telefones/fax: 61 2028- 7258/ 7274		
Endereço postal: Serviço Florestal Brasileiro, SCEN, Trecho 2, Bl. H, 70818-900 - Brasília - DF		
Endereço eletrônico: <a href="mailto:info@florestal.gov.br">info@florestal.gov.br</a>		
Página na internet: <a href="http://www.florestal.gov.br">www.florestal.gov.br</a>		

Unidades gestoras relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Nome	SIAFI	Nome	SIAFI
Serviço Florestal Brasileiro	440075	Projeto FIP/BID – INF Cerrado	440115
Setorial Orçamentária Financeira – SFB	Prog. e 440088	Projeto FIP/BID – IFN Cerrado Exterior	440118
Subsecretaria Planejamento, Orçamento e Administração SPOA/MMA	de 440001	KFW – Serviço Florestal Brasileiro	440110
KFW – Serviço Florestal Brasileiro	440112	Fundo Amazônia – Serviço Florestal Brasileiro	40114
ITTO – Organização Internacional de Mad. Tropical	OIMT/ 440056	FNDF – Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal	440094
Projeto Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais do Bioma Cerrado	FIP/CAR - 440119	Projeto FIP/CAR - Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais do Bioma Cerrado - Exterior	440120

### Identificação dos administradores

<b>Cargo</b>	<b>Nome</b>	<b>CPF</b>	<b>Período de gestão</b>
Diretor-Geral	Raimundo Deusdará Filho	152.129.713-49	25/03/2015 – até o momento
Diretor de Concessão Florestal e Monitoramento	Marcus Vinícius da Silva Alves	308.107.281-68	19/05/2010 – até o momento
Diretor de Pesquisa e Informações Florestais	Joberto Veloso de Freitas	150.262.992-53	19/08/2011 – até o momento
Diretor de Fomento e Inclusão	Carlos Eduardo Portella Sturm	037.227.557-51	09/06/2015 – até o momento
Diretor de Administração e Finanças	Samir Jorge Murad	206.638.383-04	20/06/2016 – 05/04/2018
<b>Substitutos</b>			
Substituto - Diretor Geral	Angelo Ramalho	352.012.234-00	24/06/2016 – até o momento.
Substituto - Diretor de Concessão Florestal e Monitoramento	José Humberto Chaves	970.422.006-59	06/03/2012 – até o momento.
Substituto - Diretor de Pesquisa e Informações Florestais	Cláudia Maria Mello Rosa	261.786.211-91	23/12/2015 – até o momento
Substituto - Diretor de Fomento e Inclusão	Pedro de Almeida Salles	890.961001-82	01/10/2015 – 23/02/2017
Substituta - Diretor de Fomento e Inclusão	Janaína de Almeida Rocha	006.316.065-05	24/02/2017 – até o momento.
Substituto - Diretor de Administração e Finanças	Ivana Colvara de Sousa	340.061.336-34	08/06/2016 – até o momento.

## 2.2- Finalidade e competências institucionais

*Sugere-se que este item não ultrapasse o tamanho de 2 páginas.*

Missão	Visão de futuro	Valores
Promover o conhecimento, o uso sustentável e a ampliação da cobertura florestal, tornando a agenda florestal estratégica para a economia do país.	Ser o órgão de excelência na gestão de florestas no Brasil.	<p>Transparência: disponibilizar e comunicar informações, decisões, ações e resultados de forma acessível, frequente e clara aos seus servidores e à sociedade.</p> <p>Comprometimento: agir com dedicação, proatividade e engajamento.</p> <p>Inteligência institucional: utilizar plenamente o conhecimento consolidado, buscar o aprendizado contínuo, inovar em práticas de gestão pública, respeitar a diversidade de opiniões e valorizar a equipe e as interações organizacionais.</p> <p>Valorização dos conhecimentos tradicionais: reconhecer e valorizar as potencialidades, as tradições e as culturas locais.</p> <p>Participação social e cooperação: promover oportunidades de interação e ampla participação norteadas pelo interesse público.</p>

Normas da UJ	
Norma	Endereço para acesso
Lei Nº 11.284/2006	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11284.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11284.htm</a>
Decreto 6.063/2007	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6063.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6063.htm</a>
Decreto 6.101/2007	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6101.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6101.htm</a>
Lei Nº 12.651, de 25 de maio de 2012.	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12651.htm</a>
Decreto Nº 7.830, de 17 de outubro de 2012	<a href="http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7830.htm">http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7830.htm</a>
Resolução SFB nº 37/2017, de 07 de julho de 2017	<a href="http://www.florestal.gov.br/resolucoes-sfb/3061-regimento-interno-do-sfb-resolucao-37-de-07-07-2017">http://www.florestal.gov.br/resolucoes-sfb/3061-regimento-interno-do-sfb-resolucao-37-de-07-07-2017</a>
Outros documentos	Endereço para acesso
Mapa estratégico	Ainda não está disponíveis em ambiente virtual
Planejamento estratégico	Ainda não está disponíveis em ambiente virtual
Indicadores de desempenho utilizados na gestão	Ainda não está disponíveis em ambiente virtual
Organograma	<a href="http://www.florestal.gov.br/institucional/97-acesso-a-informacao/institucional/213-organograma">www.florestal.gov.br/institucional/97-acesso-a-informacao/institucional/213-organograma</a>

---

## 2.3- Ambiente de atuação

### 2.3.1- Ambiente de atuação da unidade

O Serviço Florestal Brasileiro (SFB), criado pela Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006, é o órgão gestor das florestas públicas federais. O SFB compõe a estrutura do Ministério do Meio Ambiente (MMA), sendo um órgão colegiado, com autonomia administrativa e financeira conferidas por Contrato de Gestão e de Desempenho (art. 67, Lei 11.284/06).

A Lei de criação do Serviço Florestal estabeleceu para a instituição uma série de competências, entre elas:

- Gerir as florestas públicas federais;
- Disciplinar, operacionalizar e gerir as concessões florestais;
- Realizar o Inventário Florestal Nacional (IFN);
- Gerir o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF);
- Elaborar o Plano Anual de Outorga Florestal (PAOF);
- Gerenciar o Cadastro Nacional de Florestas Públicas (CNFP);
- Apoiar a criação e a gestão de programas de treinamento, capacitação, pesquisa e assistência técnica para a implementação de atividades florestais;
- Promover o desenvolvimento das atividades de base florestal;
- Criar e manter o Sistema Nacional de Informações Florestais (SNIF);
- Apoiar e realizar pesquisas florestais.

Adicionalmente ao seu escopo de atuação previsto em Lei, em 2014, novas atribuições foram designadas pelo MMA ao SFB, destacando-se principalmente a implementação da Lei nº 12.605/2012 (Código Florestal) e seus instrumentos, como o Cadastro Ambiental Rural (CAR). A agenda de implementação do novo Código, em especial o Cadastro Ambiental Rural, configura-se como uma oportunidade para a política florestal e também um grande desafio para a agenda, dada a complexidade e os arranjos institucionais necessários para sua efetividade. A partir das novas atribuições delegadas ao SFB, seu quadro de competências passou a incluir:

- gerir o Sistema de Cadastro Ambiental Rural – SiCAR;
- coordenar, no âmbito federal, a implantação do Cadastro Ambiental Rural - CAR junto às unidades da Federação, visando à adequação e à regularização ambiental de imóveis rurais;
- promover a implantação dos Programas de Regularização Ambiental – PRAs;
- coordenar a implantação e articular o funcionamento dos Centros de Recuperação de Áreas Degradadas - CRADs, em consonância com os Programas de Regularização Ambiental - PRAs e de centros de produção e distribuição de sementes e mudas, em consonância com o Programa Mais Ambiente Brasil;
- Gerenciar a emissão, o registro, e a comercialização das Cotas de Reserva Ambiental - CRAs.

Dessa forma, o Serviço Florestal Brasileiro, instituição reconhecida pela implementação de uma agenda florestal positiva no país, e tida como ponto focal para a interlocução com o setor florestal, possui atualmente um quadro amplo de competências e atribuições, as quais demonstram o comprometimento e o reforço da política florestal no Brasil.

Durante o ano de 2017, as ações do órgão continuaram concentradas em suas quatro principais agendas, quais sejam, o Cadastro Ambiental Rural, o Manejo Florestal Comunitário, as Concessões Florestais e o Inventário Florestal Nacional.

---

No que diz respeito ao Cadastro Ambiental Rural, como parte dos trabalhos envolvendo a implantação do SICAR, no âmbito da cooperação técnica junto aos OEMAs, foram realizadas e promovidas atividades de capacitação para usuários dos diferentes módulos do SICAR. Estas capacitações ampliaram seu escopo de conteúdo incorporando orientações e atividades práticas direcionadas às novas funcionalidades dos módulos já disponibilizados, bem como aos novos módulos do SICAR, em especial de análise, central do proprietário/possuidor, gestão de acesso, monitoramento e relatórios.

Até 31 de dezembro de 2017 constavam declarados no SICAR cerca de 4,5 milhões de imóveis rurais referentes a mais de 420 milhões de ha, perfazendo mais de 100% da área passível de ser cadastrada (estimada com base no censo agropecuário de 2006), sendo que deste total cerca de 234 milhões de ha pertencem à imóveis rurais que requisitaram adesão ao PRA no ato da inscrição, e cuja área consolidada a recuperar em áreas de preservação permanente - APP e Reserva Legal - RL totalizou, aproximadamente, 2,88 milhões de hectares sendo 1,12 mi ha em APP e 1,76 mi ha em Reserva Legal.

No âmbito do apoio ao público de detentores de imóveis rurais até 4 (quatro) módulos fiscais e povos e comunidades tradicionais, foram empreendidos esforços da Diretoria Cadastro e Fomento Florestal, no que se refere à contratação de inscrição no cadastro ambiental rural, instalação de balcões de atendimento para o CAR e PRA, e estruturação de projetos de cooperação internacional para suporte técnico aos agricultores na inscrição e elaboração de propostas simplificadas de adesão ao PRA, e aos OEMAs na análise e validação.

Por sua vez, no que diz respeito ao Manejo Florestal Comunitário, no âmbito das ações via Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), durante o ano de 2017, foram apoiadas 31 iniciativas de manejo florestal comunitário empreendida mediante oferta de assistência técnica e extensão rural em projetos de assentamentos da reforma agrária, em 14 municípios, no estado do Ceará.

Durante o ano de 2017, foram realizadas atividades estruturantes para a implementação das ações do CDFS BR 163 e das Unidades de Referência e Transferência de Tecnologias em Recomposição da Vegetação Nativa, nos estados do Pará, Rondônia e Mato Grosso, bem como foi dado início às ações de implementação de um Programa de Formação Continuada e produção de material técnico sobre o tema. Da mesma forma, foram mantidas as ações em andamento do Programa Arboretum.

Quanto ao Inventário Florestal Nacional, até 2017, uma área correspondente a aproximadamente 214 milhões de hectares (6.140 pontos de amostragem) já foi inventariada. No ano de 2017 foi inventariada uma área aproximada de 56 milhões de hectares (1.454 pontos de amostragem), distribuídos pelos Biomas Caatinga (22 milhões de hectares), Cerrado (27 milhões de hectares), Mata Atlântica (6 milhões de hectares) e Amazônia (1,3 milhões de hectares).

No que concerne às concessões florestais, em que pese não ter sido possível aumentar a área concedida em 2017, a implantação do programa de concessões florestais tem demonstrado, de maneira inequívoca, benefícios econômicos para a população e governos dos estados e municípios que abrigam as Unidades de Manejo Florestal (UMFs), governo federal, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMbio), Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) e para todos os setores produtivos envolvidos com a economia florestal.

Neste ponto, ressalta-se, como mudança significativa, a melhoria da qualidade de vida da população que vive no entorno das áreas sob concessão florestal, o estímulo à economia formal com produtos e serviços oriundos de florestas manejadas, além da criação de empregos formais e a geração de renda.

### **2.3.2-Atuação das Unidades Regionais nas Agendas Estratégicas do SFB:**

#### **Unidade Regional Sul**

##### **Descrição:**

A URSUL, cuja jurisdição abrange os estados do PR, SC, RS e SP, atua em parceria com instituições públicas federais, estaduais e municipais, bem como instituições privadas, desenvolvendo as seguintes atividades relacionadas à implantação das agendas estratégicas da região:

1. Atuação como gestor/fiscal nos projetos de recuperação de áreas de preservação permanente para produção de água;
2. Participação nas ações regionais relativas ao CAR e IFN;
3. Apoio ao ICMBio nas FLONAS da Região Sul;
4. Representação do SFB nos fóruns locais, além da atuação nos Conselhos Consultivos das FLONAS da Região Sul e
5. Apoio à organização do Congresso Mundial das Florestas, a ser realizado em 2019, em Curitiba/PR, em parceria com a IUFRO (União Internacional das Organizações de Pesquisa Florestal).

##### **Adversidades**

- 1 - Falta de clareza das atribuições da URSUL
- 2 - Falta de integração entre as gerências (sede) e a URSUL
- 3 - Ausência de chefia na URSUL

##### **Formas de enfrentamento dos Riscos e Adversidades:**

Articulação de atividades com instituições parceiras para fortalecer a agenda positiva do SFB e do MMA.

#### **Unidade Regional Purus Madeira**

##### **Descrição:**

Criada em 19 de fevereiro de 2008, a Unidade Regional Purus Madeira – URPM - possui sede no município de Porto Velho – RO, e tem por objetivo representar o Serviço Florestal Brasileiro nos Estados de Rondônia, Acre e sudoeste do Amazonas, além de atuar no suporte e na execução direta das atividades das gerências executivas do SFB, bem como das demandas diversas da diretoria geral do órgão. A URPM realiza, precipuamente, articulação com as diversas instituições regionais governamentais e não governamentais com o intuito de promover o conhecimento, o uso sustentável, ampliação da cobertura florestal para fortalecer o desenvolvimento florestal sustentável na Amazônia, bem como buscar o ambiente de legalidade no entorno das concessões.

Com o interesse do MMA na criação de unidades de conservação federais em cerca de 4,5 milhões de hectares na região da BR-230, Transamazônica, que compreende o trecho entre o Projeto de Assentamento Matupi e a sede do município de Apuí/AM, a atuação da URPM deverá se estender àquela região: sudeste do Amazonas.

A URPM possui quatro servidores com lotação em Porto Velho, um servidor com lotação em Brasília, que chefia a Unidade Regional e um servidor requisitado do ICMBio. Em 2018 deverá ser negociado com a Secretaria de Patrimônio da União um imóvel para instalação de sua sede com recursos oriundos do projeto “Gestão Florestal para a Produção Sustentável na Amazônia”, de Cooperação com o Kreditanstalt für Wiederaufbau – KfW e executado em conjunto com o ICMBio.

A URPM é subordinada diretamente à diretoria geral do SFB.

As atividades desenvolvidas por esta URPM com foco na Sociedade, no Meio Ambiente e na Inteligência Institucional.

As atividades desenvolvidas por esta URPM com foco na Sociedade estão ancoradas em Ampliar e diversificar a oferta de produtos florestais e em Disponibilizar informações e produzir conhecimento sobre as florestas. A seguir são descritas as ações com foco Ampliar e diversificar a oferta de produtos florestais.

A URPM realiza o monitoramento presencial de quatro contratos de concessão florestal: dois contratos na Floresta Nacional do Jamari e dois na de Jacundá, conforme orientação e direcionamentos da Gerência Executiva de Monitoramento e Auditorias Florestais - GEMAF. Desta forma, levantando informações relevantes e constatando que os contratos de concessão estão sendo gerenciados de forma correta, fornecer garantias de que há a disponibilização de produtos florestais madeireiros sustentáveis para a sociedade.

---

No âmbito estadual, o SFB possui um Acordo de Cooperação Técnica – ACT – com a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, cujo extrato foi publicado no DOU nº 171 de 4 de setembro de 2013, com o objetivo de fortalecer a gestão ambiental no estado. Neste contexto, a URPM atua junto àquela Secretaria de forma a disponibilizar informações acerca de possíveis Concessões Florestais Estaduais e também desta forma, disponibilizar de produtos florestais madeireiros sustentáveis para a sociedade como fortalecer a atuação florestal estadual.

A atuação no apoio logístico na preparação e atuação no controle de qualidade das amostras do IFN em todo o país se presta a colaborar com as ações da Diretoria de Informações na disponibilização de informações relevantes para a elaboração de políticas públicas adequadas para a região.

O SFB acredita que com a ampliação da oferta de madeira e de outros produtos florestais por intermédio do manejo florestal sustentável, em especial as concessões florestais, contribuirá para a eliminação da exploração madeireira ilegal e para a redução da degradação florestal e do desmatamento. Por isto, as Unidades de Conservação de Uso Sustentável foram criadas na região de Apuí, na BR-230, Transamazônica. Esta URPM está preparada e motivada para colaborar na confecção dos documentos de gestão dessas UCs, bem como para os preparativos de futuras Concessões Florestais. Cerca de dois milhões de hectares deverão ser disponibilizados para o uso sustentável de suas florestas.

A partir do segundo semestre de cada ano a URPM realiza como rotina o monitoramento remoto das duas Florestas Nacionais sob concessão na área de atuação da URPM: do Jamari e de Jacundá, principalmente no entorno das Unidades de Manejo Florestal. A atividade é realizada por meio do sensoriamento remoto adotando a metodologia da Detecção da Exploração Seletiva de Madeira – DETEX, desenvolvido pelo INPE. Os relatórios gerados serviram para informar a Gerencia Executiva de Monitoramento e Auditorias, bom como ao ICMBio. O monitoramento já está sendo ampliado para as áreas de interesse futuro do SFB na região.

A URPM realiza, precipuamente, articulação com as diversas instituições regionais governamentais e não governamentais com o intuito de promover o conhecimento, o uso sustentável, ampliação da cobertura florestal para fortalecer o desenvolvimento florestal sustentável na Amazônia, bem como buscar o ambiente de legalidade no entorno das concessões mantendo parceira com o ICMBio, o Ibama, a Polícia Federal, o Ministério Público Federal, o Ministério Público Estadual, a Secretaria de Estado de Desenvolvimento Ambiental – SEDAM, o Batalhão de Polícia Ambiental.

A atuação na agenda estratégica “Ampliar e diversificar a oferta de produtos florestais” possui reflexo direto para a orientação, retroalimentação, (re) direcionamento das ações do SFB, principalmente no que se refere às ações das gerencias executivas com informações e dados primários da atuação desta URPM, bem como no Inventário Florestal Nacional, Cadastro Ambiental Rural, pesquisas e estudos realizados pelo Laboratório de Produtos Florestais, além de estudos econômicos e do mercado madeireiro. Desta forma, o próprio Serviço Florestal é um dos maiores consumidores das informações produzidas sobre o conhecimento sobre as florestas.

Eventos comemorativos de Semana do Meio Ambiente no município de Porto Velho, de Semana Acadêmica na Universidade Federal de Rondônia, Faculdade de Rondônia, que possuem curso de Engenharia Florestal e Engenharia Ambiental, no Instituto Federal de Rondônia, bem como eventos dos órgãos e entidades não governamentais parceiros demandam a participação desta Unidade Regional para tratar da temática florestal e da atuação do SFB na oportunidade em que esta URPM disponibiliza e compartilha informações sobre as florestas, bem como informa os formatos que a produção deste conhecimento é disponibilizado para a sociedade, seja ele pelo próprio site ou por materiais específicos, como livros, folders.

As atividades desenvolvidas por esta URPM com foco no Meio Ambiente estão ancoradas basicamente em ações de manejo florestal sustentável, gerando trabalho e renda.

O manejo florestal tem papel fundamental na geração de renda para as comunidades rurais, ao mesmo tempo em que alia o uso eficiente e racional das florestas ao desenvolvimento sustentável local, regional e nacional. Entre as áreas de atuação, destacam-se: as concessões florestais, a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico em manejo florestal; assistência técnica, capacitação e extensão florestal. Na área de atuação da URPM as iniciativas comunitárias para o manejo florestal não são fortemente apresentadas, com a exceção do estado do Acre, contudo sem um maior protagonismo pela Gerencia Executiva de Florestas Comunitárias naquele estado.

A participação da URPM se dá no âmbito da Gerencia Executiva de Concessões Florestais – GECOF - na representação do SFB nos sete Conselhos Consultivos das Florestas Nacionais – Flona - na área de atuação da Unidade: Flona do Jamari, Flona de Jacundá, Flona de Humaitá, Flona de Balata Tufari, Flona do Jatuarana, Flona do Macauã e Flona de São Francisco. A atuação nos Conselhos Consultivos trata de assuntos

relacionados às Concessões Florestais como da possibilidade de realização do manejo florestal não madeireiro pelas comunidades que se utilizam dessas áreas, conforme preconizam as legislações pertinentes.

As atividades desenvolvidas por esta URPM com foco na Inteligência Institucional estão ancoradas basicamente na Eficiência Operacional, com destaque para se estabelecer e aprimorar os processos institucionais; apoiar a implementação do modelo de gestão de pessoas baseado na gestão por competência; bem como promover e incentivar a capacitação técnica e administrativa de seus servidores.

A URPM realizou a fiscalização direta de 13 contratos administrativos. De forma proativa, a UR busca orientação e solução para alguns procedimentos junto com a Gerencia Executiva de Administração e Logística – GEAL. Desta cooperação alguns procedimentos são aprimorados, como por exemplo, a Ficha de Check List para contratos administrativos criada pela URPM em 2012 e aprimorada pela Gerencia Executiva de Estratégia e Finanças - GESFIN - em 2015.

Com o mesmo intuito, algumas rotinas operacionais para o monitoramento dos Contratos de Concessão florestal foram desenvolvidas e aprimoradas com a atuação desta URPM. Em 2017, esta cooperação continuou.

A URPM é uma unidade descentralizada do SFB e ainda conta com a atuação do MMA para eventos de capacitação. Contudo, praticamente a totalidade dos esforços de capacitação do MMA não chega à nossa Unidade. Como também são raros os eventos em que o SFB promove beneficiando os servidores descentralizados.

Por isto, a URPM buscou atuar junto com a Escola Nacional da Administração Pública – ENAP – com apoio do Instituto Federal de Rondônia – IFRO para a participação em cursos ministrados pelo IFRO. Da mesma forma, a chefia da unidade incentiva a realização de diversos cursos na modalidade de Ensino a Distância - EaD – em diversas plataformas como ENAP, SOF, Senado Federal, ANA, UFLA, de forma a que todos os servidores da URPM busquem conhecimentos tanto de caráter de desenvolvimento do perfil de servidor público quanto para adquirir competências necessárias para o desenvolvimento das atividades pertinentes ao cargo. Assim, os servidores são envolvidos em atividades conforme o seu perfil profissional, expertise, afinidade e competência.

A chefia da unidade também incentiva o desenvolvimento dos analistas em cursos em nível de especialização e de mestrado.

#### **Adversidades**

As adversidades encontradas na fiscalização de contratos administrativos ou relacionados ao gerenciamento da Unidade Regional são tratadas com presteza pelas gerencias executivas deste SFB e saneadas ou direcionadas para o sua resolução de forma clara e rápida, em sua maioria.

Com a redução das reuniões presenciais, das Unidades Regionais com as gerencias executivas, bem como com o conselho diretivo do órgão, a atuação frente ao direcionamento das agendas estratégicas ficou aquém dos anos anteriores. A atuação próxima às gerencias também não foi facilitada pelo sistema de comunicação adotado pelo SFB em substituição às reuniões presenciais. O sistema de comunicação é falho. Com isto, as reuniões bilaterais, as palestras realizadas na sede do SFB, bem como treinamentos e capacitações não puderam ser transmitidos em tempo real. A solução encontrada, gravar algumas apresentações e as disponibilizar na plataforma Biosfera, impede a interação e a possibilidade de dirimir dúvidas com o palestrante em tempo real, o que dificulta o aprendizado.

Como exposto na Agenda Estratégica com foco na EFICIÊNCIA OPERACIONAL, os treinamentos fornecidos e possibilitados à equipe da URPM são raros e os treinamentos presenciais junto com os demais servidores do SFB inexistente.

O fluxo de informação com as Unidades Regionais adotado é insuficiente e falho. As informações são disponibilizadas pela plataforma Biosfera, pelo site do SFB, pelos canais de mídia social, isto implica em dizer que as informações não tratam de estratégias, direcionamentos técnicos ou institucionais a ser adotado pelos servidores, muito importantes para unificar posturas de suas Unidades Regionais, Gerencias Executivas e chefias de Centros Especializados.

Acreditava-se que após a oficialização do Regimento Interno do Serviço Florestal Brasileiro e a definição dos papéis das instâncias internas do SFB, estas iniciariam um diálogo colaborativo entre as gerências executivas, Cenafloor, LPF e Unidades Regionais. Contudo, esta Unidade Regional não possui capacidade de fazer nenhuma análise de melhoria significativa quando comparada aos três anos anteriores.

#### **Formas de enfrentamento dos Riscos e Adversidades:**

A chefia da Unidade Regional determina que todos os seus servidores tenham um contato direto com os demais servidores das gerências executivas e centros especializados do SFB para que desta forma, possa dirimir as adversidades citadas acima, e como forma a adquirir conhecimento sobre as rotinas e procedimentos para realizar adequadamente as suas atividades. Adicionalmente, incentiva a realização de capacitações e treinamento pelo modelo EaD, bem como busca parceiras com a ENAP/ IFRO, SIPAM, ICMBio, Universidade Federal de Rondônia para treinamentos presenciais.

### **Unidade Regional do DFS da BR - 163**

#### **Descrição:**

A Unidade Regional – UR - do DFS da BR-163 foi criada em 2006 e está localizada na região oeste do Estado do Pará. No entanto, desde sua criação, a atuação UR-DFS-BR163, se expandiu e passou a atender todo o estado do Pará, o estado do Amapá e Parte do Estado do Amazonas, além de atuação técnica conforme demanda, em todo território amazônico.

No exercício de sua competência, a UR atende as demandas formuladas em consonância com as Diretorias e Gerências Executivas previstas no Planejamento Estratégico do Serviço Florestal Brasileiro, incluindo diversas atividades que subsidiam a implementação das ações que são de competência do órgão para efetivação da política florestal, especificamente, neste caso, no Distrito Florestal Sustentável da BR 163.

Portanto, cumprindo as suas funções, em 2017 a UR-DFS-BR-163 contribuiu significativamente no cumprimento da missão do Serviço Florestal Brasileiro realizando ações de:

- a) palestras em Manejo Florestal no âmbito das Concessões Florestais, que foram demandadas localmente por parceiros como o ICMBio e a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA);
- b) visitas a várias comunidades com o objetivo de prestar esclarecimento a essas comunidades a respeito do processo de Concessão Florestal, bem como sobre as técnicas Manejo Florestal de Impacto Reduzido e seus benefícios;
- c) realizou Estudos de Viabilidade Econômica, em conjunto com organizações comunitárias, cujo objetivo é permitir a realização de planos de manejo florestal sustentável em Reservas Extrativistas;
- d) participou ativamente na articulação e organização de Audiências Públicas para as Concessões Florestais;
- e) atuou diretamente no acompanhamento dos Contratos de Concessão Florestal;
- f) participou das Reuniões de Conselhos Consultivos de Florestas Nacionais e Conselhos Deliberativos das Reservas Extrativistas em sua área de atuação, contribuindo tecnicamente para a consecução dos objetivos das Ucs;
- g) participou ativamente no processo de aproximação política e técnica junto a populações indígenas, com o objetivo de criar um ambiente propício para o desempenho de atividades de uso sustentável dos recursos florestais;
- h) atuou de forma ativa na consecução de Planos de Trabalho como parte dos Acordos de Cooperação Técnica que o SFB mantém na Região, além da busca de novas parcerias e suas respectivas submissões para análise nas instâncias deliberativas do SFB;
- g) manteve de forma ativa as atividades administrativas para o estabelecimento de novos contratos administrativos, manutenção dos contratos existentes, além da renegociação de contratos já existentes, buscando a redução de custos;
- h) Mantém o incentivo constante para a capacitação do quadro técnico da Unidade Regional através de Pós Graduação e Cursos de Aperfeiçoamento técnico-administrativo;
- i) maior interação entre as equipes das Gerências Técnicas na Sede em Brasília, com a descentralização de atividades, deixando o corpo técnico da UR com maior poder de ação dentro dos processos internos;
- j) participação ativa da criação da Floresta Modelo Amazonas-Tapajós (FLOMAT), no âmbito da Rede Iberoamericana de Bosques Modelo, em Lima no Perú, com uma área de aproximadamente 40 mil km<sup>2</sup>, na qual exerce a função de Gerente, frente ao Grupo Gestor;
- k) participou de eventos para divulgação do Cadastro Ambiental Rural (CAR) e o Programa de Recuperação Ambiental (PRA) na região, onde atendeu Produtores Rurais, Estudantes, Movimento Social e Organizações Não Governamentais (ONG).

#### **Adversidades**

O ano de 2017 foi desafiador, no sentido das restrições orçamentárias, que refletiram diretamente na impossibilidade de ampliarmos nossa participação técnica e política na região e conseqüentemente, no cumprimento da missão do SFB.

1. falta de planejamento e consequente baixa execução técnica na área de Manejo Florestal para Comunidades;
2. fluxo de informações Sede-UR ainda precisando de melhorias;
3. algumas atividades da UR são pontuais e geradas por demanda eventual, especialmente no atendimento da grande demanda para o apoio ao Manejo Florestal para Comunidades;
4. ausência de planejamento anual integrado envolvendo a UR;
5. ausência de agenda e reuniões de planejamento em Brasília envolvendo as diversas áreas, gerando desencontro de informações;
6. pouca interlocução/orientação para garantir a oficialização de parcerias e/ou acordos com instituições de grande permeabilidade com o público alvo da região;
7. ações Judiciais, relacionadas às Concessões Florestais são gargalos extremos na ampliação do cumprimento da missão do SFB.

#### **Formas de enfrentamento dos Riscos e Adversidades:**

A manutenção de uma equipe coesa e focada na solução de problemas, através de conversas frequentes em grupo para socialização das demandas e/ou problemas, gera um ambiente colaborativo e profícuo, onde as virtudes dos servidores são potencializadas. Essa atitude, contribuiu para dar a atenção básica aos clientes do SFB, nos eixos onde a instituição ao longo de sua atuação gerou expectativas, como é o caso do Manejo Florestal para comunidades, onde claramente tivemos grande redução de atuação institucional.

Ao longo de 2017, especialmente após a oficialização do Regimento Interno e a definição dos papéis das instâncias internas do SFB, o diálogo colaborativo entre as gerências e algumas diretorias melhorou significativamente, principalmente na descentralização de atividades. Essa maior interação, propiciou reduzir as deficiências geradas pela falta de planejamento integrado.

A criação da Floresta Modelo Amazonas-Tapajós gerou um ambiente colaborativo que permitiu suprir tecnicamente algumas demandas dos clientes comunitários do SFB, sem a necessidade de formalização particular de cooperação. Além disso, trouxe o SFB com maior presença, ampliando o conhecimento de suas atribuições para o público em geral.

A atuação conjunta entre SFB e ICMBio, permitiu atuação junto às comunidades indígenas e entidades representativas, que permitiu aproximação e maior conhecimento do papel do SFB, do Manejo Florestal e das Concessões Florestais.

## **Unidade Regional Nordeste**

### **Descrição:**

A Unidade Regional Nordeste - URNE, com sede em Natal-RN, apoia as ações do SFB na Região Nordeste por meio da fiscalização e monitoramento de contratos administrativos, pela produção de informações sobre o setor florestal em nível regional, e, pela articulação com outras instituições (públicas ou privadas) que desenvolvam projetos e ações relacionados ao setor florestal.

Além da sede em Natal-RN a URNE possui uma Base Avançada, em Teixeira de Freitas-BA, que é responsável pela coordenação técnica do Programa Arboretum de restauração florestal.

Atividades desenvolvidas por Agenda Estratégica:

No que diz respeito ao manejo florestal comunitário a URNE prestou apoio às atividades promovidas pela Diretoria de Cadastro e Fomento e pelo FNDF, atuando na fiscalização de contratos de fomento ao manejo florestal comunitário na Caatinga, que beneficiaram 31 Projetos de Assentamentos no Estado do Ceará.

A URNE participa das ações de fomento à cadeia da restauração florestal e uso sustentável no Bioma Mata Atlântica, por meio da participação direta no Programa Arboretum, executando a Coordenação Técnica do programa, que realizou cursos de capacitação para coletores de sementes, estruturação de viveiros comunitários, e produção de mudas nativas.

Técnicos da URNE prestaram apoio à equipe da DPI/SFB durante a execução do Inventário Florestal Nacional, nos estados da Paraíba, Alagoas e Pernambuco, tendo participado de cursos de capacitação e do controle de qualidade da coleta de dados.

Os analistas ambientais da URNE realizaram a fiscalização de 5 projetos selecionados pelo Edital FNDF/SFB/MMA nº 01/2015 de apoio às inscrições de imóveis rurais da agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais no cadastro ambiental rural na região do semiárido. Através destes projetos, no ano de 2017, foram beneficiadas cerca de 20 mil famílias, em 146 municípios, nos estados de Alagoas, Pernambuco, Paraíba e Rio Grande do Norte

---

**Adversidades**

As principais adversidades encontradas são as restrições de gastos com diárias e passagens, necessários ao custeio de viagens para monitoria de contratos e trabalhos de campo, participação em eventos e reuniões institucionais entre a URNE e a sede.

Reduzida equipe técnica e ausência de pessoal administrativo na Base Avançada em Teixeira de Freitas-BA.

Dificuldade orçamentária para custeio e manutenção da sede da URNE.

**Formas de enfrentamento dos Riscos e Adversidades:**

Planejamento e coordenação das ações com a sede e parcerias com outros órgãos públicos.

## 3- Planejamento organizacional e resultados

### 3.1- Resultados da gestão e dos objetivos estratégicos

#### 3.1.1- Objetivo 1 - Ampliar e diversificar a oferta de produtos florestais

##### i. Descrição

<b>Descrição geral</b>	
O SFB buscará ampliar e diversificar a oferta de madeira e de outros produtos florestais por intermédio do manejo florestal sustentável, em especial as concessões florestais, contribuindo para a eliminação da exploração madeireira ilegal e para a redução da degradação florestal e do desmatamento.	
<b>Responsável</b>	Raimundo Deusdará Filho

##### ii. Análise

ii.a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no ano em relação ao exercício anterior.

Como avanço na oferta de produtos florestais, quando comparados os anos de 2016 e 2017, destaca-se a aprovação dos Planos de Manejo Florestal Sustentável (PMFS) da UMF I da Flona de Altamira, sob a responsabilidade da concessionária RRX Mineração e Serviços e da UMF III da Flona Caxiuanã, cujo concessionário é a Cemal Comércio Ecológico de Madeiras Ltda.

Desta forma, espera-se um incremento na produção de produtos madeireiros para 2018, por meio da concessão florestal, com impacto direto no cumprimento do objetivo “Ampliar e diversificar a oferta de produtos florestais”, dado que as operações na área contratada têm início após a aprovação do PMFS.

A tabela abaixo exibe o volume total transportado para fora das Unidades de Manejo Florestal pelos concessionários florestais e o valor total arrecadado no período de janeiro a dezembro de 2017.

Tabela 1 - Volume total transportado<sup>1</sup>

Flona	UMF	Empresa	Transportado (m3) <sup>1</sup>	Valor arrecadado (R\$) <sup>2</sup>
Jamari	I	Madeflona Industrial Madeireira Ltda.	7.940,47	953.933,83
	III	Amata S/A	20.797,11	240.532,05
<b>Total Jamari</b>			<b>28.737,58</b>	<b>1.194.465,88</b>
Saracá-Taquera	II	Ebata Produtos Florestais Ltda.	28.817,17	185.483,11

<sup>1</sup> O volume indicado na coluna “Transportado” é referente àquele transportado pelos concessionários no período de 01/01/2017 a 31/12/2017, de acordo com o Sistema de Cadeia de Custódia – SCC.

<sup>2</sup> Os valores indicados na coluna “Valor arrecadado” são referentes àqueles recolhidos em favor da União no período de 01/01/2017 a 31/12/2017, de acordo com o SISGRU.

<sup>3</sup> O concessionário não teve produção no ano de 2017.

<sup>4</sup> Concessionário aderiu ao Programa de Incentivo aos Concessionários Florestais (PROCOF), contemplando sua produção de 2017 na íntegra. A quarta parcela trimestral de 2017, não inclusa no programa, teve seu vencimento em janeiro de 2018.

	III	Golf Indústria, Com. e Export. Madeiras Ltda.	-	0,00
<b>Total Saracá-Taquera</b>			<b>28.817,17</b>	<b>185.483,11</b>
Jacundá	I	Madeflona Industrial Madeireira Ltda.	17.876,34	407.906,33
	II	Madeflona Industrial Madeireira Ltda.	8.946,20	188.538,87
<b>Total Jacundá</b>			<b>26.998,0772</b>	<b>596.445,20</b>
Saracá-Taquera Lote Sul	IA	Ebata Produtos Florestais Ltda.	17.858,56	559.564,91
	IB	Samise Indústria, Comércio e Exportação Ltda.	25.892,88	3.033.006,85
<b>Total Saracá-Taquera Lote Sul</b>			<b>43.751,44</b>	<b>3.592.571,76</b>
Altamira	I	RRX Mineração e Serviços Ltda.	0,0000	0,00 <sup>3</sup>
	II	RRX Mineração e Serviços Ltda.	17.149,55	0,00 <sup>4</sup>
	III	Patauá Florestal Ltda.	15,416,81	415.900,47
	IV	Patauá Florestal Ltda.	13.447,98	0,00
<b>Total Altamira</b>			<b>46.014,33</b>	<b>415.900,47</b>
<b>TOTAL</b>			<b>174.143,06</b>	<b>5.999.026,14</b>

Em 2017, percebe-se uma diminuição no valor arrecadado, apesar do aumento do volume transportado. Tal diminuição ocorreu, principalmente, em virtude do benefício proporcionado pelo Programa de Incentivo aos Concessionários Florestais (PROCOF), instituído em 2016, que possibilitou aos concessionários um período de carência de cerca de 12 meses para o pagamento das parcelas trimestrais com vencimento em 2017. Assim, em 2018 espera-se um considerável aumento da arrecadação oriunda das concessões florestais.

Na Tabela abaixo, observamos o montante contemplado pelo PROCOF, por Flona e concessionários.

Tabela 2-Valores contemplados pelo PROCOF em 2017

Flona	Concessionário	Montante Acumulado
Altamira	RRX - UMF II	<b>884.397,72</b>
	Patauá - UMF III	<b>769.389,68</b>
	Patauá - UMF IV	<b>145.940,41</b>
Saracá-Taquera (Lote Sul)	Ebata - UMF IA	<b>927.122,23</b>
Jacundá	Madeflona - UMF I	<b>1.051.376,30</b>
	Madeflona - UMF II	<b>402.680,18</b>
Jamari	Madeflona - UMF I	<b>0,00</b>
	Amata - UMF III	<b>675.545,68</b>
<b>TOTAL</b>	<b>8 Contratos</b>	<b>4.856.452,20</b>

ii.b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico e os avanços alcançados no exercício de referência.

---

Concebida como um instrumento de incentivo à produção sustentável de madeira tropical, a concessão florestal visa garantir a manutenção da cobertura vegetal das florestas, conciliando sua conservação com o desenvolvimento econômico e a inclusão socioambiental local.

Espera-se ainda que, na medida em que as escalas das operações florestais sob concessão aumentem significativamente, haja redução de um extenso conjunto de ilegalidades que ocorrem na região amazônica.

Destacam-se, entre outras melhorias: (i) o apoio à estruturação e à gestão das Unidades de Conservação onde ocorrem as concessões; (ii) maior presença do Estado e (iii) fortalecimento do direito de propriedade do Estado sobre as áreas de florestas públicas.

A implantação do programa de concessões florestais tem demonstrado, de maneira inequívoca, benefícios econômicos para a população e governos dos estados e municípios que abrigam as Unidades de Manejo Florestal (UMFs), governo federal, Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) e para todos os setores produtivos envolvidos com a economia florestal.

Neste ponto, ressalta-se, como mudança significativa, a melhoria da qualidade de vida da população que vive no entorno das áreas sob concessão florestal, o estímulo à economia formal com produtos e serviços oriundos de florestas manejadas, além da criação de empregos formais e a geração de renda.

O Brasil possui, atualmente, mais de 1 milhão de hectares de florestas públicas federais concedidas em seis Florestas Nacionais, nos Estados do Pará e Rondônia: dois contratos na Flona do Jamari (RO), quatro na Flona Saracá-Taquera (PA), dois na Flona de Jacundá (RO), dois na Flona do Crepori (PA), quatro na Flona de Altamira (PA) e três na Flona de Caxiuana (PA), totalizando 17 contratos de concessão florestal.

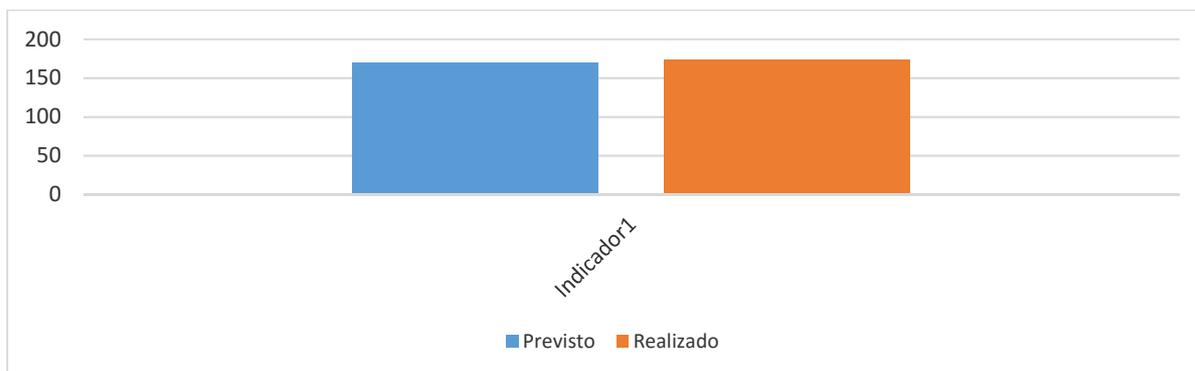
Desde 2010, as concessões florestais vêm apresentando aumento da produção (em m<sup>3</sup>) e, conseqüentemente, aumento da arrecadação de recursos financeiros.

Entretanto, importante ressaltar os fatores que têm dificultado a execução do Objetivo. A execução tem ficado aquém do planejado, notadamente pelo não atendimento de condições mínimas para viabilizar as concessões, em razão de fatores como dependência de entregas de outros órgãos, conflitos fundiários nas áreas de interesse, judicialização dos processos de concessão e ações recorrentes do Ministério Público Federal, que atrasam o processo de concessão florestal e dificultam sobremaneira o atingimento das metas estabelecidas.

Pesa ainda a necessidade urgente de recomposição da força de trabalho e a insuficiência de recursos orçamentários e financeiros para elaboração de novos editais e gestão dos contratos de concessão já pactuados.

[ii.c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.](#)

### **Gráfico de indicadores de resultado**



**Tabela comparativa de indicadores em três exercícios**

Análise dos indicadores	2016		2017		2018
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Indicador 1.1 - Produção de madeira em tora por meio das concessões	130.000	167.116	170.000	174.143	200.000

Legenda: ■ Conforme planejado ■ Merece atenção ■ Desconforme

**Indicador 1.1 - Produção de madeira em tora por meio das concessões:** Em 2017, foi produzido um volume total de madeira em tora equivalente a 174.143 m<sup>3</sup> de madeira em tora por meio das concessões florestais. Para 2018, espera-se uma produção da ordem de 200.000m<sup>3</sup>.

ii.d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

Análise orçamentária	Orçamento				Físico				Unidade de medida
	Previsto (LOA + adicionais)		Realizado (empenho liquidado)		Previsto		Realizado		
	Exercício	RAP	Exercício	RAP	Exercício	RAP	Exercício	RAP	
Ação 20WC - Planejamento, Gestão e Controle das Concessões Florestais	3,9 milhões	6,8 milhões	3,2 milhões	6,3 milhões	665.000	-	0	0	Hectares de florestas sob concessão

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

Para o alcance dos resultados propostos por este objetivo estratégico, o SFB busca criar um ambiente regulatório mais claro, seguro e, portanto, propício ao aumento da produção, tais como publicação de novas resoluções, acompanhamento e atendimento, no que for cabível, de demandas enviadas pelos concessionários e inovações regulatórias nos contratos.

É necessário apontar também os efeitos da crise econômica sobre as concessões vigentes, que exigiu do SFB a dedicação de consideráveis recursos para o aperfeiçoamento do marco regulatório para lidar

---

com a situação econômica excepcionalmente adversa, que prejudica a viabilidade financeira dos empreendimentos dos concessionários e as ações estatais de comando e controle complementares às que fomentam o uso sustentável.

Cabe ressaltar os dispositivos estabelecidos nos contratos de concessão florestal, tais como cobrança de valor mínimo anual (exigido dos concessionários, independente da produção) e indicadores técnicos de Maior Eficiência, que estimulam a produtividade por parte do concessionário.

### iii.b- Principais desafios para o exercício seguinte e ações para melhoria de desempenho

No que diz respeito às concessões florestais, considerando os contratos assinados e a previsão de elaboração de novos editais, tem-se o seguinte cenário previsto para o ano de 2018:

- Publicação edital para concessão do lote II da Flona do Jamari (33 mil hectares);
- Assinatura do contrato de concessão florestal do lote II da Flona do Jamari;
- Consulta pública para concessão florestal da Flona do Amapá (260 mil hectares);
- Publicação edital para concessão da Flona do Amapá;
- Habilitação, processo de consulta pública e publicação do edital de licitação para concessão do lote III da Flona Saracá-Taquera (18 mil hectares);
- Retomada da licitação da Flona do Crepori (Lote II);
- Revogação da suspensão dos contratos de concessão da Flona do Crepori (194 mil hectares);
- Revogação da suspensão judicial da certificação florestal de dois contratos de concessão na Flona de Saracá-Taquera (49 mil hectares);

Registre-se ainda, como desafio, a necessidade constante do aperfeiçoamento regulatório, que possa garantir um cenário mais favorável aos atuais concessionários e potenciais proponentes.

A Gecof tem como objetivo permanente a avaliação justa e cautelosa dos pleitos dos concessionários, desde que demonstradas por estas empresas o correto embasamento e suporte de fatos.

Todo este esforço justifica-se pela preocupação do SFB com eventuais rescisões dos contratos de concessão. Além da necessidade de preservação dos investimentos já realizados durante o processo licitatório e na gestão dos contratos, a devolução de áreas contratadas prejudica o alcance dos objetivos de duas formas: (i) diminui o estoque de florestas federais sob concessão; (ii) exige alocação de recursos humanos e orçamentários para relimitar as áreas disponibilizadas pela rescisão, que são mais sensíveis e, portanto, prioritárias.

Além disso, a modelagem de novos editais procura estabelecer estratégias e regras contratuais que venham mitigar possíveis riscos contratuais, bem como o saneamento de deficiências observadas em contratos já pactuados.

Por fim, cabe ressaltar a necessidade premente de construção de uma estratégia conjunta de atuação do SFB com o IBAMA, ICMBio, FUNAI e MPF para as concessões florestais, contemplando elementos sociais, jurídicos e, notadamente, de fiscalização.

---

### **3.1.1- Objetivo 2 - Disponibilizar informações e produzir conhecimento sobre as florestas.**

#### *i. Descrição*

<b>Descrição geral</b>	
O Serviço Florestal Brasileiro deverá produzir, consolidar e disponibilizar informações sobre florestas regularmente, no intuito de subsidiar a formulação de políticas públicas para o setor florestal. A instituição dispõe de diferentes mecanismos de coleta e análise de dados para a geração de conhecimento, como no caso do Inventário Florestal Nacional, Cadastro Ambiental Rural, pesquisas e estudos realizados pelo Laboratório de Produtos Florestais, além de estudos econômicos e do mercado madeireiro. As informações e o conhecimento florestal produzidos deverão ser disponibilizadas por meio do Sistema Nacional de Informações Florestais – SNIF.	
<b>Responsável</b>	Raimundo Deusdará Filho

#### *ii. Análise*

ii.a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no ano em relação ao exercício anterior.

No que diz respeito a esse objetivo estratégico, contribuem para o seu alcance o Cadastro Ambiental Rural - CAR, o Sistema Nacional de Informações Florestais – SNIF - , o Cadastro Nacional de Florestas Públicas – CNFP – e o Laboratório de Produtos Florestais – LPF.

Em termos institucionais, vale informar que, conforme previsto no art. 44 do Decreto Nº 8.975, de 24 de janeiro de 2017, que aprova a estrutura regimental do Ministério do Meio Ambiente, entre outros, compete ao Serviço Florestal Brasileiro gerir o SICAR, interligado ao Sistema Nacional de Informações Florestais, e coordenar no âmbito federal o CAR, bem como apoiar a sua implementação nas unidades federativas.

Com relação ao CNFP, em 2017, as principais alterações de informações originais utilizadas para sua atualização se concentram em 219 áreas de unidades de conservação (161) e terras indígenas (57), bem como a revisão dos dados tabulares destas e outras áreas. A atualização do CNFP em florestas destinadas se deu apenas nos dados relacionados a estas áreas em que foram detectadas alterações, enquanto que para áreas não destinadas foram processados todos os dados atualizados de glebas públicas e dados de propriedades públicas e privadas certificadas. Foram assim revisadas todas as áreas de florestas cujas referências oficiais sofreram alterações.

Foi necessário revisar as geometrias independentemente de tolerância da variação das áreas de um ano para outro pois os dados utilizados para formar o CNFP também são utilizados para referência de regularidade de imóveis rurais cadastrados no SICAR.

A publicação do CNFP continua sendo anual, com atualização mensal das UCs e TIs utilizadas na base de referência do SICAR.

O CNFP utiliza-se de dados provenientes do SIGEF, FUNAI e do CNUC. Ressalta-se o esforço que está sendo empreendido, aproveitando o espaço institucional existente no âmbito do apoio do SFB às unidades federativas em relação ao CAR, para orientar a atualização dos dados de florestas públicas estaduais, por parte dos estados, junto ao CNUC, a fim de que os dados do CNFP estejam sempre atualizados. A simples divulgação da necessidade desta atualização e a revisão da forma de solicitar

---

anualmente os dados mais atuais provocou respostas de todas as UFs, em que 14 revisaram os dados contidos no CNUC sendo AM, BA, CE, ES, GO, MA, MG, MS, PB, RJ, SC, SP, e o DF. Principalmente por serem os mesmos dados que geram o CNFP e são utilizados, por meio de um portal de dados geoespaciais (<http://sistemas.florestal.gov.br/geoserver/>), para os filtros automáticos e o módulo de análise do SICAR. Esta disponibilização permite o controle de alterações dos dados originais e atende a aplicação de restrições de sobreposição de imóveis com áreas de florestas com domínio público.

No que diz respeito ao CAR, o SFB vem divulgando boletins mensais desde 2015, quando se percebeu a possibilidade do levantamento de dados e informações sobre o CAR em todo o país, a partir do Sistema de Cadastro Ambiental Rural – SICAR. Em 2017, foram disponibilizados 12 boletins compreendendo informações declaradas no país, por regiões e por Estados da federação, sobre a área, número total de imóveis rurais cadastrados e sobre o perfil desses imóveis (pequenos, médios, grandes).

Com relação ao SNIF, o sistema é disponibilizado à população por meio do site eletrônico [www.florestal.gov.br/snif](http://www.florestal.gov.br/snif) e possui informações florestais subdivididas em quatro temas: Recursos Florestais, Gestão Florestal, Produção Florestal e Ensino e Pesquisa Florestal. Não se trata apenas de um sistema informatizado, mas de um agregador e disseminador de informações da área florestal que está em contínuo crescimento, atualizado a cada nova fonte de informação.

Em 2017, as informações florestais foram atualizadas com os dados mais atuais disponíveis. Essas informações são coletadas em diversas instituições governamentais e não governamentais, principalmente IBGE, MEC, MDIC, MCTI, MTE, FSC, Cerflor, Ibá, Ibama, ICMBio e MMA. Algumas informações disponibilizadas, por temas, são:

- Recursos Florestais: área de floresta por bioma, unidades de conservação, terras indígenas, extensão das áreas de florestas, incêndios florestais, espécies florestais, florestas plantadas, estoque das florestas.
- Gestão Florestal: CAR, CNFP, concessões florestais federais, documento de origem florestal, legislação florestal.
- Produção Florestal: extração e produção madeireira e não madeireira, exportação e importação de produtos florestais, emprego no setor florestal, certificação.
- Ensino e Pesquisa Florestal: ensino médio, tecnológico, graduação e pós-graduação na área florestal, institutos de pesquisa, base de teses e dissertações.

Muitas informações estão disponibilizadas por meio de painéis dinâmicos e interativos, elaborados utilizando a ferramenta Tableau: (i) terras indígenas, (ii) incêndios florestais, (iii) perda da cobertura florestal, (iv) florestas plantadas, (v) legislação florestal, (vi) Cadastro Ambiental Rural, (vii) Cadastro Nacional de Florestas Públicas, (viii) concessões federais, (ix) Documento de Origem Florestal, (x) extração de produtos florestais, (xi) produção florestal, (xii) exportação e importação de produtos florestais, (xiii) emprego, (xiv) certificação florestal, (xv) pós graduação na área florestal, (xvi) graduação em engenharia florestal, (xvii) ensino tecnológico. Em 2017, todos os painéis foram atualizados com os dados mais recentes e quatro novos painéis foram disponibilizados à população. Ao todo, foram contabilizados mais de 450 mil acessos às páginas do SNIF em 2017.

Em dezembro de 2017, foram publicados três boletins analíticos com as informações consolidadas sobre Recursos Florestais, Produção Florestal e Ensino e Pesquisa Florestal. Esses boletins estão disponíveis para download no site do SNIF e do SFB e foram divulgados pelas redes sociais ([https://m.facebook.com/story.php?story\\_fbid=1638047312922189&id=177007402359528](https://m.facebook.com/story.php?story_fbid=1638047312922189&id=177007402359528) e <https://www.instagram.com/p/BdQYrwpleAM/>).

---

Em 2017, foram iniciados os trabalhos da consultoria Identificação de Informações Prioritárias sobre Gestão Florestal Sustentável do Cerrado e Fortalecimento de Parcerias para o Sistema Nacional de Informações Florestais – SNIF (Projeto FIP). Os objetivos desse trabalho são identificar e sistematizar as demandas de informações prioritárias para a gestão sustentável das florestas do Cerrado, mapear as fontes de dados, definir protocolos de obtenção desses dados, preparar propostas de arranjos de provisão das informações por meio de instrumentos formais de parceria, além de planejar o fortalecimento de parceiros institucionais. Em março e abril, foram realizadas cinco Oficinas para identificação de demandas de informações para a gestão florestal sustentável do Cerrado por diferentes públicos alvo: (i) ONGs, Associações e Comissões, (ii) Produtores Rurais, (iii) Extensão Rural, (iv) Ensino e Pesquisa e (v) Governo e Financiadores. Ao todo, participaram 89 colaboradores. Em agosto foi realizado o Workshop para validação e priorização das demandas de informação, com a participação de 42 colaboradores. No final do projeto, espera-se conseguir disponibilizar à população informações de interesse em relação ao bioma Cerrado e o uso e conservação de suas florestas.

Também em 2017, o desenvolvimento do sistema SNIF (banco de dados), construído pela fábrica de software, foi finalizado e encontra-se em produção, pronto para ser alimentado com os dados trabalhados pelo SNIF.

Ademais, foi elaborado o relatório internacional Questionário do Setor Florestal 2017 (Forest Sector Questionnaire), anos base 2015-2016, e encaminhado à Organização Internacional de Madeiras Tropicais (International Tropical Timber Organization - ITTO). Esse questionário é elaborado anualmente e apresenta informações sobre: a remoção de madeira em tora de florestas naturais e plantadas destinada à indústria e à confecção de combustíveis; a produção do setor florestal (carvão vegetal, cavacos e partículas, resíduos de madeira, madeira serrada, painéis de madeira, laminados, compensados, painel de partículas, OSB, painel de fibras, MDF, polpa de madeira – celulose e papéis); e o comércio (importação e exportação) de madeira por tipo de produto. O Informe regional Report on the Situation of Forests on the Amazon Region, produzido e encaminhado à Organização do Tratado de Cooperação Amazônica – OTCA em 2016 teve alguns dados revisados em 2017, sendo enviada uma nova versão.

Com relação à disponibilização de informações referentes aos resultados do Inventário Florestal Nacional, os dados coletados em campo vêm sendo submetidos a análises de consistência e processados.

Até outubro de 2017, era necessário que todos os dados coletados em campo passassem por um longo e custoso processo de análise e validação no intuito de prepará-los para o uso em pesquisas e relatórios. Desde a implementação do Sistema IFN, que ocorreu em outubro de 2017, possibilitou-se uma maior facilidade no registro dos dados biofísicos e socioambientais coletados e permitiu-se, de forma inédita para o Inventário, o recebimento de dados com maior fiabilidade e grande redução na quantidade de erros, pois a detecção e correção já é realizada no momento de entrada de dados.

Até o momento, além dos dados obtidos do Distrito Federal, Ceará, Sergipe e Rio Grande do Norte e Espírito Santo, efetuou-se o processamento dos dados obtidos nos estados do Rio de Janeiro, Alagoas, Paraná, Santa Catarina, o município de Caçador (SC) e a Terra Indígena Mangueirinha (PR). Após esta etapa, as informações são consolidadas em formato de Relatório com as principais informações reunidas em tópicos de grande interesse nacional e internacional, quais sejam: extensão dos recursos florestais; diversidade biológica dos recursos florestais; saúde e vitalidade das florestas e estoques das florestas. Também estão sendo analisados e disponibilizados os dados socioambientais e consolidados em um capítulo que trata dos principais aspectos que concernem aos usos e à importância das florestas para as comunidades rurais. Em 2017, concluíram-se as análises referentes ao IFN no estado de Sergipe, culminando na publicação preliminar de um relatório dos principais resultados alcançados e na realização de encontro com técnicos do estado para divulgação e compartilhamento de

---

conhecimentos. Os relatórios do IFN nos estados de Rio de Janeiro, Espírito Santo, Rio Grande do Norte, Paraná e Santa Catarina encontram-se em estado avançado de elaboração e deverão ser publicados no primeiro semestre de 2018.

Em julho de 2017 realizou-se o "Encontro para troca de experiências sobre inventário florestal nacional (IFN) na América Latina e no Caribe: primeiros passos com países amazônicos". O evento tem sido um impulso importante para a busca da integração regional e harmonização dos inventários no que tange a terminologias, ao compartilhamento de metodologias e ao uso dos resultados.

Por sua vez, o Laboratório de Produtos Florestais – LPF é um centro especializado cujo trabalho está organizado em torno de linhas e projetos de pesquisa que estão em consonância com as diretrizes traçadas pelo Serviço Florestal Brasileiro e com as necessidades da sociedade. O interesse está centrado na preservação, conservação, recuperação e utilização dos recursos florestais. Em sua atuação, o LPF mantém seu foco direcionado para apoiar a exploração florestal sustentável, a valorização dos recursos naturais e o convívio harmonioso entre o homem e o meio ambiente. Das atividades empreendidas no ano de 2017, o Prêmio “Serviço Florestal Brasileiro/Salão Design Movelsul”, foi realizado embora não estivesse proposto no planejamento. Embora não faça parte das Linhas & Temas de Pesquisas do LPF, também está sendo realizado estudo acadêmico no sentido de informar à sociedade sobre custos de edificações em madeira, a partir de projeto anteriormente desenvolvido pelo LPF, visando subsidiar de informações o programa de governo que dispõe sobre a moradia para determinado grupo de renda da Região Norte do Brasil.

ii.b- [Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico e os avanços alcançados no exercício de referência.](#)

No que diz respeito ao SICAR, em 2017, o SFB manteve em operação e atualizado o Módulo de Relatório Público do SICAR (<http://www.florestal.gov.br/modulo-de-relatorios>), um ambiente público de consulta de informações agregadas sobre dados declarados desde o início da implantação do CAR, em 05 de maio de 2014, até o último dia do mês anterior ao corrente, em valores absolutos e percentuais, por município, estado ou Brasil, relativos a: quantitativo e área de imóveis rurais cadastrados, em números totais ou classificados por tipo de imóvel (rural, povos e comunidades tradicionais, assentamentos de reforma agrária) e perfil de imóvel (até 4 módulos fiscais, de 4 a 15 módulos fiscais, maior que 15 módulos fiscais). É possível fazer o download de planilha eletrônica com os resultados da consulta realizada.

Como melhoria do Módulo de Relatório, o SFB disponibilizou aos órgãos estaduais gestores do SICAR, um ambiente de relatórios com diversas outras informações relativas aos dados de cadastros em seus estados em valores absolutos e percentuais, por município, estado e Brasil referentes a: (i) ‘Perfil dos Imóveis’ – quantitativo e área de imóveis rurais cadastrados por situação do CAR (ativo, pendentes ou cancelado), condição do CAR (aguardando análise, em análise, analisado sem pendências, etc.), por classes de área (0 a 100 ha, 100 a 500 ha, de 500 a 1000 ha, acima de 1000 ha) e por proprietário, possuidor e concessionário; (ii) ‘Cobertura do Solo’ – área de remanescentes de vegetação nativa, área consolidada, área antropizada não consolidada, hidrografia e quantitativo de nascentes ou olhos d’água perenes; (iii) ‘Regularidade Ambiental’ – quantitativo de Reserva Legal, de Área de Preservação Permanente, de área de uso restrito, de área de servidão administrativa, incluídos informações sobre os indicativos de áreas de remanescentes de vegetação nativa a recompor ou compensar no conjunto de imóveis rurais declarados. O SFB está, em conjunto com os gestores do SICAR nos estados, efetuando verificações nos valores a fim de identificar necessidades de correções antes de disponibilizar ao público.

Quanto ao SNIF, a geração de informações florestais padronizadas, sistemáticas e atualizadas no âmbito do Sistema é fundamental para a tomada de decisão pelos setores público e privado. Ao reunir

e organizar dados coletados de diversas instituições e disponibilizá-los periodicamente no site, o SNIF contribui para o alcance do objetivo de disponibilizar informações e produzir conhecimento sobre as florestas. A criação e atualização constante dos painéis dinâmicos de informações do SNIF torna as informações florestais mais atrativas e acessíveis.

A publicação no segundo ano consecutivo dos boletins temáticos cumpre o objetivo de disseminar de forma ativa as informações do SNIF de forma sumarizada e atualizada, para a sociedade, e tomadores de decisões. Inclusive para a formulação e execução de políticas de uso sustentável, conservação e recuperação dos recursos florestais.

A consulta ao público que é usuário do SNIF, durante as Oficinas e Workshop, demonstra o esforço de disponibilizar à sociedade as informações que são de seu interesse. Assim, atendendo às demandas solicitadas por seus usuários, o SNIF contribuiu para uma gestão sustentável dos recursos florestais, em especial no Cerrado.

Com relação aos avanços da gestão das informações do IFN em 2017, destacam-se o desenvolvimento de métodos de organização de bancos de dados, o que permitiu uma maior agilidade na produção dos resultados.

No que diz respeito às atividades realizadas pelo LPF em 2017, estão a entrega do Prêmio Madeiras Alternativas no Salão Design 2017, e o Projeto Custo de edificação de casa popular em madeira concluído, objeto de dissertação de mestrado e projeto de pesquisa. Ademais foi realizada a coleta de 10 novas espécies florestais para caracterização madeireira e foram publicados 10 artigos científicos em revistas especializadas.

ii.c- [Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.](#)

**Gráfico de indicadores de resultado**



**Tabela comparativa de indicadores em três exercícios**

Análise dos indicadores	2016		2017		2018
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Indicador 2.1 – Boletins/Painéis analíticos do SNIF sobre economia florestal disponibilizados no SNIF	3	3	3	3	3

Indicador 2.2 – Relatórios sobre as florestas do Brasil produzidos e disponibilizados no SNIF	2	2	2	1	2
Indicador 2.3 – Relatório do Inventário Florestal Nacional disponibilizado no SNIF	2	2	3	0	3
Indicador 2.4 – Projetos de Pesquisa desenvolvidos	16	16	20	10	20
Indicador 2.5 – Boletim sobre o Cadastro Ambiental Rural publicado	12	12	12	12	12
Legenda	<span style="color: green;">■</span> Conforme planejado		<span style="color: yellow;">■</span> Merece atenção		<span style="color: red;">■</span> Desconforme

**Indicador 2.1 - Boletins/Painéis analíticos do SNIF publicados e disponibilizados à sociedade (recursos florestais, economia e ensino e pesquisa):** A meta de publicação de 3 boletins temáticos com informações consolidadas sobre Recursos Florestais; Produção Florestal e Ensino e Pesquisa Florestal do SNIF foi cumprida com sucesso. Os boletins foram compilados em uma publicação única disponível para download no site <http://www.florestal.gov.br/snif/entenda-o-snif/boletim-snif>. Os boletins não tratam somente de economia florestal, mas ampliam este escopo tratando também de temas correlacionados como formação profissional, emprego e recursos florestais. Para 2018 está prevista a publicação de três boletins analíticos sobre os mesmos temas dos boletins publicados em 2017 e 2016, com informações atualizadas, dando continuidade à série histórica.

**Indicador 2.2 – Relatórios sobre as florestas do Brasil produzidos e disponibilizados no SNIF:** A meta proposta para este indicador foi a produção de 2 (dois) relatórios sobre as florestas do Brasil, quais sejam o livro de bolso “Florestas do Brasil em Resumo – 2017”, e o Relatório - Questionário do Setor Florestal 2017 “Forest Sector Questionnaire”. A meta foi cumprida parcialmente, tendo sido concluído apenas o Questionário do Setor Florestal, apresentado à Organização Internacional de Madeiras Tropicais (International Tropical Timber Organization - ITTO) em outubro de 2017. Além desse relatório, em 2017 foram feitas revisões no Report on the Situation of Forests on the Amazon Region, cuja primeira versão foi encaminhada à Organización del Tratado de Cooperación Amazónica – OTCA em 2016. O livro “Florestas do Brasil em Resumo” não foi finalizado para sua publicação em 2017, conforme previsto, no entanto, a previsão é de realizá-lo no primeiro trimestre de 2018. A publicação desse livro está reprogramada para o ano de 2018, além do Relatório anual - Questionário do Setor Florestal 2018 (ITTO).

**Indicador 2.3 - Relatório do Inventário Florestal Nacional disponibilizado no SNIF:** os relatórios com os principais resultados do IFN nos estados de Sergipe, Rio Grande do Norte e Espírito Santo foram concluídos e diagramados em 2017, porém a publicação será realizada somente no início de 2018.

**Indicador 2.4 – Projetos de Pesquisa desenvolvidos:** Em 2017 foram concluídos 5 (cinco) projetos de pesquisa. Vale ressaltar que os projetos de pesquisa do LPF, dada sua natureza possuem, normalmente, mais de um ano de duração. Em 2017, o LPF/SFB aprovou em Comitê Externo, 5 novos projetos de pesquisa, finalizou 5 projetos, e mantém em reprogramação para o ano de 2018 o total de 20 projetos de pesquisa em execução, dos quais 6 deverão ser concluídos no exercício.

Indicador 2.5. – Boletim sobre o Cadastro Ambiental Rural publicado: Indicador de monitoramento do objetivo de disponibilização de informações sobre as florestas declaradas no CAR, por meio de boletins mensais a partir do primeiro ano de implantação do cadastro demonstra que se obteve performance conforme planejado. Para o ano de 2017, pretendeu-se dar continuidade à divulgação de boletins mensais, totalizando 12 boletins, com informações sobre o balanço de avanço de cadastramento em todo País, buscando-se conferir maior detalhamento às informações disponibilizadas. Como fruto do trabalho do SFB junto aos estados que operam com sistema próprio, ao final de 2017 foi possível produzir o boletim com as informações exatamente como constam no SICAR com exceção dos dados referentes à Mato Grosso do Sul e São Paulo, por conta de inconsistências na integração com o SICAR.

ii.d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

Análise orçamentária	Orçamento				Físico				Unidade de medida
	Previsto (LOA + adicionais)		Realizado (empenho liquidado)		Previsto		Realizado		
	Exercício	RAP	Exercício	RAP	Exercício	RAP	Exercício	RAP	
Ação 20WB/PO02	1.423.727	29.490	990.745	0	10	0	10	-	Espécie Caracterizada.
Ação 20WB/PO03	89.394	0	63.898	0	5 mil	0	5 mil	0	Área Cadastrada (ha)
Ação 20WB/PO04	711.714	0	618.287	0	3	0	3	0	Boletim do SNIF publicado.
Ação 20WD/PO00	28.934.181	912.284	25.441.932	17.583	100 mil	0	56,2 mil	0	Área Inventariada (ha)

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

Quanto ao Cadastro Nacional de Florestas Públicas, foram solicitadas atualizações de dados aos órgãos responsáveis pelo gerenciamento das áreas que formam o CNFP. Parte dos representantes estaduais enviou novos dados e as demais atualizações e revisões foram realizadas com dados estaduais e federais disponibilizados por meio eletrônico para acesso público.

Entre 2016 e 2017 houve uma redução de 4,4 milhões de hectares no total de florestas não destinadas e um acréscimo de 3,3 milhões de hectares de áreas florestais destinadas que, neste caso, deve-se às novas áreas criadas ou ampliadas – cerca de 827 mil de hectares de Unidades de Conservação e 880 mil de Terras Indígenas – ou a correções, ajustes e revisões de dados submetidos pelos entes federativos.

O decréscimo de aproximadamente 2 milhões de hectares no total de florestas públicas ocorrido em 2017, comparado com o total de hectares que se verificou em 2016, resulta dos referidos acréscimos

---

e subtrações ocorridas nas respectivas categorias de florestas destinadas e não destinadas, particularmente devido ao aumento de registros certificados no SIGEF/INCRA. Os dados permanecem disponíveis nos formatos que já eram utilizados em revisões anteriores e espera-se um ganho de interatividade e utilização do CNFP por seus interessados.

O CNFP 2017 é um cadastro tão consistente quanto o de 2016, com uma segurança maior de ter dados atualizados por conta do interesse das unidades federativas em manter a base do SICAR condizente com suas realidades. Um indicativo de melhor integração é a presença de florestas públicas municipais em 19 Estados da Federação (AM, AP, BA, CE, ES, GO, MG, MS, MT, PA, PE, PR, RJ, RN, RR, RS, SC, SE e SP), maior quantidade registrada desde o início do CNFP, sendo as primeiras florestas públicas municipais cadastradas em apenas quatro estados em 2012, 14 estados em 2013 e 16 estados até 2016.

Com relação ao CAR, a análise de implantação do objetivo de disponibilização de informações sobre as florestas declaradas no CAR aponta para execução das atividades conforme o planejado, tendo sido disponibilizados 12 boletins em 2017, bem como realizada a implantação do ambiente de consulta pública, com atualização mensal, o que contribuiu para divulgação e disponibilização de informações sobre a regularização ambiental dos imóveis rurais, nos termos do novo Código Florestal em âmbito nacional.

Do ponto de vista institucional, o Sistema Nacional de Informações Florestais teve um avanço após o estabelecimento da GEINF na qual as competências de gestão do SNIF passaram a ser prioritárias, por meio do regimento interno do SFB (Resolução nº - 37, de 7 de julho de 2017). A execução da consultoria Identificação de Informações Prioritárias sobre Gestão Florestal Sustentável do Cerrado e Fortalecimento de Parcerias para o Sistema Nacional de Informações Florestais – SNIF teve bons avanços, finalizando o ano de 2017 com o levantamento das informações prioritárias a serem disponibilizadas no SNIF. O aumento do número de acessos de 230.623 em 2016 para 453.014 em 2017, especialmente após a realização das oficinas em março e abril, mostra que o SNIF está se tornando uma fonte de consulta de informações florestais, compiladas e disponibilizadas de forma simplificada e acessível. Outros avanços foram o estabelecimento, em produção, do sistema de armazenamento de dados do SNIF e a publicação, pelo segundo ano consecutivo, dos boletins SNIF. Todas essas atividades contribuem para o alcance do objetivo de disponibilizar informações e produzir conhecimento sobre as florestas.

Mesmo com dificuldades orçamentárias e financeiras para aquisição de novos equipamentos e modernização das áreas de pesquisa, o LPF/SFB, conta com um corpo técnico muito comprometido com os objetivos da instituição. No que diz respeito ao LPF/SFB, há o estímulo de seus servidores ao aprimoramento profissional. Ao longo de 2017, tivemos 5 analistas ambientais cursando pós-graduação (Mestrado) e dois cursando Doutorado, sendo 1 concluído durante o ano. Ainda no ano de 2017, tivemos a aprovação de mais 1 analista ambiental para Doutorado. Essa é uma das formas de melhoria contínua dos resultados esperados. Além disso, dez artigos científicos foram publicados em revistas especializadas, no Brasil e no exterior.

### iii.b- Principais desafios para o exercício seguinte e ações para melhoria de desempenho

Em relação aos desafios associados ao CNFP está a manutenção de sua atualização por meio do apoio do SFB para que os órgãos estaduais competentes promovam a atualização das florestas públicas estaduais no CNUC, a fim de manter o CNFP totalmente revisado e atualizado, de forma a atender as consultas ao cadastro com informações mais próximas possível da realidade. Estes dados deverão ser disponibilizados através de um serviço de mapa interativo e por um serviço de geometria para análise em software especializado, necessariamente por meio do banco de dados espaciais do SFB e pelos

---

seus serviços WEB. Ademais, busca-se manter os dados originais relevantes aos sistemas federais de cadastro e registro de terras disponíveis conforme necessário, melhorar o formato de disponibilização e criar ferramentas que facilitem o acesso público a estes dados.

Deve ainda ser mantido o grupo de discussão e atualização de tecnologia e desenvolvimento dos sistemas relacionados ao CNFP, bem como a melhoria e manutenção da infraestrutura de dados e rede para a integração e disponibilização de dados entre os diferentes cadastros em operação. Serão implementados procedimentos automáticos de atualização de dados originais formadores do CNFP, bem como procedimentos e operações de revisão e correção das geometrias e informações tabulares presentes no cadastro.

Já no que diz respeito ao CAR, com relação a execução do objetivo em 2018, a disponibilização de informações será aprimorada por meio da execução dos projetos internacionais coordenados tecnicamente pelo SFB/DCF/GECAF, que contemplam – inclusive - a sala de situação do SICAR e CNFP, planejada para ser o centro de consolidação dos dados do CAR para disponibilização ao público e subsídio de políticas públicas. O boletim mensal e o módulo de consulta pública deverão sofrer alterações, a fim de expressar a evolução da política do CAR como um todo, tais como, análise dos cadastros, elaboração de propostas de adesão ao PRA e acompanhamento dos termos de Compromisso de Adesão ao PRA. Está previsto para 2018 a estruturação e disponibilização ao público do portal de dados do CNFP no ambiente do sítio eletrônico do SFB.

A consecução do planejamento em 2018 depende da consolidação da sala de situação do SICAR no âmbito da Diretoria de Cadastro e Fomento Florestal (DCF), bem como a evolução e ampliação da integração dos dados de CAR, análises, PRA e CRA dos estados da federação que utilizam sistema próprio e com outros sistemas de informação públicos que dialogam com a política de regularização ambiental de imóveis rurais, conforme previsto no Código Florestal Brasileiro. Entende-se como sala de situação a consolidação de um ambiente físico e virtual no SFB para execução, disponibilização e transferência de dados e informações para a administração pública, a fim de subsidiar o controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico de imóveis rurais no Brasil, contribuindo com o combate ao desmatamento e expansão da cobertura da vegetação nativa.

Para continuar fornecendo informações à sociedade, o LPF conta com o esforço de seu corpo técnico no contínuo aperfeiçoamento profissional. Assim, para o exercício de 2018, vislumbra-se a aprovação e disponibilidade de recursos financeiros através do BNDES para projeto técnico de modernização das instalações dos diversos laboratórios de pesquisa, além da construção de protótipos para estudos de 3 unidades do projeto de Habitação Popular em Madeira.

Ademais, para dar continuidade à sua missão de caracterizar tecnologicamente as espécies lenhosas brasileiras, foi realizada a coletar amostras de madeiras em uma área explorada sob o regime de concessão florestal. O LPF ainda possui previsão de recebimento de recursos oriundos da doação do banco alemão KFW e para isso deve manter atualizadas suas rotinas de solicitação de aquisição de materiais, serviços e equipamentos para garantir a utilização do recurso.

No âmbito do Sistema Nacional de Informações Florestais, está previsto o lançamento da nova edição do livro Florestas do Brasil em Resumo, com a redação dos capítulos já em andamento e a contratação de serviços de diagramação já concluídos. Também está contratado o serviço de migração do atual site para uma nova versão da plataforma Joomla, seguindo o padrão estabelecido pelo governo. O banco de dados corporativo do SNIF deverá ser alimentado com os dados neste ano, permitindo uma gestão adequada da informação e facilitando a aquisição, atualização, disseminação das informações disponibilizadas à sociedade. As atividades da consultoria Identificação de Informações Prioritárias sobre Gestão Florestal Sustentável do Cerrado e Fortalecimento de Parcerias para o Sistema Nacional de Informações Florestais – SNIF deverão ser concluídas em 2018, tendo como resultados o

---

mapeamento das fontes das informações demandadas prioritariamente, a forma de disponibilização desses dados pelo SNIF, além de propostas de acordos com instituições parceiras provedoras das informações. Além disso, o processo de regulamentação do SNIF deverá ser iniciado. Por último, as atividades de reunião, análise, compilação e disponibilização das informações no site serão contínuas ao longo do ano.

### **3.1.1- Objetivo 3 - Ampliar as ações de manejo florestal sustentável, gerando trabalho e renda**

#### *i. Descrição*

<b>Descrição geral</b>	
A Instituição reforçará suas ações de manejo, de maneira a fomentar atividades florestais sustentáveis, promover a inovação tecnológica no setor e gerar trabalho e renda para as comunidades locais. Entre as áreas de atuação, destacam-se: as concessões florestais, a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico em manejo florestal; assistência técnica, capacitação e extensão florestal.	
<b>Responsável</b>	Raimundo Deusdará Filho

#### *ii. Análise*

##### *ii.a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no ano em relação*

No que diz respeito ao apoio ao Manejo Florestal Comunitário, a Diretoria de Cadastro e Fomento Florestal (DCF), por meio da Gerência Executiva de Fomento e Inclusão Florestal (GEFI) atua no fomento a atividades de manejo florestal comunitário, por meio de apoio a projetos via Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF) e o desenvolvimento de modelos e diretrizes para a oferta de assistência técnica aliada a um processo de formação continuada de lideranças e manejadores comunitários em temas relacionados a execução e gestão de planos de manejo, organizações sociais e comercialização da produção.

No âmbito das ações via Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF), durante o ano de 2017, foram apoiadas 31 iniciativas de manejo florestal comunitário empreendida mediante oferta de assistência técnica e extensão rural em projetos de assentamentos da reforma agrária, em 14 municípios, no estado do Ceará.

Quanto ao Manejo Florestal Comunitário na Amazônia, foi realizado o apoio ao manejo florestal em 6 comunidades na RESEX Verde para Sempre em Porto de Moz/PA. Nesta linha de atuação o SFB compõe um arranjo institucional formado com organizações públicas e da sociedade civil, com especial atuação do fomento as exploratórias (colheita, romaneio e transporte da madeira oriunda do plano de manejo florestal sustentável). O acompanhamento das atividades de manejo na RESEX Verde para Sempre tem gerado aprendizados quanto as estratégias de fomento a esta atividade, considerando os desafios de escala de produção, acesso a mercado e construção de capacidade local em gerir o empreendimento florestal. Estes aprendizados subsidiaram o desenho das ações a serem realizadas neste arranjo durante o ano de 2018, que será a continuidade de implementação do apoio a RESEX Verde para Sempre, e um plano de ação para extensão das ações em outras RESEX e FLONAs da Amazônia.

Por sua vez, a concessão florestal contribui para o alcance deste objetivo por meio da dinamização da atividade econômica e geração de empregos diretos e indiretos. Porém, a consolidação dos dados referentes à geração de trabalho e renda pelas concessões florestais no ano de 2017 será realizada

após a análise, pelo SFB, da documentação necessária à verificação do cumprimento de indicadores técnicos, conforme artigo 2º, § 1º, da Resolução SFB nº 38/2017.

Os recursos financeiros destinados às comunidades locais das áreas sob concessão florestal são obtidos a partir do cumprimento do Indicador Social (Investimento em infraestrutura e serviços para comunidade local), exigido em todos os contratos de concessão florestal federais. O indicador é caracterizado pelo preço ofertado, durante a licitação, pelo concessionário, em reais por hectare de área contratada, e deve ser depositado em conta específica anualmente. O valor é reajustado pelo apostilamento contratual, conforme estabelecido nos contratos de concessão.

O início de cumprimento deste indicador se dá, geralmente, a partir do quarto ano de contrato. Assim, dentre os dezessete contratos de concessão assinados, seis já estão sendo apurados quanto ao cumprimento do indicador social. O primeiro depósito foi realizado pelos concessionários da Floresta Nacional (Flona) do Jamari, em 2011.

Desta maneira, todos os anos, os valores são reajustados e os comprovantes de depósitos apresentados ao SFB. O repasse aos municípios e comunidades locais ocorre após a apresentação, pelo ente federativo, de um programa de aplicação de recursos aprovado pelo Conselho de Meio Ambiente local. Dessa forma, além do objetivo principal de beneficiar as comunidades locais, tal dispositivo também fortalece os mecanismos de governança locais e empodera politicamente as comunidades perante o poder municipal.

Para as Flonas do Jamari, Saracá-Taquera e de Jacundá, foram depositados, no ano de 2017, R\$ 537.886,15, conforme segue:

Tabela 3 - Valores depositados:

Investimento em infraestrutura e serviços para a comunidade			
Ano 2017			
Flona	UMF	Concessionário	Valor depositado (R\$)
JAMARI	I	Madeflona Industrial Madeireira Ltda.	46.891,48
	III	Amata S/A	49.444,87
Total JAMARI			96.336,35
Flona	UMF	Concessionário	Valor depositado (R\$)
SARACÁ-TAQUERA	II	Ebata Produtos Florestais Ltda.	425.410,69
	III	Golf Indústria e Comércio de Madeiras Ltda.	0,00
Total SARACÁ-TAQUERA			425.410,69
Flona	UMF	Concessionário	Valor depositado (R\$)
JACUNDÁ	I	Madeflona Industrial Madeireira Ltda.	11.553,00
	II	Madeflona Industrial Madeireira Ltda.	4.586,11
Total JACUNDÁ			16.139,11
Total Geral			537.886,15

A empresa Golf Indústria e Comércio de Madeiras Ltda., concessionária da UMF III da Flona Saracá-Taquera, não cumpriu essa cláusula contratual e está sendo cobrada quanto ao depósito do valor do indicador relativo ao ano de 2017. O descumprimento acarretará na aplicação de sanções ao concessionário.

Do valor total depositado para este indicador, desde 2011, descontado o montante já repassado, restam ainda R\$ 2.301.541,82, que se encontram disponibilizados às comunidades locais para solicitação de repasse.

ii.b- [Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico e os avanços alcançados no exercício de referência.](#)

O Manejo Florestal Comunitário na Caatinga tem gerado renda complementar às famílias de agricultores familiares, bem como é uma atividade produtiva complementar às práticas agrícolas, dado que a colheita florestal é realizada durante o período de estiagem. Nesta região, a renda obtida com o manejo florestal pode superar os ganhos obtidos com as práticas agrícolas, porém os desafios a aprovação dos Planos de Manejo e acesso a mercado, são enormes, dada a carência de oferta de capacitação e assistência técnica na região, aliada a uma elevada taxa de ilegalidade da lenha explorada na Caatinga.

Para a Amazônia, o fomento ao Manejo Florestal Comunitário na RESEX Verde para Sempre, tem alertado para:

- a importância de um processo continuado de formação e oferta de assistência técnica que integre as atividades inerentes ao manejo florestal, as atividades de gestão as organizações comunitárias (cooperativas e associações) e a gestão do empreendimento, com ênfase em acesso a mercado e garantia de preço; e
- a necessidade de realização de estudos prévios quanto ao potencial produtivo, escala do empreendimento e acesso a mercados, de forma a garantir viabilidade econômica do empreendimento comunitário, considerando a curva de aprendizagem destas comunidades nas práticas florestais e de gestão, e considerado que o manejo florestal compõe a cesta de atividades produtivas realizadas pelas comunidades tradicionais e rurais.

A apuração de emprego e renda gerados pela concessão florestal federal no ano de 2017 ainda não foi concluída pelo SFB. Por meio da tabela abaixo, são demonstrados os últimos dados disponíveis sobre a geração de emprego e renda pelas concessões florestais federais (ano de 2016).

Tabela 4 - Empregos gerados pelas concessões florestais federais no ano de 2016

Flona	UMF	Empregos
Jamari	II	44
	III	79
Saracá-Taquera	II	135
	III	55
Saracá-Taquera Lote Sul	IA	18
	IB	33
Jacundá	I	21
	II	21
Altamira	II	13
	III	30
TOTAL		449

O repasse às comunidades locais somente ocorre após a apresentação, pelos municípios, de um programa de aplicação de recursos aprovado pelo Conselho de Meio Ambiente local. O SFB iniciou, em 2015, um processo intenso de comunicação com os governos locais, informando a necessidade de

constituição dos Conselhos e da oportunidade de aplicação destes recursos nas necessidades reais e urgentes das comunidades. Como resultado, foram repassados aos municípios os seguintes montantes, relativos ao Indicador Social:

Tabela 5 - Valores repassados - Indicador Social

Valores repassados - Indicador Social		
Município	Valor R\$	Ano de Transferência
Oriximiná/PA	565.791,57	2015
Itapuã do Oeste/RO	412.352,00	2016
Itapuã do Oeste/RO	30.448,00	2017
<b>Total</b>	<b>1.008.591,57</b>	

ii.c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.

Gráfico de indicadores de resultado



Tabela comparativa de indicadores em três exercícios

Análise dos indicadores	2016		2017		2018
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Indicador 3.1. Recursos financeiros disponibilizados à comunidade local das áreas sob concessão florestal.	747.217,00	498.429	763.000	537.886	1.040.000
Indicador 3.2. Empregos diretos gerados pelas concessões florestais	200	449	300	*	
Indicador 3.3. Famílias beneficiadas com o apoio do SFB	250	21.526	10.000	1.399	
Legenda	■ Conforme planejado		■ Merece atenção		■ Desconforme

**Indicador 3.1. Recursos financeiros disponibilizados à comunidade local das áreas sob concessão florestal:** O recurso financeiro destinado às comunidades locais das áreas sob concessão florestal é obtido a partir do cumprimento do Indicador Social (Investimento em infraestrutura e serviços para

comunidade local), exigido em todos os contratos de concessão florestal federais. Em 2017, o montante total de recursos disponibilizado à comunidade local foi de R\$ 537.886.

**\*Indicador 3.2. Empregos diretos gerados pelas concessões florestais:** Esse indicador ainda não foi apurado com relação ao ano de 2017, pois sua mensuração ocorre posteriormente ao envio do presente relatório. Com relação ao ano anterior, cuja apuração não constou do Relatório passado, foram gerados 449 empregos em 2016.

**Indicador 3.3. Famílias beneficiadas com o apoio do SFB:** A meta atingida nesta ação reflete: (a) a oferta de assistência técnica para o Manejo Florestal Comunitário da Caatinga a 1.094 famílias, em 31 projetos apoiados pelo FNDF, em projetos de assentamentos rurais em 14 municípios do Ceará, e (b) o fomento as atividades exploratórias do manejo florestal madeireiro para 305 família, na RESEX Verde para Sempre, no município de Porto de Moz, Pará.

ii.d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

Análise orçamentária	Orçamento				Físico				Unidade de medida
	Previsto (LOA + adicionais)		Realizado (empenho liquidado)		Previsto		Realizado		
	Exercício	RAP	Exercício	RAP	Exercício	RAP	Exercício	RAP	
Ação 20WC/PO02	2.865.244	286.936	849.129	5.767	665.000	-	0	-	Área Concedida
Ação 20WA/PO03	220.249	0	110.271	0	1.000	0	1.399	0	Família Beneficiada

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

Observa-se que, apesar do atendimento parcial das metas propostas, os resultados são importantes. Com relação Indicador Social “Investimento em infraestrutura e serviços para comunidade local”, os concessionários florestais alegaram, no ano de 2017, dificuldades para cumprimento dos compromissos financeiros dos contratos, tendo em vista a situação econômica do país e a instabilidade do mercado florestal. Desta maneira, um concessionário não apresentou comprovante de depósito para cumprimento do Indicador Social.

Por outro lado, foram transferidos ao município de Itapuã do Oeste/RO o valor de R\$ 30.448,00, indicando que o processo de comunicação com os municípios realizado pelo SFB está sendo encaminhado corretamente, instigando e dando o suporte necessário aos governos locais para fortalecimento da política pública ambiental local.

No que concerne à geração de empregos pelas concessões, ressalta-se que a apuração referente ao ano de 2017 ainda não ocorreu, dado que o prazo estabelecido nos contratos que tem a exigência de apuração encontra-se em andamento. A apuração para 2016 indica, como esperado, contribuição significativa da concessão florestal federal para geração de emprego e renda nas regiões que abarcam as concessões.

No que diz respeito ao Manejo, a diretriz institucional para as ações do SFB na agenda do Manejo Florestal Comunitário é a de que nossas atividades devem estar voltadas a fomentar iniciativas de

---

forma a gerar diretrizes e recomendações ao desenho de modelos de contratação e oferta de assistência técnica. Assim, focaremos no fomento às iniciativas de Manejo Florestal Comunitário, em diferentes biomas, buscando arranjos e abordagens que tragam inovação a oferta de ATER, buscando seu aprimoramento, haja vista que esta atividade compõe a cesta de atividades produtivas da agricultura familiar e dos povos e populações tradicionais. No caso da produção da madeira, a atividade traz requisitos técnicos e legais específicos, nem sempre triviais a estes públicos, e por isto demanda um processo continuado de formação.

### iii.b- Principais desafios para o exercício seguinte e ações para melhoria de desempenho

Os desafios para ganho de desempenho das Gerências neste objetivo estão relacionados a disponibilidade do quadro de pessoal técnico para execução das ações previstas. A GEFI, por exemplo, responsável pelo Manejo, possui a mesma equipe disponível para realizar as atividades relacionadas à sua atuação nos objetivos 3, 4 e 10.

Com o aumento da área de florestas públicas concedidas em nível federal, é esperada melhoria da qualidade de vida da população que vive em seu entorno e o estímulo à economia formal, com produtos e serviços oriundos de florestas manejadas.

Espera-se a geração de empregos, investimentos em serviços, infraestrutura, retornos financeiros oriundos do pagamento pelos produtos que foram gerados a partir do manejo florestal sustentável pelos concessionários e demais benefícios garantidos pelo contrato de concessão e pela atividade econômica de base sustentável.

Além disso, o manejo adequado permite o envolvimento das populações locais na tomada de decisões em nível municipal, benefícios sociais como geração de emprego direto pelas concessões, e, somando-se a estes, os empregos indiretos criados a partir da dinamização da economia local.

Com relação ao Indicador Social “Investimento em infraestrutura e serviços para comunidade local” (Indicador 3.1), para o ano de 2018 será iniciada a verificação do cumprimento para dois contratos de concessão florestal, ambos na Flona de Saracá-Taquera (Lote Sul), para os quais estima-se que serão depositados cerca de R\$ 210.000,00. Desta maneira, oito contratos de concessão florestal serão monitorados quanto ao cumprimento do Indicador Social.

Para consecução deste objetivo, o SFB continuará apoiando os municípios na constituição dos Conselhos de Meio Ambiente, destacando a estes entes os requisitos de elegibilidade ao repasse, estimulando ainda a participação de comunidades locais nas instâncias municipais de tomada de decisão, assim como o controle social dos investimentos.

Além da ampla comunicação por parte do SFB acima citada, registra-se ainda a concepção de uma cartilha, ora em finalização, planejada especificamente para a orientação dos entes beneficiários do repasse de recursos oriundos da concessão florestal, o que certamente irá incentivar a participação e controle social na gestão dos recursos pelos comunitários, contribuindo com o aumento da qualidade de vida da população dos municípios envolvidos, além de reforçar a total transparência do SFB na coordenação e acompanhamento deste mecanismo

#### **3.1.1- Objetivo 4 - Fomentar a ampliação da cobertura florestal.**

##### *i. Descrição*

###### **Descrição geral**

---

O SFB fomentará a expansão da cobertura vegetal nativa em áreas públicas e privadas visando cumprir os compromissos assumidos pelo Brasil em acordos internacionais. Os métodos e procedimentos a serem desenvolvidos, pesquisados e fomentados são balizados pelos instrumentos do Código Florestal que promovam a ampliação da cobertura florestal. O SFB promoverá a capacitação na área de plantio de espécies florestais nativas e atuará na execução de ações para estruturação da cadeia produtiva de espécies florestais, especialmente as nativas.

<b>Responsável</b>	Carlos Eduardo Portella Sturm
--------------------	-------------------------------

## *ii. Análise*

### *ii.a- Definição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no ano em relação*

As ações contempladas neste objetivo, estão relacionadas a: (a) implementação de Centros de Desenvolvimento Florestal Sustentável, que atua na capacitação e difusão de práticas florestas sustentáveis, dentre elas as técnicas de recomposição de cobertura vegetal, com ênfase em plantios consorciados de espécies nativas, sistemas agroflorestais, e a produção de sementes e mudas florestais, no âmbito do Projeto “Gestão Florestal para produção sustentável na Amazônia, no âmbito da Cooperação Financeira Alemã, via “Banco KfW” e do Programa Arboretum; (b) implementação de Unidades de Referência e Transferência de Tecnologias em Recomposição da Cobertura Vegetal, aliado a um programa de formação continuada, em parceria com a EMBRAPA, nos estados de Rondônia, Mato Grosso e Pará, no âmbito do “Projeto de Regularização Ambiental de Imóveis Rurais na Amazônia e em Áreas de Transição para o Cerrado – KfW/CAR, no âmbito da cooperação financeira alemã, via Banco KfW”; e (c) produção e difusão de material técnico e didático sobre técnicas de recomposição da cobertura vegetal.

Quanto à implementação dos Centros de Desenvolvimento Florestal Sustentável (CDFS), em 2017, o SFB definiu o modelo de gestão todos os centros a serem criados, bem como definiu o escopo de atuação do CDFS a ser implementado na região da BR 163 (no estado do Pará), e deu início a realização do estudo de sustentabilidade econômica do CDFS BR 163, necessária para dar início a modelagem da contratação da Organização Social (OS).

No âmbito do Programa Arboretum, uma parceria multi-institucional em funcionamento no Extremo Sul da Bahia, onde o SFB atua como Coordenador Técnico, foi dada continuidade às atividades de oferta de assistência técnicas e capacitação à produção de mudas e sementes de espécies nativas da Mata Atlântica, junto a comunidades rurais, bem como apoio ao processamento, armazenamento e comercialização das sementes produzidas pelos agricultores familiares atendidos pelo Programa.

Quanto à implementação das “Unidades de Referência e Transferência de Tecnologias em Recomposição da Cobertura Vegetal”, aliado a um programa de formação continuada, em parceria com a EMBRAPA, foram realizadas reuniões para definição das demandas de aquisições e instalações para instalação das “Unidades de Referência e Transferência de Tecnologias”, bem como foi dado início à estruturação do Plano de Formação Continuada, por meio de contratação de consultoria especializada, custeada pela Cooperação Técnica Alemã (GIZ).

Quanto à produção e divulgação de materiais técnicos sobre recomposição de cobertura vegetal, durante o ano de 2017, foram realizados os procedimentos necessários à aprovação da impressão do “Guia Técnico – Restauração ecológica com sistemas agroflorestais – como conciliar conservação com produção – Opções para Cerrado e Caatinga”, com a chancela do Comitê Editorial do MMA. A impressão e divulgação do Guia com tiragem de 3.000 exemplares, será realizada em 2018.

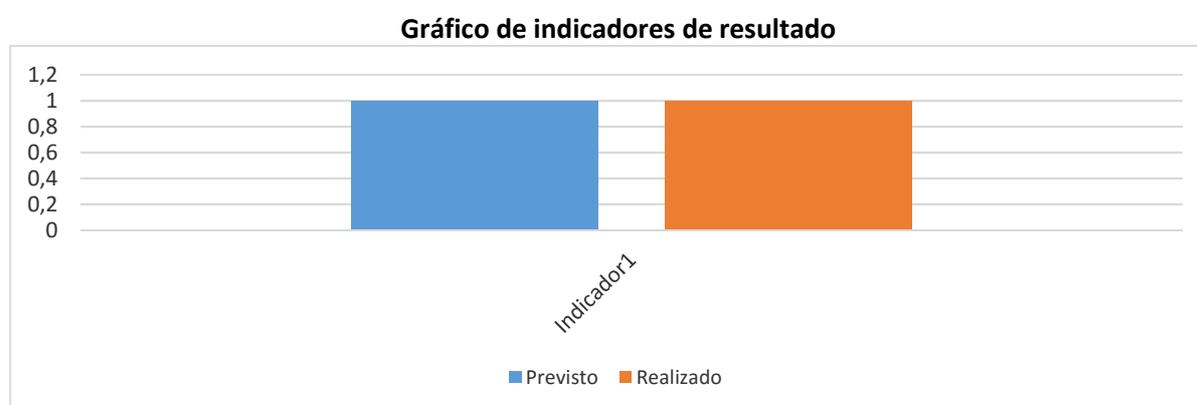
ii.b- Análise dos resultados obtidos em relação à situação inicialmente diagnosticada durante a elaboração do plano estratégico e os avanços alcançados no exercício de referência.

Durante o ano de 2017, foram realizadas atividades estruturantes para a implementação das ações do CDFS BR 163 e das Unidades de Referência e Transferência de Tecnologias em Recomposição da Vegetação Nativa, nos estados do Pará, Rondônia e Mato Grosso, bem como foi dado início às ações de implementação de um Programa de Formação Continuada e produção de material técnico sobre o tema. Da mesma forma, foram mantidas as ações em andamento do Programa Arboretum.

Compreende-se que a GEFI está numa curva de aprendizagem sobre a atuação nesta temática, e dessa forma, esperamos que em 2018, tenhamos resultados obtidos em maior escala.

ii.c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.

ii.c- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.



**Tabela comparativa de indicadores em três exercícios**

Análise dos indicadores	2016		2017		2018
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Indicador 4.1 – Tecnologias difundida no âmbito do desenvolvimento da silvicultura com Espécies Florestais Nativas e Sistemas Agroflorestais.	1	1	1	1	1
Legenda	■ Conforme planejado		■ Merece atenção		■ Desconforme

**Indicador 4.1. Tecnologias difundida no âmbito do desenvolvimento da silvicultura com Espécies Florestais Nativas e Sistemas Agroflorestais:** Tecnologias de silvicultura de espécies nativas com ênfase em recomposição da cobertura vegetal foram difundidas por meio da atuação do SFB, no âmbito do Programa Arboretum, ofertando assistência técnicas e capacitação à produção de mudas e sementes de espécies nativas da Mata Atlântica, junto a comunidades rurais, bem como apoio ao processamento, armazenamento e comercialização das sementes produzidas pelos agricultores familiares atendidos pelo Programa.

ii.d- Resultados físicos e financeiros previstos e obtidos nas principais ações orçamentárias relacionadas ao objetivo estratégico.

Análise orçamentária	Orçamento				Físico				Unidade de medida
	Previsto (LOA + adicionais)		Realizado (empenho liquidado)		Previsto		Realizado		
	Exercício	RAP	Exercício	RAP	Exercício	RAP	Exercício	RAP	
Ação 20WA/ PO 04	48.944	26.803	1.591	26.803	1	0	0	0	Iniciativa apoiada

Com relação a essa ação orçamentária vale ressaltar que, em que pese ela estar diretamente relacionada a esse objetivo estratégico, a meta física difere da meta física proposta no indicador estratégico. A meta física da LOA 2017 refere-se ao apoio a iniciativas no âmbito da Expansão da Silvicultura com Espécies Nativas e de Sistemas Agroflorestais. Nesse sentido, em 2017, apesar dos esforços feitos pela unidade, não foi possível apoiar a iniciativa inicialmente prevista, referente à publicação do Guia do ICRAF. Assim, embora o indicador estratégico tenha tido sua meta cumprida, a meta física da LOA 2017 não foi cumprida.

### iii. Conclusão

#### iii.a- Avaliação do resultado

Ainda que a GEFI tenha colocado suas prioridades em atividades estruturantes para implantação dos Centros de Desenvolvimento Florestal Sustentável (CDFs), “Unidades de Referência e Transferência de Tecnologias em Recomposição da Cobertura Vegetal” e Programa de Formação Continuada, conseguimos atingir 100% da meta, tendo em vista a manutenção das atividades do Programa Arboretum.

#### iii.b- Principais desafios para o exercício seguinte e ações para melhoria de desempenho

Os desafios para ganho de desempenho da GEFI neste objetivo estão relacionados à disponibilidade do quadro de pessoal técnico para execução das ações previstas, considerando que esta gerência tem a mesma equipe disponível para realizar as atividades relacionadas à sua atuação nos objetivos 3, 4 e 10.

## 3.2- Informações sobre a gestão

### 3.2.1- Objetivo 05 - Ampliar e qualificar o diálogo com atores estratégicos para a inserção da temática florestal na agenda estratégica do país

#### i. Descrição

Descrição geral	
O SFB deve avaliar e estruturar o diálogo com atores estratégicos, de maneira a estabelecer canais institucionais de interlocução com MMA, órgãos públicos, entidades privadas, academia e sociedade. O diálogo qualificado deve estruturar sistemáticas ágeis e eficientes de comunicação para garantir o envolvimento dos atores necessários à alavancagem da temática florestal na agenda estratégica do país. Dessa forma, será promovida a inserção da temática florestal nas atividades e nos projetos das políticas setoriais para garantir o desenvolvimento sustentável do País.	
Responsável	Raimundo Deusdará Filho

#### ii. Análise

---

ii.a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de referência em relação ao exercício anterior.

Buscando eficiência e abrangência na execução de suas ações institucionais, bem como promover a inserção da temática florestal nas atividades e nos projetos das políticas setoriais para garantir o desenvolvimento sustentável do País, o SFB dialoga com diversos atores estratégicos dos setores privado, público e terceiro setor, em diferentes instâncias de consulta, de debate, de formulação, de troca de informações, e de deliberação. A consolidação desses espaços de diálogo se materializa por meio da atuação das Diretorias finalísticas, permeando o planejamento e a execução das diferentes ações estratégicas do SFB.

I - No caso da Diretoria de Cadastro e Fomento Florestal – DCF, merecem destaque os seguintes canais de interlocução:

- Conselho Consultivo do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF). Criado pela Lei no 11.284/2006, o FNDF se constitui como um fundo público de natureza contábil, cuja finalidade é fomentar o desenvolvimento de atividades florestais sustentáveis no Brasil e promover a inovação tecnológica no setor. O FNDF é gerido pelo SFB e conta com um Conselho Consultivo, composto por entes governamentais e da sociedade civil, com a função de opinar sobre a distribuição dos seus recursos e a avaliação de sua aplicação. No ano de 2017 foram realizadas duas reuniões do conselho: 12º Reunião Ordinária - 10/05/2017 e 13º Reunião Ordinária - 06/12/2017.
- Conselho Federal Gestor do Fundo de Defesa dos Direitos Difusos – CFDD. A DCF atua no âmbito do CFDD. Conforme consta do site do Ministério da Justiça, o Fundo de Defesa de Direitos Difusos – FDD foi criado em 24 de julho de 1985, pela Lei nº 7.347, e trata-se de um Fundo de natureza contábil, vinculado ao Ministério da Justiça, e regulamentado pela Lei nº 9.008, de 21 de março de 1995, por meio do CFDD. O FDD tem por finalidade a reparação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico, turístico, paisagístico, por infração à ordem econômica e a outros interesses difusos e coletivos. Em 2017, o SFB participou da análise de projetos referentes ao Edital de Chamamento Público CFDD - Chamada I - “promoção da recuperação, conservação e preservação do meio ambiente”.
- Encontros Nacionais de Implantação do CAR e dos PRA. O SFB coordena a implantação do Cadastro Ambiental Rural – CAR e dos Programas de Regularização Ambiental – PRA em âmbito nacional, em cooperação junto aos órgãos estaduais competentes. Em continuidade à interlocução estabelecida, foi realizado o 4º Encontro de Implantação do CAR e a 2ª Oficina de Integração do SICAR, entre os dias 31 de julho e 4 de agosto de 2017, do qual participaram representantes de todos os órgãos estaduais de meio ambiente. Durante o encontro foram apresentadas as ações em andamento, incluindo as entregas relativas ao desenvolvimento e aprimoramento do Sistema de Cadastro Ambiental Rural – SICAR, bem como discutidos os principais sucessos e dificuldades relacionados à implantação dos instrumentos.
- Interlocuções relacionadas à inscrição no CAR de Povos e Comunidades Tradicionais. Houve relevante esforço relativo aos aprimoramentos do Sistema Nacional de Cadastro Ambiental Rural - SICAR relacionados à inscrição das comunidades e povos tradicionais no sistema, definidas a partir da contribuição de atores interessados no tema, caso do Instituto Socioambiental – ISA, da Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas – CONAQ, da Terra de Direitos e da Rede Cerrado. Nesse contexto, o SFB realizou e/ou participou de: (i) 4 Reuniões do Grupo de Trabalho CAR Quilombola sob Coordenação da SEDR/MMA; (ii) 3 Reuniões do Grupo de Trabalho CAR PCT sob Coordenação da Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Povos e Comunidades Tradicionais/ MDS; e

---

(iii) do 1º Seminário de Cadastro Ambiental Rural em territórios de Povos e Comunidades Tradicionais (CAR/PCT) para gestores do SICAR (realizado em outubro de 2017).

- Acordos de Cooperação Técnica. A cooperação técnica para implantação do CAR e dos PRA em conjunto com os órgãos estaduais de meio ambiente do SISNAMA tem sido balizada por acordos firmados a partir de 2014. No ano de 2017 foi formalizada a renovação da cooperação técnica, com destaque para os acordos com seguintes órgãos estaduais:
  - Instituição: INEA – RJ. Data de publicação: 23/01/2017. Objeto: Implantação do Cadastro Ambiental Rural, do Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SICAR, e da política de integração e segurança da informação do SICAR, no estado do Rio de Janeiro;
  - Instituição: IAP – PR. Data de publicação: 06/02/2017. Objeto: Implantação do Cadastro Ambiental Rural - CAR no Estado do Paraná e da política de integração e segurança da informação do SICAR;
  - Instituição: SEMA – AC. Data de publicação: 31/05/2017. Objeto: Implantação, no Estado do Acre, das Concessões Florestais nas Florestas Públicas Estaduais, do Sistema de Informações Gerenciais de Gestão Florestal do Acre, Inventário Florestal Nacional, do Cadastro Ambiental Rural, do Programa de Regularização Ambiental, da Assistência Técnica, Extensão e Fomento Florestal e o aperfeiçoamento da legislação florestal estadual;
  - Instituição: IPAAM – AM. Data de publicação: 16/08/2017. Objeto: Implantação do Cadastro Ambiental Rural, do Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SICAR, e da política de integração e segurança da informação do SICAR, observada a legislação federal pertinente sobre a matéria e a legislação estadual, no que couber;
  - Instituição: SEMA/MA. Data de publicação: 31/08/2017. Objeto: Implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), e da política de integração e segurança da informação do SICAR no estado do Maranhão, observada a legislação federal pertinente sobre a matéria e a legislação estadual, no que couber;
  - Instituição: SECIMA – GO. Data de publicação: 13/09/2017. Objeto: Implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), do Sistema de Cadastro Ambiental Rural - SICAR, e da política de integração e segurança da informação do SICAR, observada a legislação federal pertinente sobre a matéria e a legislação estadual, no que couber;
  - Instituição: IMA – AL. Data de publicação: 31/10/2017. Objeto: Implantação do Cadastro Ambiental Rural (CAR), do Sistema de Cadastro Ambiental Rural (SICAR), e da política de integração e segurança da informação do SICAR, observada a legislação federal pertinente sobre a matéria e a legislação estadual, no que couber; e
  - Instituição: IBRAM – DF. Data de publicação: 20/11/2017. Objeto: Implementação do CAR, SICAR e da política de integração e segurança da informação do SICAR, observada a legislação federal pertinente sobre a matéria e a legislação estadual no que couber.

A cooperação técnica consolidada pelo SFB também foi ampliada no âmbito da execução de projetos com objetivo de viabilizar a inscrição no CAR de pequenos imóveis rurais, de apoiar a capacitação e implementação do CAR, bem como para gerar informações com base nos dados do CAR. Nesse contexto, merecem destaque os seguintes Acordos de Cooperação:

- Instituição: SEMA – MA. Data de publicação: 23/08/2017. Objeto: Promover em municípios do Estado do Maranhão a inscrição no Cadastro Ambiental Rural - CAR, de pequenas propriedades ou posses rurais familiares, definidas no inciso V do arti.3º, da Lei 12.651, de 25 de maio de 2012.
- Instituição: SEMARH – TO. Data de publicação: 28/08/2017. Objeto: Promover em municípios do Estado do Tocantins a inscrição no Cadastro Ambiental Rural - CAR, de pequenas propriedades ou posses rurais familiares, definidas no inciso V do arti.3º, da Lei 12.651, de 25 de maio de 2012.

- 
- Instituição: Fundação Brasileira para o Desenvolvimento Sustentável - FBDS. Data de publicação: 06/11/2017. Objeto: Estabelecer compromisso mútuo para implementação do projeto “Amazônia: Regularização ambiental”, mediante compartilhamento de dados do Cadastro Ambiental Rural -CAR, produção e publicação de informação e conhecimento de valor estratégico para o controle, monitoramento, recuperação, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento no bioma Amazônia.
  - Instituição: SOS Mata Atlântica. Data de publicação: 29/11/2017. Objeto: Estabelecer compromisso mútuo de cooperação técnica, mediante compartilhamento de dados do CAR, para a produção e publicação de informação e conhecimento de valor estratégico para o controle, monitoramento, recuperação, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento no bioma Mata Atlântica.
  - Instituição: CODEVASF. Data de publicação: 11/12/2017. Objeto: Apoiar a capacitação e implementação do CAR, promover a divulgação e comunicação social para a implementação do CAR e do PRA e contribuir para a implementação das demandas e necessidades de adequação no processo de regularização ambiental.

Merece destaque ainda, cooperação técnica formalizada junto ao BANCO CENTRAL DO BRASIL, por meio de ACT publicado em 14/12/2017, com objetivo de estabelecer cooperação para acesso, compartilhamento, processamento e geração de informações georreferenciais do SICAR para fins de monitoramento de crédito e do seguro rural e outras aplicações estratégicas para formulação e execução de políticas que visem o desenvolvimento rural sustentável. Trata-se de iniciativa estratégica e de significativo impacto no que tange a conservação das florestas, considerando as obrigações constantes no Código Florestal, de restringir a concessão de crédito rural aos imóveis que não estejam registrados no CAR, submetendo-se aos requisitos de regularização da Lei nº 12/651, de 2012, ou que apresentem registros ou indicativos de cometimento de infrações ou crimes ambientais.

Diversos instrumentos do Código Florestal colaboram para inserção da temática florestal nas atividades que visam garantir o desenvolvimento sustentável do País. Destaque para a Cota de Reserva Ambiental (CRA), definida como título nominativo representativo de área com vegetação nativa, existente ou em processo de recuperação, que pode ser utilizado, onerosa ou gratuitamente, para compensar a Reserva Legal de imóveis rurais que não possuem remanescentes de vegetação nativa para atender a área mínima definida pela Lei nº 12.651/2012. Adicionalmente, vislumbra-se que as negociações envolvendo as CRA poderão ser concretizadas de modo a viabilizar pagamentos e incentivos por serviços ambientais providos pelos remanescentes de vegetação vinculados ao título.

Os diálogos direcionados à regulamentação da CRA sob coordenação do SFB foram iniciados em 2015, transcorrendo pelo ano de 2016, quando foram realizadas, ao menos, 06 reuniões/ eventos. No ano de 2017, foi dada continuidade aos diálogos, com destaque para:

- Reuniões realizadas em 14/02/2017 e 28/03/17, que contaram com a participação de representantes do SFB e de instituições que integram o Observatório do Código Florestal, como o WWF, o IPAM, a Biofílica, a UFMG e Sociedade Rural Brasileira.
- Reunião/ oficina sobre o Projeto PMR Brasil, realizada em 31/05/2017, na Secretaria de Política Econômica /Ministério da Fazenda, com o objetivo de analisar possíveis abordagens de precificação das emissões de gases de efeito estufa no Brasil, avaliar os potenciais impactos, benefícios e custos da adoção de instrumentos dessa natureza e, por conseguinte, avaliar a conveniência e oportunidade da inclusão desses instrumentos na estratégia nacional de mitigação das emissões desses gases, como parte da política brasileira sobre mudanças climáticas pós-2020.
- Seminário “5 anos do Código Florestal: desafios e oportunidades”, organizado pela Frente Parlamentar Ambientalista, em 05/07/2017, na Câmara dos Deputados.

- 
- Reunião realizada junto ao Ministério da Fazenda e à instituição denominada B3, em 09/11/2017, Secretaria de Política Econômica /Ministério da Fazenda, na qual foram discutidos elementos cruciais para registro das CRA em bolsas de valores/ mercadorias.
  - Seminário sobre as Cotas de Reserva Ambiental, promovido pela Frente Parlamentar Ambientalista, pela Conservação Estratégica e pela Universidade Federal de Minas Gerais, em 07/12/2017, na Câmara dos Deputados, do qual participaram representantes do SFB, dos Estados da Federação, UFMG, CSF, do Observatório do Código Florestal.
  - Articulação junto ao Governo do Distrito Federal com o objetivo de promover a conservação e a recomposição do bioma Cerrado. O SFB integra a Aliança Cerrado – um amplo acordo de cooperação envolvendo 58 instituições com atuação a nível local, nacional e internacional que se reúnem periodicamente em torno de ações integradas para proteção e recuperação do bioma. Além disso, por meio do Programa Piloto Recupera Cerrado construído em parceria com Fundação Banco do Brasil, Terracap/GDF, SEMA/GDF e Ibram/GDF, foram enviados esforços para elaboração um edital para concretização de investimentos em projetos de recomposição do Cerrado. Ao final do ano, o edital se encontrava pronto para ser publicado, aguardando o depósito dos recursos financeiros acordados junto aos parceiros.
  - Participação na Conferência das Partes da Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima - COP 23 Alemanha Bonn, de 06/11/2017 a 17/11/2017, oportunidade em que o SFB compartilhou suas entregas estratégicas junto aos partícipes do evento que frequentaram o Espaço Brasil, uma área montada pelo governo federal na Conferência do Clima.

II - No caso da Diretoria de Concessões Florestais, merecem destaque os seguintes canais de interlocução e iniciativas:

- Decreto de Compras Sustentáveis nº 9.178, de 2017. A discussão prévia à aprovação do Decreto se deu sob coordenação da Casa Civil, com participação do Ministério de Planejamento. O SFB participou colaborando para definição de critérios sustentáveis para utilização de produtos madeireiros adquiridos por meio de compras realizadas pelo poder público;
- Participação em reuniões dos conselhos consultivos de Florestas Nacionais, incluindo Macauã e São Francisco, no Acre; Jamari, Jacundá e Bom Futuro em Rondônia; Humaitá no Amazonas; Amapá, no Amapá; Amana, Crepori, Itaituba I e II, Altamira e Saracá Taquera no Pará;
- Realização de audiências públicas previstas no âmbito da implantação do processo de concessão de florestas públicas para exploração sustentável. Em 2017, houve tentativa de realizar audiências nos municípios de Itaituba e Trairão, no Pará, referentes à concessão de glebas na Flona Itaituba, no entanto, a ação foi inviabilizada devido à protestos. Além dessas iniciativas, foi realizada em 9/8, uma audiência pública em Itapuã do Oeste, referente à licitação de áreas para concessão na Flona Jamari.
- Participação em uma série de eventos realizados pelo governo do Amazonas, com o objetivo de discutir alternativas de financiamento para a conservação, das quais participaram representantes do Ministério Público, do Judiciário, do governo estadual, entre outros.

III - No caso da Diretoria de Pesquisa e Informações, merecem destaque os seguintes:

- Intercâmbio de experiências em inventários florestais. Em 19 de julho, foi realizada reunião em Manaus/AM, denominada "Encontro para troca de experiências sobre inventário florestal nacional (IFN): primeiros passos com países amazônicos" para tratar do intercâmbio de experiências em inventários florestais na América Latina e no Caribe, da qual participaram 10 países membros da OTCA – Organização do Tratado de Cooperação Amazônica. O evento busca a integração regional e harmonização dos inventários no que tange a terminologias, ao compartilhamento de metodologias e ao uso dos resultados;

- Participação na Câmara Técnica de Destinação de Terras Públicas, coordenada pelo MMA, da qual participam instituições como a SPU, Icmbio, INCRA, Ministério Público e Censipam, buscando ampliar a destinação de glebas para uso sustentável dos recursos florestais;
- Participação no Grupo de Trabalho Técnico sobre REDD+ (GTT REDD+), instituído pela Portaria MMA nº 41 /2014. O Grupo é coordenado MMA e conta com a participação de representantes do: i) Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais - INPE; ii) Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia - INPA; iii) Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA; iv) Fundação de Ciência, Aplicações e Tecnologia Espaciais - FUNCATE ; v) Universidade Federal de Goiás - UFG; vi) Universidade de Brasília - UnB; vii) Universidade de São Paulo - USP; e viii) Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG. O objetivo geral estabelecido pela Estratégia Nacional para REDD é contribuir para a mitigação da mudança do clima por meio da eliminação do desmatamento ilegal, da conservação e da recuperação dos ecossistemas florestais e do desenvolvimento de uma economia florestal sustentável de baixo carbono, gerando benefícios econômicos, sociais e ambientais.

ii.b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.

**Gráfico de indicadores de resultado**



**Tabela comparativa de indicadores em três exercícios**

Análise dos indicadores	2016		2017		2018
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Indicador 5.1 - Participação qualificada em colegiados					
Legenda	■ Conforme planejado		■ Merece atenção		■ Desconforme

A área técnica não respondeu ao indicador.

### iii. Conclusão

#### iii.a- Avaliação do resultado

Considerando-se que o ano de 2017 representou mudanças significativas relativas ao escopo de atuação do SFB, promovidas pelo Decreto nº 8.975, de 2017, verifica-se que os resultados obtidos claramente apontam para a ampliação e para a qualificação do diálogo junto aos atores estratégicos. Considera-se, portanto, os resultados foram atingidos conforme o planejado.

---

Observa-se ainda, que a ampliação dos canais de diálogo se materializou, em grande parte, no que tange à atuação da Diretoria de Cadastro e Fomento Florestal, uma vez que foi esta a unidade administrativa que absorveu as novas atribuições do SFB inerentes à operacionalização dos instrumentos inovadores do Código Florestal, caso do CAR, dos PRA e da CRA. Não por acaso, a publicação do regimento interno do SB resultou por reconhecer o novo momento de atuação da unidade, para além da antiga Diretoria de Fomento e Inclusão – DFI.

Os resultados apresentados demonstram intenso envolvimento das diretorias finalísticas do SFB e de suas unidades gerenciais na busca pela eficiência e abrangência na execução de suas ações institucionais, de modo a promover a inserção da temática florestal nas atividades e nos projetos das políticas setoriais para garantir o desenvolvimento sustentável do País.

Verificam-se significativos espaços de diálogo consolidados e ampliados junto a diversos atores estratégicos dos setores privado, público e terceiro setor, em diferentes instâncias, permeando o planejamento e a execução das diferentes ações estratégicas do SFB.

### iii.b- Principais desafios para o exercício seguinte e ações para melhoria de desempenho

No que tange aos desafios para o próximo exercício, avalia-se que residem, em especial, na pulverização das competências sobre ações afetas à temática de florestas em diferentes instituições no âmbito federal, o que dificulta a interlocução e a implementação das políticas necessárias para o uso sustentável dos recursos florestais. Faz-se necessário aprimorar a definição de competências entre o IBAMA, o ICMBio, o Serviço Florestal e as secretarias do MMA envolvidas com o tema, agrupando as atribuições inerentes ao desenvolvimento sustentável do setor florestal num mesmo espaço institucional.

A atribuição de novas competências ao SFB reflete a necessidade de que a sua natureza jurídica e a sua estrutura administrativa sejam revisadas e adaptadas, de modo a lhe conceder condições de exercer a interlocução e a articulação intra e intersetorial de forma mais eficiente.

A reformulação e implantação do SFB como instituição florestal federal, dotada de autonomia administrativa e financeira, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA e do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza – SNUC, faz-se necessária para possibilitar melhorias na execução das políticas florestais nacionais de fomento, economia, regulação, autorização, monitoramento e gestão da informação relacionadas à conservação, à supressão, ao manejo, à restauração, à recomposição, à reposição, à compensação e ao uso das florestas e da vegetação nativa no País, previstas, em especial, no Código Florestal e na Lei de Gestão de Florestas Públicas.

## 3.2.1- Objetivo 6 - Aprimorar a comunicação da agenda do SFB com a sociedade

### i. Descrição

Descrição geral	
A instituição deve buscar mecanismos que ampliem e aperfeiçoem a comunicação e o conhecimento da agenda florestal desenvolvida pelo SFB junto à sociedade. Instrumentos importantes deverão ser implementados, considerando em especial as agendas prioritárias para o período de 2015-2019, as metas estabelecidas e os projetos estratégicos. A missão de promover o conhecimento e o uso sustentável das florestas públicas perpassa pela divulgação das atividades do órgão e pelo contato direto com a sociedade.	
Responsável	Raimundo Deusdará Filho

### ii. Análise

---

ii.a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de referência em relação ao exercício anterior.

A relação do Serviço Florestal Brasileiro com a sociedade ocorre por diversos meios, dentre eles seus canais de divulgação próprios, como o site [www.florestal.gov.br](http://www.florestal.gov.br) e redes sociais, a realização e participação em eventos como feiras, congressos científicos, seminários, simpósios, contato por meio de sua Ouvidoria, bem como a divulgação por intermédio da imprensa.

Há ainda a possibilidade de contato direto com o órgão em sua sede em Brasília e em suas unidades regionais Purus Madeira, em Porto Velho (RO), Distrito Florestal Sustentável da BR-163, em Santarém (PA), Regional Nordeste, em Natal (RN) e Regional Sul, em Curitiba (PR).

Como nos anos anteriores, durante o ano de 2017, o Serviço Florestal Brasileiro manteve o empenho em ampliar e qualificar o relacionamento com a sociedade. Ao longo do ano, diversas atividades promovidas aumentaram a sua visibilidade e o conhecimento da sociedade acerca das atividades desenvolvidas pelo órgão, o que refletiu no reconhecimento do órgão, por parte da imprensa, como porta voz qualificado para responder sobre questões relacionadas à gestão da florestal e manutenção do crescimento das interações por meio das mídias sociais e do portal do órgão.

Dentre as principais atividades promovidas pelo Serviço Florestal Brasileiro que marcaram a aproximação com a sociedade no ano de 2017 destacam-se o lançamento do aplicativo para celular Plantadores de Rios, a promoção do IV Prêmio de Economia e Mercado Florestal e a realização de audiência pública relativa à concessão florestal do lote 2 da Floresta Nacional de Jamari, no município de Itapuã do Oeste.

#### Lançamento Aplicativo Plantadores de Rios

O aplicativo Plantadores de Rios foi lançado no dia Mundial do Meio Ambiente, 05 de junho, em cerimônia realizada no Palácio do Planalto que contou com a presença do Presidente da República, Michel Temer, do presidente da Câmara dos Deputados, Rodrigo Maia, e do ministro do Meio Ambiente, Sarney Filho. Tal lançamento contou com ampla repercussão na mídia e divulgações por meio das redes sociais do órgão e de seus parceiros. Cerca de 5 mil usuários baixaram o aplicativo. Para saber mais: Governo Federal lança aplicativo para recuperar rios e nascentes.

O aplicativo também foi apresentado durante o fórum “Inovações para Objetivos do Desenvolvimento Sustentável e Ação Climática”, promovido pela Organização das Nações Unidas durante a 23ª Conferência das Partes sobre Mudanças Climáticas (COP 23), na Alemanha. Para saber mais: Aplicativo Plantadores de Rios é apresentado em fórum de inovações do Planeta Clima.

#### IV Prêmio de Economia e Mercado Florestal

O Prêmio Serviço Florestal Brasileiro de Economia e Mercado Florestal é realizado anualmente em parceria com a Escola de Administração Fazendária (ESAF) e Confederação Nacional das Indústrias (CNI). Tal premiação tem como objetivo estimular a produção de estudos com esta temática, além de promover o debate sobre o uso produtivo e sustentável das florestas. O Prêmio completou a sua quarta edição no ano de 2017 e, conforme costume, a cerimônia de premiação foi realizada no dia 21 de março, quando se comemora o Dia Internacional das Florestas. Para saber mais: SFB premia estudos sobre o uso produtivo e sustentável das florestas.

#### Audiência Pública para Concessão da Floresta Nacional do Jamari (Lote 2):

Em agosto de 2017 foi realizada no município de Itapuã do Oeste, Rondônia, audiência pública para tratar da concessão do Lote 2 da Floresta Nacional (Flona) do Jamari. A audiência contou com ampla participação, com destaque para a presença de autoridades locais, comunidades que vivem no entorno da Flona, sociedade civil organizada, ongs ambientalistas, empresas concessionárias e potenciais interessadas no processo de concessão.

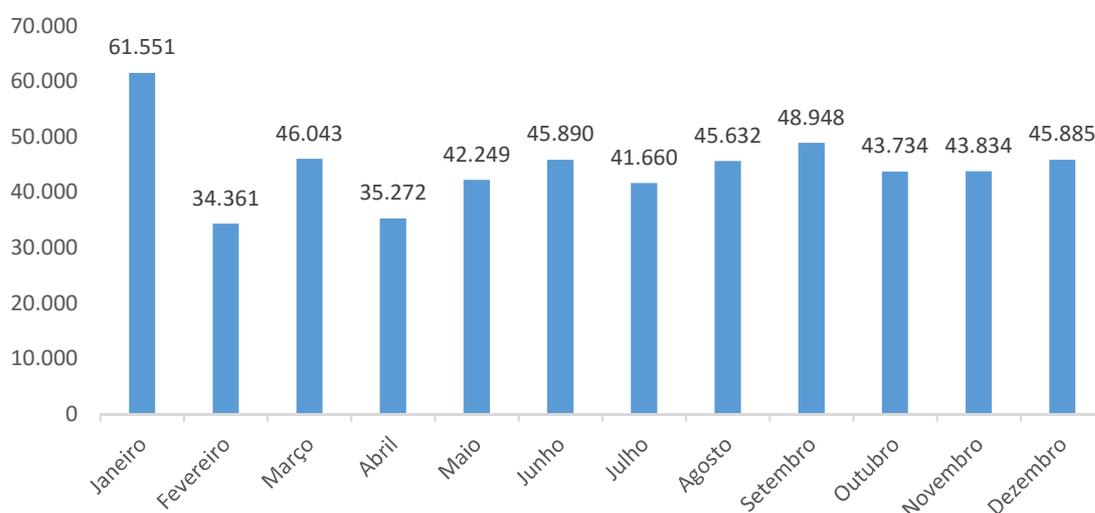
A audiência, bem como o processo de consulta pública como um todo foram amplamente divulgados por meio de notícias publicadas no site do Serviço Florestal, postagens nas mídias sociais, envio de email marketing para mailing de contatos, distribuição de releases e de materiais informativos para a imprensa, etc. Para saber mais: SFB abre consulta pública para concessão de lote na Flona do Jamari, Audiência pública apresenta proposta para aumentar produção sustentável da Flona do Jamari, Serviço Florestal divulga datas para visita da UMF IV da Flona do Jamari.

### Site

Durante o ano de 2017, o Serviço Florestal Brasileiro concluiu com sucesso a migração de seu portal para o Padrão de Identidade do Governo Federal. De 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2017, o número de visitas ao site foi de 535.059, com média mensal de 44.885 acessos e tempo médio de visitação por página de dois minutos e cinco segundos.

As cinco páginas de maior visitação no site foram: Página Inicial, Números do Cadastro Ambiental Rural, Módulo de Relatórios, Institucional e Perguntas Frequentes do CAR.

**Gráfico 1 - Acesso ao Site do SFB - 2017**



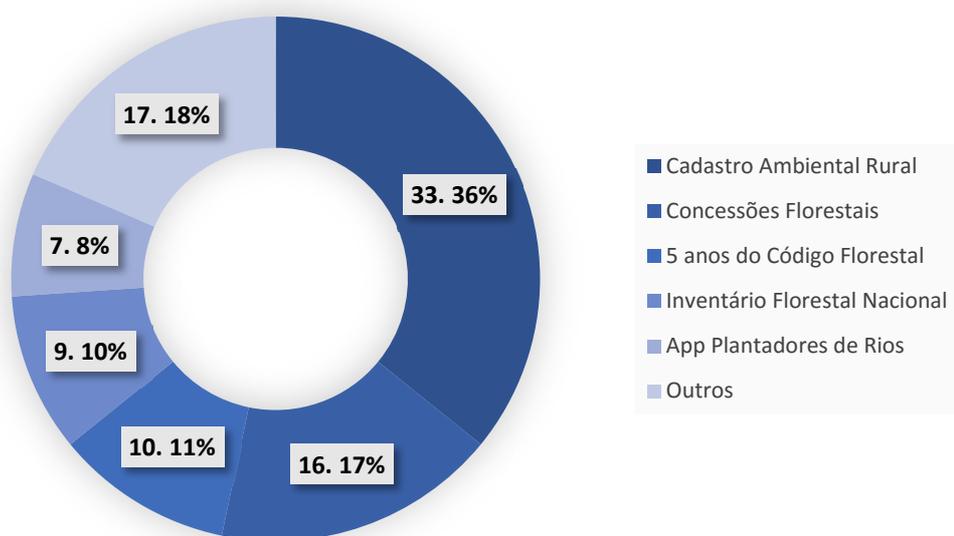
### Notícias

No decorrer do ano de 2017 foram publicadas 51 notícias no site do Serviço Florestal Brasileiro. O número é 13 % maior do que no ano anterior, quando foram publicadas 45 notícias. Veja aqui a relação das notícias publicadas.

### Atendimentos à Imprensa

Em relação às demandas de informações e entrevistas recebidas pelo Serviço Florestal Brasileiro, o número de atendimentos à jornalistas seguiu em ascensão, totalizando 92 atendimentos durante o ano de 2017, configurando um aumento de 12 % em relação ao ano anterior. Como em 2016, o tema de maior interesse por parte da imprensa segue sendo o Cadastro Ambiental Rural (33 atendimentos), seguido pelas Concessões Florestais (16), pelo aniversário de cinco anos do Código Florestal Brasileiro (10) e pelo Inventário Florestal Nacional (9) e o aplicativo Plantadores de Rios (7).

**Gráfico 2 - Temas - Solicitações Imprensa - 2017**



Das diversas matérias veiculadas no ano com citações diretas ao Serviço Florestal Brasileiro, destacaram-se:

- Quanto vale uma floresta? - Revista Isto É Dinheiro (06/03/2017)
- Rondônia tem 10 espécies novas de plantas para serem identificadas até 2020 - Rede Amazônica (04/05/2017)
- Ministério do Meio Ambiente busca conter o desmatamento do Cerrado - Valor Econômico (05/06/2017)
- Madeira do Vale do Jamari é exportada para diversos países - Rede Amazônica (17/06/2017)
- Pesquisadores coletam dados para inventário das florestas e esperam descobrir novas espécies de plantas em RR - Rede Amazônica (22/09/2017)
- Serviço Florestal Brasileiro está em Roraima para identificar plantas e animais do estado - Rede Amazônica (23/09/2017)
- Por que a floresta de Jamanxim não foi concedida para a exploração sustentável? - Revista Época e Blog do Planeta (11/10/2017)
- Com este aplicativo você protege rios e nascentes do Brasil - Catraca Livre (13/11/17)
- O que deveria ser feito para atingir desmatamento zero no Brasil - Catraca Livre (13/11/17)
- Todos ganham com o respeito à legislação florestal (Artigo de Opinião) - Folha de São Paulo (12/12/2017)
- As vantagens da recuperação das florestas das fazendas - Valor Econômico (12/12/2017)
- Prazo pra entrega do CAR está chegando ao fim - Globo Rural (24/12/2017)

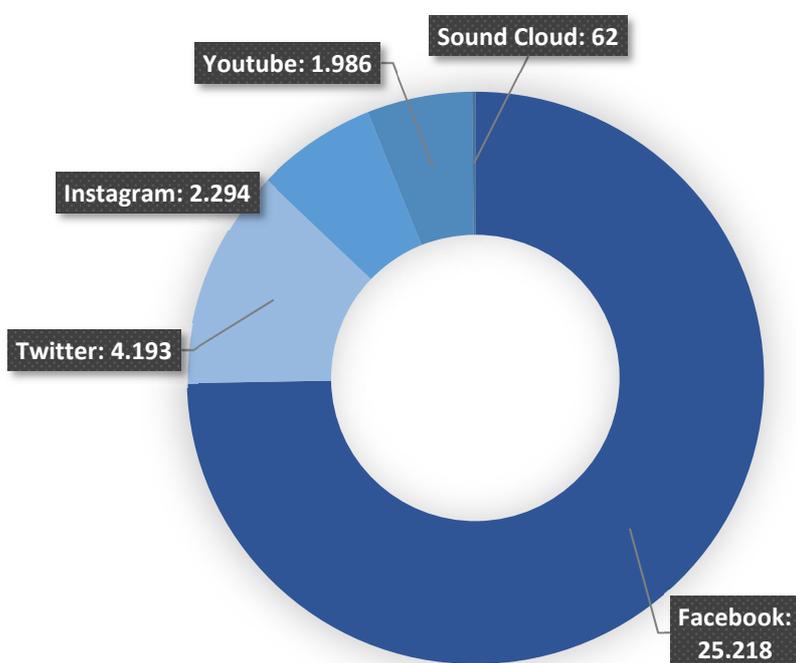
---

## Mídias Sociais

Nas redes sociais, houve aumento da integração com os usuários e o número de seguidores dos perfis do Serviço Florestal Brasileiro foi ampliado. Em dezembro de 2017 o órgão atingiu 33.753 seguidores nas redes sociais, consolidando a tendência aumento crescente, com um incremento de 39% em relação ao ano anterior.

A mídia onde o órgão tem maior adesão continua sendo o Facebook, com 25.218 seguidores. Seguido pelo Twitter (4.193), Instagram (2.294), Youtube (1.986) e SoundCloud (62). Destaca-se no ano de 2017 ainda a criação de contas do Serviço Florestal em mais duas redes sociais, a saber Instagram e Flickr.

**Gráfico 3 - Seguidores Mídias Sociais - 2017**



## Eventos

A interação com a sociedade também se deu por meio de eventos, organizados diretamente pelo Serviço Florestal Brasileiro, ou dos quais o órgão participou e teve oportunidade de divulgar suas atividades, esclarecer dúvidas e atender diretamente a sociedade. Dentre os eventos com participação do órgão, podem ser destacados:

- Cerimônia de entrega do IV Prêmio SFB em Estudos de Economia e Mercado Florestal - 21/03/2017 (Brasília-DF)
- Lançamento de Iniciativas do Serviço Florestal Brasileiro em Comemoração ao Dia Mundial do Meio Ambiente – 08/06/2017 (Brasília - DF)
- 4º Encontro de Implementação do Cadastro Ambiental Rural - 31/07 a 04/08/2017 (Brasília - DF)
- Audiência Pública de Concessão Florestal do Lote 2 Flona do Jamari – 09/08/2017 (Itapuã do Oeste – RO)

- Workshop de Consolidação do Sistema Nacional de Informações Florestais – 29/08/2017 (Brasília – DF)
- Workshop “Estratégias e Ferramentas para Identificação Botânica no âmbito do IFN” – 03 a 09/04/2017 – (Belém-PA)
- Reunião para o Intercâmbio de Experiências sobre os Inventários Florestais na América Latina e Caribe: Primeiro passo com os países amazônicos – 25 a 27/07/2017 (Manaus-AM)

### Minuto do Serviço Florestal Brasileiro

Em 2017, o Serviço Florestal manteve a parceria com a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) para produção e divulgação do spot de rádio “Minuto do Serviço Florestal Brasileiro”. O spot é inserido no programa “Prosa Rural” e distribuído para 175 rádios da região Norte, sendo 29 rádios comerciais, 136 comunitárias, 8 educativas e 2 estatais.

Ao longo do ano, foram produzidos 42 spots do Minuto Florestal, nos quais foram abordados de maneira informativa e educativa, diversos temas relacionados à atuação do órgão. Dentre os assuntos abordados ao longo do ano de 2017 estão: benefícios das florestas, árvores brasileiras, mudanças climáticas, produção sustentável, concessões florestais, Cadastro Ambiental Rural e Código Florestal Brasileiro. Os programas também foram divulgados pela conta do órgão no Facebook e estão disponíveis no canal mantido pelo órgão no SoundCloud.

ii.b- [Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.](#)

**Gráfico de indicadores de resultado**



**Tabela comparativa de indicadores em três exercícios**

Análise dos indicadores	2016		2017		2018
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Indicador 6.1 – Índice de seguidores nas mídias sociais.	18140	24261	30.326	33.753	37.128
Legenda <span style="color: green;">■</span> Conforme planejado <span style="color: yellow;">■</span> Merece atenção <span style="color: red;">■</span> Desconforme					

**Indicador 6.1 – Seguidores em redes sociais:** o indicador utilizado para medir a comunicação com a sociedade refere-se à comunicação por meio das redes sociais do órgão. Esse indicador foi elaborado com base em manual oficial da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República (SECOM), bem como em pesquisas promovidas pela mesma instituição. Ambos deixam claro que a internet é um dos principais meios para se informar do que acontece no país para quase metade dos entrevistados. Deste modo, a presença do SFB e a divulgação de sua agenda nas redes sociais é um instrumento de

---

transparência e contato direto com a sociedade. Ademais, as redes sociais também são marcadas pelo contato direto, construção colaborativa e interação com o cidadão. A partir deste reconhecimento, estabelece-se como indicador da comunicação do SFB com a sociedade o número de usuários presentes em nossas redes sociais.

Dessa maneira, o indicador “Índice de seguidores nas mídias sociais” é composto pela soma do número de usuários de todas as mídias sociais do órgão, a saber, a soma de usuários: que curtem a página do Facebook, seguidores no Twitter, no Instagram, Flickr, SoundCloud e inscritos no Canal do Youtube. Tal índice permite monitorar o número de usuários com interesse direto pelas divulgações do órgão. Pelas características das redes sociais, esse também é o público que prioritariamente recebe e visualiza as divulgações do SFB nas redes sociais.

Considerando a mudança na política do Facebook, que ainda é a principal rede social do órgão em relação ao número de adesões, a meta para 2018 foi definida prevendo crescimento de 10%, tendo como parâmetro o número de seguidores em mídias sociais em janeiro do ano base.

### iii. Conclusão

#### iii.a- Avaliação do resultado

Apesar das condições adversas enfrentadas, tanto internas, como redução de equipe lotada na Coordenação de Comunicação, quanto externas ao órgão, como a mudança na política da principal rede social utilizada para a divulgação de suas atividades, o Facebook, as ações de Comunicação realizadas ao longo do ano de 2017 obtiveram o resultado esperado no sentido de fortalecer sua imagem institucional e promover o conhecimento da agenda desenvolvida pelo Serviço Florestal para seus públicos de interesse e a sociedade em geral.

Desde a ampliação da agenda de atuação do órgão, com a incorporação de atividades relativas a implementação do Código Florestal Brasileiro e gestão do Cadastro Ambiental Rural, o Serviço Florestal vem ganhando cada vez mais visibilidade e consolidando-se como uma referência para atores estratégicos e para os meios de comunicação no que tange a assuntos relacionados à gestão florestal.

Outro avanço a ser considerado foi a diversificação das plataformas de divulgação por meio das mídias sociais, com a criação de contas institucionais do órgão em duas novas redes, o Instagram e o Flickr.

Dessa maneira e, conforme dados apresentados acima, concluímos que o Serviço Florestal dedicou esforços para expandir sua divulgação institucional e a comunicação com a sociedade, intensificando sua presença em mídias sociais, divulgação de conteúdos pelo site, atendimento à imprensa e participação em eventos, o que se reflete no cumprimento das metas traçadas para o indicador do presente objetivo.

#### iii.b- Principais desafios para o exercício seguinte e ações para melhoria de desempenho

Com intuito de otimizar o contato com a sociedade, no decorrer do ano de 2018, o Serviço Florestal Brasileiro, pretende ampliar os canais de divulgação com seus públicos de interesse, bem como a intensificar a interação com a sociedade e aprimorar a divulgação e a transparência das atividades desenvolvidas.

Dessa maneira, e em consonância com as mudanças ocorridas nos meios de comunicação e no modo como a sociedade interage, faz-se necessário investir na qualificação da equipe, bem como na

---

modernização e substituição dos equipamentos e tecnologias empregadas na atividade, como a aquisição de novos computadores e software.

### **3.2.1- Objetivo 7 - Propor mecanismos que estimulem o uso sustentável das florestas**

#### *i. Descrição*

##### **Descrição geral**

Para incentivar o uso sustentável das florestas, se faz necessário promover continuamente a revisão da legislação e normas que o disciplinam, com destaque para o manejo florestal sustentável e para as concessões florestais. Dessa forma, esse objetivo busca a otimização de procedimentos e atualização do arcabouço regulatório. Isso ocorre principalmente por meio de revisão das Resoluções do SFB, participação do SFB na elaboração de atos normativos da União, MMA e CONAMA, além do ajustamento dos contratos de concessão vigentes, por meio de Termos Aditivos. Tais ações proporcionam um ambiente mais propício para o uso sustentável das florestas e para o sucesso das concessões florestais.

##### **Responsável**

Raimundo Deusdará Filho

#### *ii. Análise*

*ii.a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de referência em relação ao exercício anterior.*

Em 2017, houve aprimoramento das normas referentes às concessões florestais federais por meio da publicação de duas novas Resoluções, a saber:

Resolução	Conteúdo
Nº 38, de 05.10.2017	Estabelece indicadores técnicos classificatórios e bonificadores a serem utilizados nos editais de concessão florestal federal e dá outras providências.
Nº 40, de 29.11.2017	Institui procedimentos para a inclusão de novas espécies e classificação dos grupos de valor das espécies florestais para os contratos de concessão florestal que utilizem a metodologia de preço por grupos de valor.

Por fim, vale destacar o embasamento técnico fornecido pelo SFB para a edição do Decreto nº 9.178, de 23 de outubro de 2017. O Decreto regulamenta o art. 3º da Lei 8.666/93 para estabelecer critérios, práticas e diretrizes para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável nas contratações realizadas pela administração pública federal, direta, autárquica e fundacional e pelas empresas estatais dependentes. Por meio da atuação do SFB, foram adicionados aos critérios e práticas sustentáveis os seguintes: (i) origem sustentável dos recursos naturais utilizados nos bens, serviços e obras; e (ii) utilização de produtos florestais madeireiros e não madeireiros originários de manejo florestal sustentável.

*ii.b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.*

#### **Gráfico de indicadores de resultado**

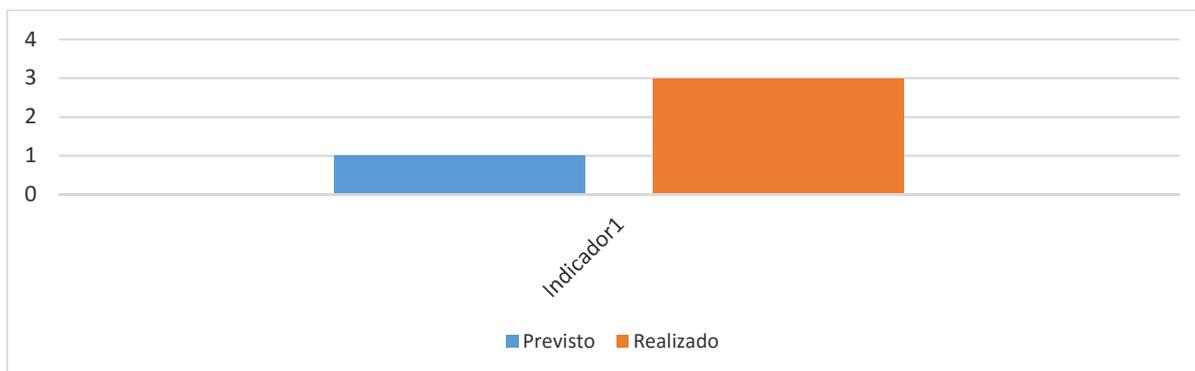


Tabela comparativa de indicadores em três exercícios

Análise dos indicadores	2016		2017		2018
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto
Indicador 7.1 - Atos normativos revistos e simplificados.	1	7	1	3	1

Legenda ■ Conforme planejado ■ Merece atenção ■ Desconforme

**Indicador 7.1 - Atos normativos revistos e simplificados:** Como disposto nas sessões acima, ao longo de 2017, houve a participação direta do SFB na elaboração e publicação de 3 instrumentos normativos, que foram revistos e/ou simplificados. Para 2018, está prevista a meta de 1 ato revisto/simplificado.

### iii. Conclusão

#### iii.a- Avaliação do resultado

A política de concessões florestais está em prática há apenas 10 anos, podendo ser considerada incipiente, uma vez que seus contratos têm duração de 40 anos e que a produção foi iniciada somente há 8 anos.

Assim, os parâmetros contratuais vêm sendo continuamente ajustados. Nesse cenário, é esperado que o grau de aprendizado regulatório seja bastante elevado e que, conseqüentemente, ajustes consideráveis sejam mais frequentes nos primeiros contratos, situação que tende a se estabilizar à medida que se atinja maior grau de maturidade na regulação deste tipo de concessão.

#### iii.b- Principais desafios para o exercício seguinte e ações para melhoria de desempenho

Espera-se, por meio do aprimoramento regulatório, a criação de um ambiente que propicie a conciliação da saúde econômico-financeira dos concessionários com as expectativas do mercado consumidor, além do estímulo à confiança de investidores e futuros proponentes. Alinhado a estas expectativas, há que se cuidar, prioritariamente, de um conjunto de disciplinas para fazer cumprir os atos normativos, bem como mecanismos de monitoramento para quaisquer inconformidades ou desvios.

Para melhorar a efetividade desse aprimoramento regulatório, é necessário manter constante contato com os agentes envolvidos com atividades florestais, primando pela transparência e participação. Dessa forma, o SFB propiciará um ambiente mais seguro para os concessionários florestais e poderá influenciar de forma significativa o arcabouço normativo que disciplina o uso realmente sustentável das florestas.

---

### 3.2.1- Objetivo 08 - Ampliar as áreas sob concessão florestal

#### i. Descrição

<b>Descrição geral</b>	
O SFB atuará para ampliar as áreas de florestas públicas sob concessão para exploração produção de madeira, produtos não madeireiros e serviços de turismo. As concessões florestais visam conservar a cobertura vegetal das florestas brasileiras, por meio da melhoria da qualidade de vida da população que vive em seu entorno e do estímulo à economia formal com produtos e serviços oriundos de florestas manejadas.	
<b>Responsável</b>	Marcus Vinícius da Silva Alves

#### ii. Análise

##### ii.a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de referência em relação ao exercício anterior.

Há dezessete contratos de concessão florestal federal celebrados, em cinco florestas nacionais (Flonas): dois na Flona do Jamari (RO), quatro na Flona Saracá-Taquera (PA), dois na Flona de Jacundá (RO), dois na Flona do Crepori (PA), quatro na Flona de Altamira (PA) e três na Flona de Caxiuanã (PA). No total, até o momento, 1,018 milhão de hectares de florestas públicas federais estão sob regime de concessão. Um contrato contempla uma unidade de manejo florestal (UMF).

Como parte do objetivo de ampliação das áreas sob concessão florestal federal, cabe mencionar que foi publicada, em 2017, Proposta de Edital para concessão florestal da UMF IV da Flona do Jamari.

A audiência pública para apresentação e discussão da Proposta de Edital ocorreu no dia 09/08/2017, no município de Itapuã do Oeste/RO, conforme aviso publicado no Diário Oficial da União nº 132, de 12/08/2017, seção 3, página 131. A Proposta também foi apresentada e discutida durante a reunião do Conselho Consultivo da Flona do Jamari, realizada em Itapuã do Oeste no dia 08/08/2017. O evento contou com a presença de conselheiros da Flona e participantes interessados.

Tinha-se ainda a previsão de realização de outras duas audiências públicas, prévias à publicação do Edital de Concessão Florestal das Flonas de Itaituba I e II, localizadas no estado do Pará.

Ocorre que houve a realização de um bloqueio por manifestantes, no local agendado para a primeira audiência. Dessa forma, as audiências serão reagendadas em data oportuna. No entanto, o processo de consulta pública da Proposta de Edital, que está disponível no site do SFB, continua em andamento. Ressalta-se ainda a realização de estudos de habilitação, indispensáveis e obrigatórios à estruturação dos projetos e, conseqüentemente, preparação dos Editais de Licitação para concessões florestais. Em 2017, o SFB contratou estudos para o diagnóstico de infraestrutura e logística, assim como para a modelagem de preço da madeira em pé para a Floresta Nacional do Amapá, no âmbito do Projeto UFT/081/BRA (FAO/ONU). Os produtos foram entregues e aceitos pelo SFB.

Os Planos de Manejo da Unidade de Conservação (PMUCS) são, conforme o art. 18, §8º da Lei 11.284/2006, a licença prévia para o uso das Flonas. Das 32 Flonas existentes na Amazônia, 17 possuem PMUC aprovados. Em outras oito Flonas, o PMUC está em fase final de elaboração: Jatuarana, Tefé, Pau Rosa, Macauã, São Francisco e três Flonas do interflúvio Purus-Madeira: Balata-Tufari, Humaitá e Iquiri.

Em relação à Flona de Humaitá, no estado do Amazonas, o SFB colaborou, por meio de oficina de planejamento participativo, nos trabalhos de definição do zoneamento de uso e concepção do seu plano de manejo, com presença do ICMBio e Conselho Consultivo dessa Flona.

Outra importante atuação do SFB foi o apoio para a realização dos inventários florestais nas Flonas de Jatuarana/AM e Bom Futuro/RO, visando à elaboração dos planos de manejo daquelas unidades de conservação.

A elaboração de diversos PMUCs, notadamente nas UCs da BR-319, BR-230 e BR-163, não estão seguindo o cronograma, principalmente por escassez de recursos humanos e orçamentários. Isso coloca em risco a viabilidade das concessões florestais em áreas públicas que já vêm sofrendo pressão antrópica. Tipicamente, essa pressão inicia-se com o roubo das madeiras mais valiosas em áreas com acesso logístico mais fácil, para então progredir para a degradação florestal e, em último caso, o desmatamento. Dessa forma, a pressão inicial compromete a viabilidade ambiental e econômica das concessões florestais, especialmente em florestas com pior acesso.

ii.b- [Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.](#)

**Gráfico de indicadores de resultado**



**Tabela comparativa de indicadores em três exercícios**

Análise dos indicadores	2016		2017		2018
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Previsto
Indicador 8.1. Área de florestas públicas federais concedidas	176.000	176.600,41	249.000	0	282.000,00

Legenda ■ Conforme planejado ■ Merece atenção ■ Desconforme

**Indicador 8.1. Área de florestas públicas federais concedidas:** A previsão deste indicador para 2017 (249.000 hectares) referia-se à contratação de duas UMFs na Flona do Crepori (Lote II), planejada para o ano em referência. Entretanto, a mesma não se concretizou devido à suspensão do respectivo processo licitatório, por determinação judicial. Dessa forma, não foi possível realizar novas concessões durante o período.

iii. [Conclusão](#)

iii.a- [Avaliação do resultado](#)

Verifica-se que há uma defasagem entre as áreas potenciais para a concessão e a efetiva publicação de editais de licitação, uma vez que há dependência de outras instituições, cuja missão institucional e cronogramas de trabalho mostram-se não estar alinhados aos objetivos da concessão florestal. Também verifica-se a existência de uma série de impedimentos e obstáculos não antecipados ao cumprimento da meta, notadamente de cunho judicial, que são agravadas pela falta de coordenação entre os atores competentes.

### iii.b- Principais desafios para o exercício seguinte e ações para melhoria de desempenho

Em 2017, a Proposta de Edital da UMF IV da Flona do Jamari foi submetida à Consulta Pública. Inclui-se neste processo a realização de audiência pública para apresentação e discussão da Proposta de Edital, ocorrida em agosto de 2017. Concluídas as etapas de discussão da Proposta e consolidação das contribuições recebidas, o grande desafio foi concretizar, na versão final, a manutenção das condições de viabilidade econômica do negócio, traduzidas por adequações na precificação, que foram compensadas pela inclusão de obrigações adicionais de investimento por parte do futuro concessionário. A próxima etapa é a publicação do Edital de Jamari (Lote II), prevista para o primeiro semestre de 2018. Para 2018, tem-se a previsão da publicação dos Editais de Licitação para concessão das Flonas do Amapá e Saracá-Taquera (Lote III). Por fim, ressalta-se que o aumento das áreas sob concessão florestal depende da aprovação dos PMUCs de Unidades de Conservação de interesse. Assim, há a previsão de conclusão e aprovação dos PMUCs das Flonas de Humaitá, Balata-Tufari e Iquiri, localizadas no estado do Amazonas, em 2018.

#### 3.2.1- Objetivo 9 - Realizar pesquisas e análise dos dados florestais

##### i. Descrição

<b>Descrição geral</b>	
O Serviço Florestal Brasileiro realizará diretamente pesquisas no setor florestal por meio de seu Laboratório de Produtos Florestais – LPF, bem como fomentará iniciativas que envolvam estudos e projetos na temática, a fim de que informações florestais sejam continuamente produzidas e disponibilizadas à sociedade. Além disso, dados florestais serão produzidos permanentemente por meio da inscrição de imóveis rurais no Cadastro Ambiental Rural – CAR, coleta de dados em campo e análise relacionadas ao Inventário Florestal Nacional, estudos e pesquisas em inovação para o manejo florestal sustentável.	
<b>Responsável</b>	Joberto Veloso de Freitas

##### ii. Análise

##### ii.a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de referência em relação ao exercício anterior.

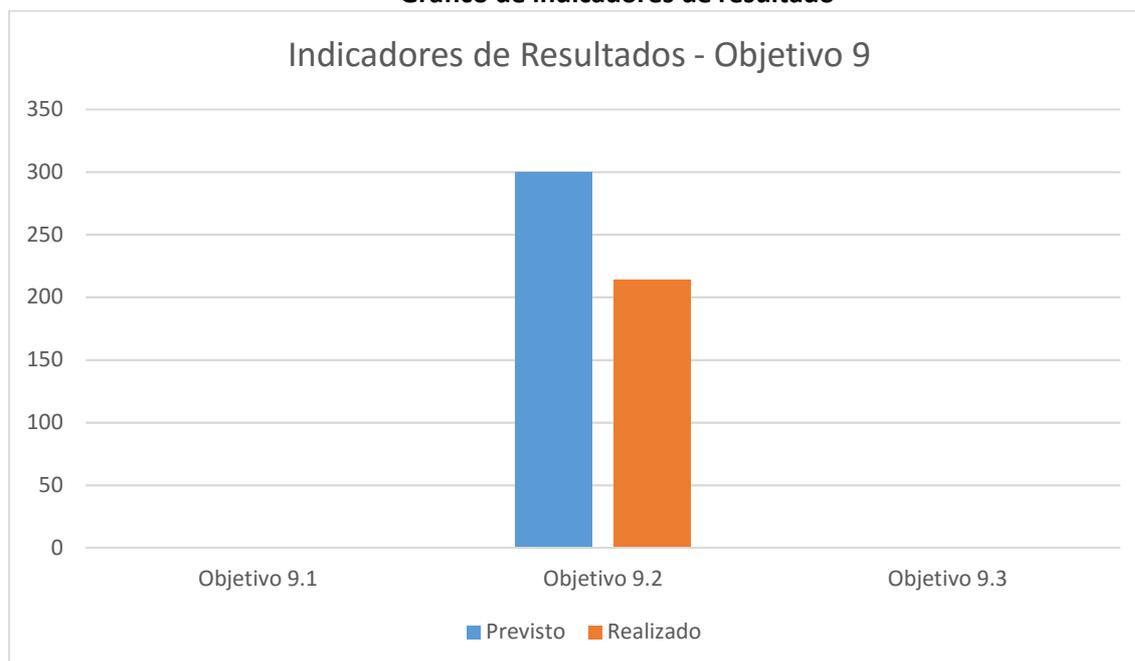
A coleta de dados do IFN deverá ser realizada de forma contínua e repetida a cada cinco anos, incluindo um grande volume de informações, como: dados biofísicos das florestas (estrutura, diâmetro, altura das árvores, identificação das espécies, estado sanitário), dados socioambientais (relação das populações com as florestas), além de informações de análise de paisagens e solos. Esses levantamentos permitirão uma análise mais profunda sobre a cobertura florestal, diversidade e distribuição da vegetação arbórea, recursos madeireiros e não madeireiros, indicadores de qualidade dos ecossistemas e da conservação das florestas, uso da floresta pela população do entorno, situação das áreas de preservação permanente e fragmentos de vegetação natural, além de análises de armazenamento de carbono nas florestas.

Até 2017, uma área correspondente a aproximadamente 214 milhões de hectares (6.140 pontos de amostragem) já foi inventariada. No ano de 2017 foi inventariada uma área aproximada de 56 milhões de hectares (1.454 pontos de amostragem), distribuídos pelos Biomas Caatinga (22 milhões de hectares), Cerrado (27 milhões de hectares), Mata Atlântica (6 milhões de hectares) e Amazônia (1,3 milhões de hectares). Em relação as Unidades da Federação, as áreas inventariadas estão distribuídas pelos estados da Bahia, Maranhão, Pará, Paraná, Pernambuco, Piauí, Roraima e Tocantins. Os trabalhos de coleta de dados em campo do IFN são realizados por instituições ou empresas contratadas por meio de licitação pública.

Em 2017, foram assinados contratos para o levantamento de dados de campo em 13 (treze) lotes do Bioma Cerrado, estando 06 (seis) lotes já em processo de finalização da coleta de dados, os quais estão localizados nos estados do Maranhão, Piauí, Tocantins e Bahia. Outros 07 (sete) contratos assinados deverão ter início de coleta em fevereiro e março de 2018, os quais estão localizados no Cerrado dos estados de Goiás, Mato Grosso e Mato Grosso do Sul. Também foram assinados contratos para o levantamento de campo em 04 (quatro) lotes no Bioma Amazônia, estando o lote “Roraima” em fase adianta de levantamento, e os outros 03 (três), localizados nos Estados do Acre, Amazônia e Tocantins/Maranhão, deverão ter a coleta iniciada até abril de 2018. Ademais, foram finalizados os levantamentos nos estados de Pernambuco e Sergipe.

ii.b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.

**Gráfico de indicadores de resultado**



**Tabela comparativa de indicadores em três exercícios**

Análise dos indicadores	2016		2017		2018
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Indicador 9.1. Artigos publicados com apoio do SFB	5	3	5		
Indicador 9.2. Área do território nacional inventariada (acumulada)	100.000.000,00	158.000.000,00	300.000.00,00	214.680.195	315.000.000
Indicador 9.3. Espécies florestais caracterizadas	10	5	10		
Legenda <span style="color: green;">■</span> Conforme planejado <span style="color: yellow;">■</span> Merece atenção <span style="color: red;">■</span> Desconforme					

---

**Indicador 9.2. Área do território nacional inventariada (acumulada):** Em que pese a meta para o indicador não ter sido alcançada, observa-se que o IFN tem avançado.

Os demais indicadores não foram respondidos pela área técnica responsável.

### iii. Conclusão

#### iii.a- Avaliação do resultado

O ano de 2017, embora não se tenha atingido a meta, foi de grandes avanços na consolidação dos processos de contratação das instituições para a realização dos levantamentos de campo por meio dos projetos FIP/BID e Fundo Amazônia, e também o ano com a segunda maior área inventariada em um ciclo anual desde que se iniciou o projeto. Ao todo, em 2017 foram inventariados 56.280.390, um incremento de mais 300% em relação ao ano anterior.

#### iii.b- Principais desafios para o exercício seguinte e ações para melhoria de desempenho

Para melhoria do desempenho e cumprimento da meta para o ano de 2018, está sendo reformulado o Plano de Trabalho junto ao BNDES, gestor do Fundo Amazônia. Também traz expectativas positivas ao cumprimento da meta, pois mais de 80% do Bioma Cerrado já está em fase de coleta de dados ou com a instituição que fará o levantamento já contratada e em fase de treinamento.

A grande instabilidade no número de técnico envolvidos na coordenação de projeto é fator preocupante para o cumprimento da meta, havendo urgente necessidade do aumento de técnicos para a avaliação dos produtos com responsabilidade de emissão de pareceres. Regulamentações do Governo Central em relação à utilização do orçamento também tem trazido muita insegurança quanto à real capacidade do órgão em utilizar os recursos previstos, mesmo que oriundos de doações internacionais.

### **3.2.1- Objetivo 10 - Apoiar projetos voltados à capacitação e à assistência técnica no setor de florestas**

#### i. Descrição

Descrição geral	
O SFB apoiará projetos voltados à Assistência Técnica e Extensão, com ênfase em atividades florestais, em parceria com instituições que detenham recursos financeiros, administrativos e expertise, a fim de alavancar os resultados ligados ao manejo florestal comunitário e familiar. Além disso, serão desenvolvidas atividades de capacitação técnica e formação de agentes multiplicadores.	
Responsável	Raimundo Deusdará Filho

#### ii. Análise

ii.a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de referência em relação ao exercício anterior.

Como parte dos trabalhos envolvendo a implantação do SICAR, no âmbito da cooperação técnica junto aos OEMAs, foram realizadas e promovidas atividades de capacitação para usuários dos diferentes módulos do SICAR. Estas capacitações ampliaram seu escopo de conteúdo incorporando orientações

---

e atividades práticas direcionadas às novas funcionalidades dos módulos já disponibilizados, bem como aos novos módulos do SICAR, em especial de análise, central do proprietário/possuidor, gestão de acesso, monitoramento e relatórios.

Por sua vez, o Inventário Florestal Nacional (IFN) possui um Programa de Capacitação, que objetiva formar profissionais para atuar na execução do inventário. Os cursos de capacitação têm a duração de oito dias, com aulas práticas e teóricas e foi planejado para instruir as equipes das empresas que fazem a coleta de dados em campo. Para os técnicos já capacitados, há um curso de reciclagem de dois dias, com o objetivo de atualizar seus conhecimentos sobre a metodologia do IFN. Além disso, existe um Programa de Nivelamento, que objetiva apresentar a metodologia do IFN em oficinas aos parceiros nos estados e atores do setor florestal, para que possam ajudar na implementação e divulgação das ações no estado.

No ano de 2017, foram realizadas diversas capacitações com relação à metodologia do IFN. Em março de 2017, 15 técnicos da equipe de campo da empresa Brasplan foram capacitados. Em maio do mesmo ano, foram treinados 60 técnicos de diferentes empresas contratadas para a coleta de campo. Em agosto de 2017, realizou-se a atividade de reciclagem para 5 técnicos da empresa Kruger que têm realizado desde então os trabalhos de coleta de dados no estado de Tocantins. Pesquisador do INPA, parceiro do IFN, capacitou 12 técnicos contratados para a coleta de dados de Roraima em setembro de 2017. No mesmo mês 4 consultores e 3 técnicos do SFB passaram por capacitação e reciclagem, respectivamente, no tocante às atividades de controle de qualidade. Em outubro de 2017, 5 técnicos do ICMBio e 6 do Instituto Florestal Tropical (IFT) passaram por treinamento do IFN para a implementação do inventário florestal nas Florestas Nacionais do Bom Futuro (RO) e Jatuarana (AM). O Programa de Capacitação do IFN em 2017 totaliza 110 capacitados.

Com relação à GEFI, no ano de 2017 a gerência realizou as seguintes atividades que tem impacto nesse objetivo:

- execução de 2 contratos administrativos para prestação de assistência técnica e capacitação de pequenos produtores rurais e extrativistas em atividades florestais sustentáveis, totalizando (1.094 famílias, ou seja, 5.470 pequenos produtores rurais na Caatinga);
- realização da inscrição no CAR de 53.170 pequenos agricultores familiares e de povos e comunidades tradicionais na região do semiárido brasileiro, por meio da execução do Edital FNDF/MMA 01/2015 – “Apoio às inscrições de imóveis rurais da agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais no CAR na região do semiárido”, executado em parceria do Fundo Socioambiental da CAIXA Econômica Federal (FSA/CEF)
- atendimento a 305 famílias de extrativistas ribeirinhos na Amazônia, abrangendo cerca de 1.500 pessoas para realização das operações de colheita florestal, em 6 comunidades na RESEX Verde para Sempre, por meio de um termo de execução descentralizada firmado como a Universidade Federal do Pará, tendo como parceiro o ICBMio e organizações não governamentais com atuação na área de assistência técnica e capacitação para o manejo florestal e na gestão de organizações;
- Na área de capacitação tivemos 3 ações: em parceria com o Programa Florestabilidade, uma parceria entre o Serviço Florestal Brasileiro e a Fundação Roberto Marinho (FRM), foi ofertado um curso na modalidade de educação a distância (EaD), sobre o Cadastro Ambiental Rural (CAR), que até o momento já possui cerca de 900 pessoas capacitadas. Este curso ainda encontra-se disponível para a sociedade, o que sinaliza oportunidade de aumento da meta; ainda no âmbito do Programa Florestabilidade, foi realizada a formação 6 extensionistas (estudantes de engenharia florestal da UFPA) e de 18 educadores do campo das Casas Familiar Rural dos municípios de Senador José Porfírio, Pacajá e Anapu, para aplicação de um curso de curta duração sobre práticas agroflorestais e regularização ambiental. Os educadores do

campo replicaram o curso, para 250 estudantes das Casas Familiar Rural. Total estas atividades de capacitação atingiram 1.144 pessoas. Considerando todas as ações desenvolvidas nas áreas de apoio a projetos, oferta de assistência técnica e capacitação, atendemos durante ao no de 2017, 61.284 pessoas em atividades florestais sustentáveis.

Uma outra atividade importante em execução na GEFI, mas que não conseguimos contabilizar por número de pessoas atendidas, é o financiamento de 2 convênios no âmbito do Edital FNMA 01/2015, com a finalidade de recomposição de áreas de preservação permanente (APP-hídrica), para produção de água em regiões metropolitanas.

Como ação estruturante iniciada pela GEFI no ano de 2017, com vistas a ampliação do número de pessoas capacitadas, é a implementação de uma plataforma de ensino a distância (EaD). Para isto, foram firmados contratos para instalação e customização de plataforma MOODLE, bem como desenvolvimento de cursos voltados a temática florestal incluindo: manejo de castanha e açaí, silvicultura de espécies nativas, exploração de impacto reduzido, gestão de organizações e empreendimentos comunitários. Estas ações são desenvolvidas no âmbito do Projeto de Cooperação Internacional “Gestão Florestal”, com recursos advindos da cooperação financeira alemã (KfW) e contrapartida do governo brasileiro.

A Plataforma EaD, chamada de “Saberes da Floresta” encontra-se instalada e preparada para oferecer os cursos, com módulos de matrícula e relatórios desenvolvidos. Durante o ano de 2018, serão ofertados 10 cursos, que se encontram em fase atual de desenvolvimento.

Em 2018, o SFB e a FRM planejam expandir suas ações de educação de jovens para a Caatinga, e dar início a implementação de formação continuada de extensionistas e gestores públicos nos temas de atividades florestais sustentáveis, no estado do Pará.

Também na área de capacitação, o SFB definiu o modelo de gestão e escopo de atuação do Centro de Desenvolvimento Florestal Sustentável (CDFS) na região da BR 163 (no estado do Pará), e deu início a realização do estudo de sustentabilidade econômica do CDFS BR 163, necessária para dar início a modelagem da contratação da Organização Social (OS).

ii.b- [Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.](#)



**Tabela comparativa de indicadores em três exercícios**

Análise dos indicadores	2016		2017		2018
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta

Indicador 10.1 - Pessoas capacitadas pelo SFB	1.000	11.417	-	867	625
Indicador 10.2 - Projetos para o desenvolvimento florestal sustentável apoiados pelo FNDP	10	61	-	34	
Legenda	Conforme planejado		Merece atenção	Desconforme	

**Indicador 10.1 - Pessoas capacitadas pelo SFB:** O SFB tem realizado o apoio, acompanhamento e articulação por meio apresentações, capacitações e encontros técnicos com a participação de representantes de Estados e Distrito Federal. O Programa de Capacitação do Inventário Florestal Nacional (IFN) capacitou um total de 110 profissionais no ano de 2017. Ademais, foram realizados o 4º Encontro de Implantação do CAR e a 2ª Oficina de Integração do SICAR, entre os dias 31 de julho e 4 de agosto de 2017, nos quais foram tratados temas relevantes para a política de Regularização Ambiental do País, como a análise dos cadastros, o Programa de Regularização Ambiental, os termos de compromisso que serão assinados, entre outros assuntos. Para a demanda de apoiar os estados quanto à análise dos cadastros o SFB ofertou 300 vagas do CapCAR análise (curso semipresencial com carga horária de 112h/aula) aos 21 estados que optaram por utilizar o módulo de análise do SICAR, sendo o curso viabilizado a partir do investimento de recursos do Fundo Nacional de Meio Ambiente – FNMA e executado em parceria com o CEAD – Centro de Ensino a distância da Universidade Federal de Lavras – UFLA. Foram, também, realizadas apresentações à comunidade de usuários do SICAR, e organizados eventos de capacitação e formação de técnicos. As atividades de participação e execução de capacitações, apresentações e oficinas em 2017 mais relevantes estão discriminadas na tabela abaixo, e contabilizadas para o indicador que soma 457 pessoas/participantes capacitados presencialmente e 300 em EAD pelas 300 vagas do CapCAR análise, totalizando 757 pessoas capacitadas:

Tabela 6

EVENTOS SOBRE O CAR REALIZADOS EM 2017						
	Nome do evento	UF/País	Município	Período de realização	Carga horária (hs)	Nº de participantes
1	Capacitação do Módulo de Análise V-1.14.0 aos técnicos do IPAAM e SEMA	AM	Manaus	16/01/2017 a 20/01/2017	32	22
2	Capacitação do Módulo de Análise V-1.14.0 aos técnicos da SEMACE	CE	Fortaleza	23/01/2017 a 27/01/2017	32	15
3	Capacitação do Módulo de Análise V-1.14.0 aos técnicos do INEA	RJ	Rio de Janeiro	08/02/2017 a 10/02/2017	20	27
4	Capacitação do Módulo de Análise V-1.14.0 aos técnicos do IAP	PR	Curitiba	20/02/2017 a	32	24

				24/02/2017		
5	Capacitação do Módulo de Análise V-1.14.0 aos técnicos da SEMA/FEPAM	RS	Porto Alegre	24/04/2017 a 28/04/2017	28	24
6	Oficina Green Value: uma ferramenta para análise financeira simplificada de iniciativas florestais	Peru	Lima	8 a 10/05/2017		
7	Capacitação do Módulo de Análise V-1.14.0 aos técnicos do IEF	MG	Lavras	15/05/2017 a 19/05/2017	28	14
8	Reunião Técnica de "Compartilhamento de metodologia, tecnologia e informações para o fortalecimento do CAR e implementação do PRA no Estado da Amazônia Legal"	RO	Porto Velho	21/06/2017 a 23/07/2017	24	
9	Fórum Brasileiro de Gestão Ambiental	SP	Campinas	10/07/2017 a 12/07/2017	24	N/a
10	4º Encontro de Implantação do CAR	DF	Brasília	31/07/2017 a 03/08/2017	28	70
11	2ª Oficina de Integração do SICAR	DF	Brasília	03/08/2017 a 04/08/2017	12	50
12	Implantação Assistida do Módulo de Análise V-1.14.0 aos técnicos do IPAAM	AM	Manaus	26/09/2017 a 27/09/2017	16	17
13	Curso de Capacitação (a distância) para a Análise do Cadastro Ambiental Rural (CAR) - CapCAR Análise - Turma 1 - Curso 1	MG, PR, RS e RJ	Plataforma EaD	03/07/2017 a 11/08/2017	112	15
14	Curso de Capacitação (a distância) para a Análise do Cadastro Ambiental Rural (CAR) - CapCAR Análise - Turma 1 - Curso 2	MG, PR, RS e RJ	Plataforma EaD	03/07/2017 a 11/08/2017	80	46
15	Curso de Capacitação (a distância) para a Análise do Cadastro Ambiental Rural (CAR) - CapCAR Análise - Turma 2 - Curso 1	AM, MA, RR e SC	Plataforma EaD	14/08/2017 a 15/09/2017	112	25
16	Curso de Capacitação (a distância) para a Análise do Cadastro Ambiental Rural (CAR) - CapCAR Análise - Turma 2 - Curso 2	AM, MA, RR e SC	Plataforma EaD	14/08/2017 a 29/09/2017	80	32

17	Curso de Capacitação (a distância) para a Análise do Cadastro Ambiental Rural (CAR) - CapCAR Análise - Turma 3 - Curso 1	CE, PA, PI, RN, AL, DF e PB	Plataforma EaD	25/09/2017 a 31/10/2017	112	22
18	Curso de Capacitação (a distância) para a Análise do Cadastro Ambiental Rural (CAR) - CapCAR Análise - Turma 3 - Curso 2	CE, PA, PI, RN, AL, DF e PB	Plataforma EaD	25/09/2017 a 17/11/2017	80	54
19	Curso de Capacitação (a distância) para a Análise do Cadastro Ambiental Rural (CAR) - CapCAR Análise - Turma 4 - Curso 1	AC, AP, GO, PE, RO, SE e TO	Plataforma EaD	30/10/2017 a 11/12/2017	112	
20	Curso de Capacitação (a distância) para a Análise do Cadastro Ambiental Rural (CAR) - CapCAR Análise - Turma 4 - Curso 2	AC, AP, GO, PE, RO, SE e TO	Plataforma EaD	30/10/2017 a 11/12/2017	80	
21	Conferência das Partes da Convenção-Quadro sobre Mudança do Clima - COP 23	Alemanha	Bonn	06/11/2017 a 17/11/2017	80	N/a
22	Oficina de Capacitação para uso do Módulo Exclusivo para Imóveis de Povos e Comunidades Tradicionais do SICAR	PA	Belém	25/10/2017 a 26/10/2017	16	
23	1º Seminário de Cadastro Ambiental Rural para Povos e Comunidades Tradicionais (CAR/PCT) para Gestores do SICAR	DF	Brasília	19/10/2017 a 20/10/2017	16	

**Indicador 10.2. Projetos para o desenvolvimento florestal sustentável apoiados pelo FNDF:** Durante o ano de 2017, o FNDF apoiou os seguintes projetos: 31 projetos apoiados pelo FNDF, relativos às chamadas públicas realizadas entre 2010 e 2013, ofertando assistência técnica e extensão rural para o fortalecimento do manejo florestal comunitário e familiar na Caatinga 2 convênios em execução do âmbito do Edital FNMA 01/2015, com a finalidade de recomposição de áreas de preservação permanente (APP-hídrica), para produção de água em regiões metropolitanas; 5 projetos no âmbito do Edital FNDF/MMA 01/2015 – “Apoio às inscrições de imóveis rurais da agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais no CAR na região do semiárido”, em parceria com o FSA/CEF.

### iii. Conclusão

#### iii.a- Avaliação do resultado

No que diz respeito às ações empreendidas para a consecução desse objetivo estratégico, avalia-se que o resultado de 2017 foi satisfatório, principalmente quando se observam os indicadores do objetivo. As metas pactuadas para a agenda tiveram realização dentro das possibilidades do SFB e dos estados gerando resultados positivos.

Podem-se destacar como pontos e impactos positivos os diversos projetos com aplicação de recursos nacionais e internacionais, que estão em andamento em diferentes fases, para fomento das capacitações e fornecimento de insumos. As parcerias com instituições nacionais e internacionais para

---

apoio na capacitação e realização de eventos com os diversos públicos alvo também estão sendo muito importantes. Além disso, a política vem demonstrando a capilaridade e o engajamento dos OEMAs gestores estaduais do SICAR junto ao SFB, que promove anualmente encontros de implementação do CAR. O 4º Encontro ocorreu em agosto de 2017 e este ano contou com representantes de técnicos de órgão ambientais responsáveis pelo CAR de 26 estados, que vieram com recursos próprios.

No que diz respeito às ações empreendidas para a consecução desse objetivo estratégico, avalia-se que o resultado de 2017 foi bastante satisfatório, principalmente quando se observam os indicadores do objetivo. As metas pactuadas para a agenda tiveram realização bem acima do previsto gerando, portanto, resultados positivos.

### iii.b- Principais desafios para o exercício seguinte e ações para melhoria de desempenho

As principais dificuldades a serem enfrentadas serão a reduzida estrutura institucional para execução da agenda, dos pontos de vista de pessoal, orçamentário e de autonomia administrativa e financeira, tendo em vista o atual enquadramento institucional do SFB. Estes fatores diminuem a agilidade e autonomia para o atendimento das demandas técnicas e aquelas associadas aos procedimentos administrativos e financeiros, necessários para a execução do objetivo e que necessitam de equipe multidisciplinar altamente qualificada e especializada. Considerando a abrangência locacional da área de atuação do objetivo, neste caso 20 estados mais o Distrito Federal, os arranjos institucionais e orçamentários existentes demandarão acompanhamento, instrução processual, prestação de contas e monitoramento de indicadores em diferentes formatos. Principalmente devido ao fato de que muitos procedimentos para cumprimento das normas da gestão pública demandam servidores públicos, que não podem ser substituídos por consultores ou terceirizados.

Nesse sentido, a Gerência responsável pelo presente objetivo conta atualmente com apenas 7 servidores e 2 temporários de nível superior, que realizam jornadas intensas de trabalho, diversas viagens de fiscalização contratual e treinamento dos Estados, reuniões externas e trabalho intelectual de alta complexidade, além das atividades de rotina da administração como, respostas de SIC, ouvidoria, consultas de projetos de lei e instrução processual.

Outro fator que dificultará a execução de várias iniciativas atreladas ao objetivo é o teto orçamentário que afetou, inclusive, os recursos oriundos de empréstimo internacional, já que passaram a ser contabilizados dentro dos limites de execução orçamentária, o que limita em muito a execução dos projetos de cooperação financeira internacional (no caso específico o projeto FIP-CAR – Ação 8308 fonte 148), e ainda concorre com a execução das próprias atividades que seriam realizadas com recursos de arrecadação (Ação 8308 – fonte 100).

Um dos grandes desafios da GEFI é conseguir implementar suas ações previstas, e respectivo atingimento de suas metas, frente a sua reduzida equipe técnicas. Para tanto, apresenta-se abaixo, as atribuições de GEFI no âmbito do SFB, o tamanho de sua equipe técnica e uma proposta de redimensionamento da equipe e sua composição.

Dentre as 8 competências do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), estabelecidas nos artigos 55, por meio da lei 11.284, de 2 de março de 2006, referem-se as atividades da GEFI, 3 destas competências, assim descritas: (a) exercer a função de órgão gestor do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal (FNDF); (b) apoiar a criação e a gestão de programas de treinamento, capacitação, pesquisa e assistência técnica para a implementação e atividades florestais, incluindo manejo florestal, processamento de produtos florestais e exploração de serviços florestais; e (c) estimular e fomentar a prática de atividades florestais sustentáveis madeireira, não madeireira e de serviços (incisos I, II, e III).

---

A estrutura regimental do Ministério do Meio Ambiente, estabelecida pelo Decreto 8.975, de 24 de janeiro de 2017, traz novas atribuições ao SFB. A luz das competências estabelecidas no artigo 44 deste decreto, existem 5 competências do SFB exclusivas da GEFI, a saber: (a) gerir o Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal; (b) estimular e fomentar a prática de atividades florestais sustentáveis madeireira, não madeireira e de serviços; (c) apoiar e fomentar a implantação de plantios florestais e de sistemas agroflorestais em bases sustentáveis; (d) apoiar e incentivar a recuperação de vegetação nativa e a recomposição florestal; e (e) coordenar a implantação dos centros de desenvolvimento florestal (incisos II, IV, V, VI e XVII do Artigo 44). Além disto, a GEFI contribui ainda com a execução de outras 6 competências do SFB, de forma integrada ou complementar a outras gerências, a saber: (a) exercer a função de órgão gestor, prevista no art. 53 da Lei no 11.284, de 2006, no âmbito federal; (b) apoiar a criação e a gestão de programas de treinamento, capacitação, pesquisa e assistência técnica para a implementação de atividades florestais, incluídos o manejo florestal, o processamento de produtos florestais e a exploração de serviços florestais; (c) apoiar e fomentar o manejo sustentável de florestas para a produção de bens e serviços ambientais; (d) promover a elaboração de estudos de mercado para produtos e serviços gerados pelas florestas; (e) apoiar e acompanhar tecnicamente a implementação dos Programas de Regularização Ambiental - PRA; (f) apoiar e atuar em parceria com os seus congêneres estaduais, distritais e municipais (incisos I, III, VII, VIII, XVII, XXI do artigo 44).

Para execução das ações do SFB nesta agenda, a GEFI organiza-se em 4 núcleos temáticos: (i) gestão do FNDF, (ii) capacitação, (iii) modelagem de assistência técnica e (iv) silvicultura de espécies nativas e recomposição da cobertura vegetal.

Seu quadro técnico – administrativo é composto por 8 colaboradores em tempo integral, e 2 colaboradores em tempo parcial, conforme especificado abaixo:

- 2 analistas ambientais do quadro do MMA, nomeados para exercerem a função de gestão e coordenação técnica, nomeados como Gerente Executivo (DAS 101.4) e Coordenador (DAS 101.3)
- 3 analistas ambientais do quadro do MMA, que compõem a equipe técnica
- 1 analista ambiental cedido do IBAMA, que compõem a equipe técnica
- 2 servidores temporários de nível superior, com previsão de encerramento do contrato em maio de 2018.
- 1 analista ambiental e 1 agente administrativo, dedicados em tempo parcial (20 horas/semanais), dado que também atendem a outra gerência da mesma diretoria.

Tendo em vista o conjunto de competências que cabe a esta Gerência Executiva, bem como a diversidade e complexidade de seus temas de trabalho, faz-se necessário a expansão da equipe técnica - administrativa, para no mínimo o dobro de sua composição atual, ou seja, com mais 8 servidores.

Tais servidores deveriam ter formação e experiência profissional nos seguintes temas: manejo florestal; silvicultura de espécies nativas, sistemas agroflorestais e técnicas de recuperação da vegetação nativa; administração e contabilidade, economia, gestão de cooperativas e comercialização; educação para o trabalho e processo de aprendizados; assistência técnica e extensão rural, administração e gestão pública.

### **3.2.1- Objetivo 11 - Promover a regularização ambiental dos imóveis rurais**

#### *i. Descrição*

##### **Descrição geral**

A implementação do Código Florestal, Lei 12.651/2012, tem como um de seus instrumentos o Cadastro Ambiental Rural – CAR. O CAR é o registro público eletrônico das informações ambientais

---

dos imóveis rurais, o qual visa a regularização ambiental desses imóveis no Brasil. Serão desenvolvidas atividades para apoiar os estados da federação na implementação do CAR e do Programa de Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais, desenvolvendo planos, projetos, iniciativas e instrumentos voltados à regularização ambiental dos imóveis rurais. Entre as iniciativas, destacam-se a promoção da restauração florestal em áreas degradadas visando à regularização ambiental das propriedades com a devida recomposição das Reservas Legais e Áreas de Preservação Permanentes APPs, o fomento ao plantio de espécies nativas e a coleta sustentável dos produtos florestais.

<b>Responsável</b>	Raimundo Deusará Filho
--------------------	------------------------

## ii. Análise

### ii.a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de referência em relação ao exercício anterior.

A implantação do SICAR com vistas à integração das informações ambientais dos imóveis rurais inscritos no CAR e consolidação de uma base de dados para controle, monitoramento, planejamento ambiental e econômico e combate ao desmatamento em todo o País pressupõe o desenvolvimento e disponibilização de soluções de tecnologia da informação para inscrição de imóveis rurais no CAR, acompanhamento dos processos, e integração dos dados existentes em sistemas estaduais desenvolvidos pelos próprios OEMAs. A partir da execução dos Acordos de Cooperação Técnica entre o MMA e os governos estaduais, verificou-se em 2017 a disseminação do uso do Módulo de análise do CAR, disponibilizado aos Estados que optaram por utilizar esta ferramenta, associado aos módulos de monitoramento, Relatórios e de Gestão de Acesso.

Até 31 de dezembro de 2017 constavam declarados no SICAR cerca de 4,5 milhões de imóveis rurais referentes a mais de 420 milhões de ha, perfazendo mais de 100% da área passível de ser cadastrada (estimada com base no censo agropecuário de 2006), sendo que deste total cerca de 234 milhões de ha pertencem à imóveis rurais que requisitaram adesão ao PRA no ato da inscrição, e cuja área consolidada a recuperar em áreas de preservação permanente - APP e Reserva Legal - RL totalizou, aproximadamente, 2,88 milhões de hectares sendo 1,12 mi ha em APP e 1,76 mi ha em Reserva Legal. Considerando que o processo de análise dos cadastros, por parte dos órgãos estaduais competentes, está em processo de consolidação esses valores podem sofrer alterações devido à entrada de novos cadastros, retificações e sobreposições.

Além disso, aos estados foram disponibilizados, mantidos e melhorados por meio do SICAR, os módulos de cadastro, análise, monitoramento, gestão de acesso e relatórios. Para o público em geral foram disponibilizados os módulos de consulta e relatórios públicos, que possibilitam o acesso às informações, inclusive espaciais, por município e imóvel rural. No que se refere à análise dos cadastros, até dezembro de 2017, o Módulo de Análise do SICAR já havia sido entregue para 8 estados (Amazonas, Acre, Ceará, Goiás, Pará, Paraná, Rio de Janeiro e Rondônia). Ao Distrito Federal também já foi disponibilizada a aplicação, iniciando a operação no início de 2018. Os estados de Minas Gerais e Rio Grande do Sul estão implementando customizações ao módulo federal, de forma que em breve também devem iniciar a operação do sistema. Complementarmente, foram disponibilizados aos estados os mosaicos de imagens Landsat 2008, Rapideye 2011 e a Classificação das respectivas imagens, de acordo com as classes de interesse da Lei 12.651/12. Além disso, já foram contratados 42 Mi Km<sup>2</sup> de mosaico RapidEye 2012, 2013 e 2014, Landsat 8 2015 e Sentinel 2016 para o Brasil todo, tendo sido entregues ao SFB 34 Mi Km<sup>2</sup>. Também está prevista a execução da classificação destas imagens para fins de monitoramento automático da vegetação e recuperação da vegetação nativa.

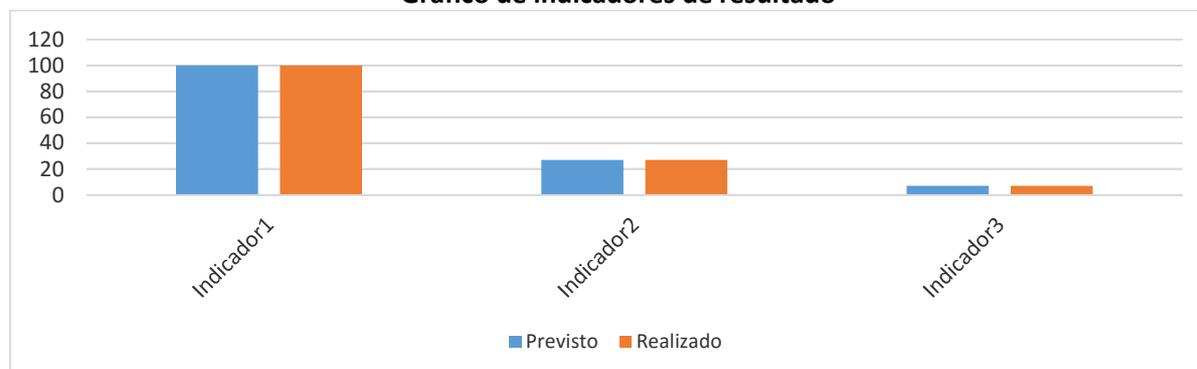
No âmbito do apoio ao público de detentores de imóveis rurais até 4 (quatro) módulos fiscais e povos e comunidades tradicionais, foram empreendidos esforços da Diretoria Cadastro e Fomento Florestal, no que se refere à contratação de inscrição no cadastro ambiental rural, instalação de balcões de atendimento para o CAR e PRA, e estruturação de projetos de cooperação internacional para suporte técnico aos agricultores na inscrição e elaboração de propostas simplificadas de adesão ao PRA, e aos OEMAs na análise e validação. Um apoio dado aos usuários do SICAR (proprietário/possuidores e técnicos dos estados) foi a geração da classificação das imagens Landsat 2008 e Rapideye 2011, que possibilitou o acesso a referências para demarcação das áreas consolidadas e demais feições de interesse do CAR.

Em 2017, as iniciativas para apoio a regularização ambiental dos imóveis rurais que começaram a ser estruturadas nos anos anteriores tiveram continuidade na Diretoria Cadastro e Fomento Florestal, sendo elas: 1- Contratação para inscrição no CAR dos imóveis rurais da agricultura familiar e de povos e comunidades tradicionais no semiárido Brasileiro, assistindo 50 mil famílias, com recursos do Fundo Socioambiental da Caixa; 2- Celebração do acordo de cooperação técnica para execução do componente 2 inscrição no CAR e instalação de balcões de atendimento do projeto Cerrado Federal com recursos do DEFRA-UK e Banco Mundial; 3- Cooperação técnica com a agência alemã GIZ para estruturação da campanha de comunicação do Código Florestal – Fase 1 “Inscrição no CAR e acesso a benefícios do novo código florestal”; 4- Celebração do acordo em separado e contrato de contribuição financeira para o Projeto de Cooperação Brasil-Alemanha para Regularização Ambiental de Imóveis Rurais na Amazônia e em Áreas de Transição para o Cerrado.

Em 2017, os estados de Mato Grosso do Sul e Espírito Santo, que possuem sistemas próprios, efetuaram a integração ao SICAR. Verifica-se, portanto, 27 unidades integradas ao SICAR, sendo que 21 destas utilizam o pacote tecnológico do SICAR.

ii.b- [Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.](#)

**Gráfico de indicadores de resultado**



**Tabela comparativa de indicadores em três exercícios**

Análise dos indicadores	2016		2017		2018
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Indicador 11.1 – Percentual de Imóveis cadastrados no Sistema de Cadastro Ambiental Rural – SICAR	94%	100%	100%	100%	
Indicador 11.2. – Unidades da	27	26	27	27	

federação integradas ao SICAR.				
Indicador 11.3. – Módulos do SICAR desenvolvidos, aprimorados, disponibilizados e gerenciados.	01	6	7	7
Legenda <span style="color: green;">■</span> Conforme planejado <span style="color: yellow;">■</span> Merece atenção <span style="color: red;">■</span> Desconforme				

**Indicador 11.1. – Percentual de Imóveis cadastrados no Sistema de Cadastro Ambiental Rural – SICAR:** No ano de 2017 foram cadastrados, mais de 32 milhões de hectares. A área total cadastrada representa mais de 100% da área inicialmente estimada como passível de cadastro, de cerca de 397,8 milhões de hectares, de acordo com o censo do IBGE de 2006 e dados fornecidos por estados. Esta situação demonstra a evolução e efetividade do cadastramento, no entanto, considera-se que não é possível afirmar que todos os imóveis rurais foram cadastrados, já que a base de referência está defasada em mais 11 anos em relação a realidade atual.

**Indicador 11.2. – Unidades da federação integradas ao SICAR:** Em relação ao indicador de Unidades da Federação integradas ao SICAR, verificou-se, ao final de 2017, 27 unidades federativas integradas, de um total de 27 estabelecido como meta.

**Indicador 11.3. – Módulos do SICAR desenvolvidos, aprimorados, disponibilizados e gerenciados:** Considera-se que foram efetuadas melhorias importantes e necessárias que indicam o cumprimento da meta, dentro das limitações do SFB. Em 2017, foi disponibilizado para imóveis de 21 estados o Módulo PRA do SICAR que permite a elaboração da proposta simplificada de adesão ao PRA. Essa disponibilização aos usuários, neste caso proprietários/possuidores, encontra-se em fase de estabilização e testes, não sendo possível ainda efetuar o envio da proposta de regularização, a fim de possibilitar um avanço na curva de aprendizado e a detecção de eventuais problemas, evitando inconsistências no envio e elaboração das propostas. Também foram implementadas melhorias nos módulos do SICAR já disponíveis em ambiente de produção, que hoje totalizam cerca de 7 (Central do proprietário/possuidor, Módulo de Inscrição, Módulo de Análise, Módulo de Monitoramento, Módulo de Relatórios, Módulo PRA e Consulta Pública). Destaca-se a implementação da ferramenta “Base de Referência” na Central do Proprietário/possuidor, que permite o acesso à diversas bases para auxílio nas retificações e atendimentos a demandas originadas da análise e dos filtros automáticos do SICAR, conforme o caso. Outro destaque remete ao Aplicativo mobile para Android chamado “Plantadores de Rios”, ferramenta desenvolvida como parte da iniciativa proposta pelo Programa de mesmo nome “Plantadores de Rios”. Tem-se como objetivo do Programa congrega em uma única plataforma as iniciativas de recomposição da vegetação nativa em todo o Brasil, além de estimular a sociedade a contribuir, conhecer e monitorar as ações que protegem nascentes de rios e áreas de recarga hídrica e aumentam a disponibilidade hídrica do País. O aplicativo contém dados públicos declarados no SICAR e é interligado à Central do Proprietário/possuidor, sendo distribuído gratuitamente e compatível com smartphones e tablets com sistemas Android a partir da versão 4.2. Mais informações podem ser obtidas em <http://www.car.gov.br/plantadores-rios/>.

### iii. Conclusão

#### iii.a- Avaliação do resultado

Os resultados apresentados indicam adesão ao SICAR tanto pelos Órgãos Estaduais de Meio Ambiente quanto pelos proprietários e possuidores rurais, o que demonstra o grau de consolidação da política de Regularização Ambiental de imóveis rurais no Brasil. A estratégia de desenvolvimento,

---

aprimoramento, disponibilização e gerenciamento contínuo do SICAR se apresentou como eficiente ferramenta para o atingimento dos indicadores.

### iii.b- Principais desafios para o exercício seguinte e ações para melhoria de desempenho

Os indicadores deste objetivo serão remodelados de forma a abranger, para os próximos períodos de monitoramento, os esforços de apoio direto a partir de contratação de assistência técnica especializada para inscrição no CAR, apoio à execução análise e validação adesão ao PRA, elaboração de estudos e subsídios ao Programa de Regularização Ambiental, o atendimento a agricultores familiares e povos e comunidades tradicionais em locais específicos nos municípios que serão beneficiados com os projetos executores de investimentos internacionais para fomento à execução do CAR/PRA no Brasil.

Em 2018, será um grande desafio a operacionalização da implantação assistida do Módulo de Análise do SICAR, para apoio na utilização da ferramenta em todas as 21 unidades da federação que optaram por utilizar o SICAR. As principais dificuldades a serem enfrentadas serão a reduzida estrutura institucional para execução da agenda, dos pontos de vista de pessoal, orçamentário e de autonomia administrativa e financeira, tendo em vista o atual enquadramento institucional do SFB.

Considerando as demandas de acompanhamento, instrução processual, prestação de contas e monitoramento de indicadores em diferentes formatos, por conta execução de recursos orçamentários e de fontes externas, existe uma grande demanda de servidores públicos, que não podem ser substituídos por consultores ou terceirizados, dada as atribuições inerentes à gestão pública. Atualmente a Gerência responsável pelo presente objetivo conta com apenas 7 servidores permanentes e 2 temporários de nível superior, que realizam jornadas intensas de trabalho, diversas viagens de fiscalização contratual e treinamento dos Estados, reuniões externas e trabalho intelectual de alta complexidade, além das atividades de rotina da administração como, respostas de SIC, ouvidoria, consultas de projetos de lei, instrução processual, estruturação e monitoramento de mais de 40 acordos de cooperação técnica e gerenciamento, coordenação e execução de dois projetos de cooperação financeira internacional que objetivam atingir metas vultuosas, nos próximos quatro anos. Para a superação dos desafios estão sendo implementadas ferramentas de métodos ágeis de gerenciamento de projetos junto à equipe da GECAF – Método CMBAM e SCRUM, além de diversos instrumentos de cooperação com instituições públicas, privadas, não governamentais nacionais e internacionais.

### **3.2.1- Objetivo 12 - Implementar metodologia de gestão com foco nos resultados**

#### *i. Descrição*

##### **Descrição geral**

A partir da construção de seu planejamento estratégico, o SFB buscará alinhar seus procedimentos e processos à sua estratégia institucional. A metodologia de gestão com foco em resultados deve promover a integração das agendas estratégicas, metas e projetos prioritários, desenvolvendo mecanismos que permitam a avaliação dos resultados da instituição, seus efeitos e impactos na sociedade.

##### **Responsável**

Raimundo Deusdará Filho

#### *ii. Análise*

ii.a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de referência em relação ao exercício anterior.

Em 2017, foi dado prosseguimento ao monitoramento do Planejamento Estratégico da instituição, por meio do acompanhamento dos indicadores estratégicos e da pactuação das metas para 2018. O SFB também vem participando do ciclo de Planejamento Estratégico do Ministério do Meio Ambiente, desde 2016. Em 2017, continuamos participando ativamente dos Fóruns temáticos e das Reuniões de Análise Estratégica promovidas pelo Ministério. As principais agendas do SFB levadas para discussão ao longo desses eventos foram: as Concessões Florestais, o Inventário Florestal Nacional, o Manejo Florestal Comunitário e o Cadastro Ambiental Rural. Entre os principais problemas apontados pelas áreas estão a contínua redução da força de trabalho da instituição e a falta de coordenação entre os órgãos para a execução de determinadas políticas públicas, como é o caso da Concessão Florestal, o que acaba dificultando a apuração de resultados positivos. Entre os principais avanços destacados está o Inventário Florestal Nacional, cuja área inventariada obteve significativo incremento ao longo de 2017, e a capacitação em atividades florestais, que atingiu números bem superiores às metas traçadas.

Entre as ações da instituição que contribuem para a Gestão por Resultados, está também a elaboração e publicação do Regimento Interno do órgão, que deu mais clareza às atividades desenvolvidas por cada uma das gerências. Ademais, houve esforços no sentido de melhoria dos fluxos internos de processo, com destaque para a reformulação dos fluxos relativos a execução da despesa – pré-empenho, empenho e pagamento.

Ainda, buscou-se a realização de reuniões periódicas para a integração das gerências do órgão, o que se refletiu na melhoria da comunicação e também no aumento da execução orçamentária, uma vez que um dos temas das reuniões era justamente andamento dos projetos que demandavam recursos orçamentários.

ii.b- [Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.](#)

**Gráfico de indicadores de resultado**



**Tabela comparativa de indicadores em três exercícios**

Análise dos indicadores	2016		2017		2018
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Indicador 12.1 - Índice de cumprimento das metas estratégicas	75%	70%	75%	76%	
Legenda <span style="color: green;">■</span> Conforme planejado <span style="color: yellow;">■</span> Merece atenção <span style="color: red;">■</span> Desconforme					

**Indicador 2.1: Índice de cumprimento das metas estratégicas:** Em 2017, do total de 38 demais indicadores estratégicos, foram cumpridos total ou parcialmente 29 das metas pactuadas, o que corresponde a 76%. Para 2018, espera-se que esse percentual aumente para 80%.

---

### iii. Conclusão

#### iii.a- Avaliação do resultado

De forma geral, o ano de 2017 trouxe avanços para a Gestão de Resultados do órgão. Houve esforço institucional no sentido de buscar maior integração entre as agendas e de monitorar melhor os indicadores estratégicos. No entanto, assim como o órgão de uma maneira geral, a área responsável pela Gestão Estratégica também sofre com a falta de pessoal, o que dificulta o andamento das atividades relacionadas.

#### iii.b- Principais desafios para o exercício seguinte e ações para melhoria de desempenho

Para o ano de 2018, a área pretende dar prosseguimento ao Planejamento Estratégico, buscando aprimorar o monitoramento das metas e rever possíveis objetivos e indicadores estratégicos. Como desafios que se colocam está a redução de pessoal, uma vez que se encerram os contratos temporários do órgão em julho de 2018, o que representará a perda de aproximadamente vinte servidores, e a constante redução de recursos orçamentários.

### **3.2.1- Objetivo 13 - Estabelecer e aprimorar os processos institucionais**

#### *i. Descrição*

Descrição geral	
O Serviço Florestal Brasileiro deve criar e aperfeiçoar os processos institucionais a fim de dotar a organização de efetividade operacional. A organização necessita conhecer de forma estruturada e definida seus processos, ter clareza quanto às regras de negócio, saber quem são os responsáveis pelas atividades, medir como esses processos funcionam e estudar formas alternativas para que sejam executados com qualidade, utilizando as melhores práticas.	
Os processos institucionais estratégicos englobam a organização de recursos, tecnologia da informação e comunicação, gestão de pessoas, atividades e rotinas operacionais de cada área, resultados e entregas à sociedade.	
<b>Responsável</b>	Raimundo Deusdará Filho

#### *ii. Análise*

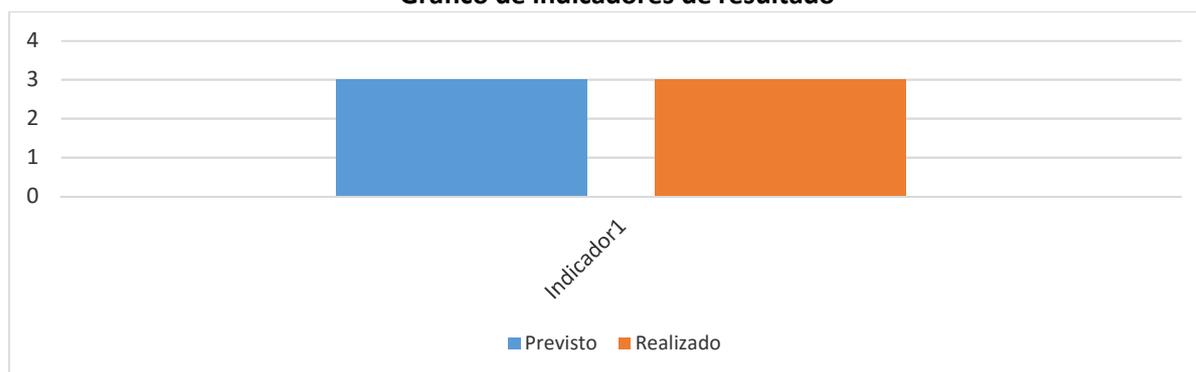
#### ii.a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de referência em relação ao exercício anterior.

Com relação à área administrativa, o fluxo de aplicação de sanção foi revisado, para melhor atender a legislação aplicável à matéria e a jurisprudência do TCU e está sob avaliação final da Diretoria de Administração e Finanças para posterior disponibilização. Neste ano foram realizados 25 pregões e 80% deles já passou ou está em processo a apuração de responsabilidade para aplicação de sanção para empresas que deixam de apresentar proposta e atrasam o andamento do certame. Além disso, a fiscalização está mais eficiente e houve também uma melhora no processo de aplicação de sanção para empresas contratadas. Está em fase de aprovação também o novo fluxo de contratação, considerando as alterações trazidas pela no IN SLTI nº 05/2017, o que trará mais clareza e orientação para as áreas demandantes.

No que diz respeito processo de execução da despesa, houve revisão e aprimoramento do fluxo processual, trazendo mais agilidade ao processo. As despesas passaram a ser pré-empenhadas, o que trouxe mais controle e transparência ao gasto e reduziu a quantidade de documentos emitidos pela área, uma vez que agora, são emitidas declarações de dotação orçamentária apenas para as despesas cuja a lei dispõe dessa forma. As demais despesas, são apenas pré-empenhadas. Com relação ao pagamento das despesas, houve readequação do fluxo para melhor adequação ao art. 58 da Lei nº 4.320/64, que postula a autorização prévia da despesa. Ademais, houve readequação interna do fluxo, para dar mais agilidade ao processo de pagamento.

ii.b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.

**Gráfico de indicadores de resultado**



**Tabela comparativa de indicadores em três exercícios**

Análise dos indicadores	2016		2017		2018
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Indicador 13.1 - Quantidade de processos críticos aprimorados / racionalizados	2	4	3	3	4
Legenda	■ Conforme planejado		■ Merece atenção		■ Desconforme

**Indicador 13.1 - Quantidade de processos críticos aprimorados / racionalizados:** Conforme apontado na sessão anterior, foram aprimorados três fluxos em 2017. Para o ano de 2018, espera-se aprovar os dois fluxos citados acima e ainda: criar e aprovar manual de fiscalização de contratos, melhorar os procedimentos para abertura de contas em depósito garantia (substitui a conta vinculada) de contratos com dedicação exclusiva de mão de obra em conjunto com a GESFIN.

iii. Conclusão

iii.a- Avaliação do resultado

Considera-se que no ano de 2017 o resultado para esse objetivo foi positivo, uma vez que foi possível aprimorar procedimentos já existentes e dar mais agilidade à rotina administrativa.

iii.b- Principais desafios para o exercício seguinte e ações para melhoria de desempenho

Para o ano de 2018, o principal desafio para o cumprimento das metas continua sendo a falta de pessoal. A área de licitação conta, atualmente, com 3 servidores para elaboração dos procedimentos

e uma para a análise da aplicação de sanção, atividades acumuladas pelos servidores juntamente com os demais serviços desempenhados na área. Na área de gestão orçamentária e financeira, existem 8 servidores que se subdividem entre atividades de: Empenho, pagamento, bem como a gestão orçamentária e a gestão estratégica do órgão, além do controle das diárias e passagens e da elaboração e consolidação de relatórios de gestão e auditoria. A falta de pessoal é uma constante no órgão, tanto na área administrativa quanto nas áreas finalísticas, o que dificulta o andamento das atividades e por vezes impacta no cumprimento das metas estratégicas.

### **3.2.1- Objetivo 14 - Apoiar a implementação do modelo de gestão de pessoas baseado na gestão por competências.**

#### *i. Descrição*

<b>Descrição geral</b>	
O modelo de gestão de pessoas baseada em competências é objeto de implantação pelo Ministério do Meio Ambiente em suas unidades, entre elas o SFB. Dessa forma, o Serviço Florestal centrará esforços no apoio à implementação do modelo de forma que se tenha a democratização na gestão, assegurando a participação dos servidores neste processo. A partir de sua implementação, questões importantes como a lotação e a mobilidade dos servidores serão tratadas com transparência e com processos definidos previamente. A gestão de pessoas por competências (GPPC) buscará reconhecer, formar e ampliar conhecimentos, habilidades e atitudes que agreguem valor à organização e aos seus servidores. O modelo deve garantir, ainda, que servidores, efetivos e comissionados, detenham as competências necessárias, tendo em vista às respectivas atribuições exercidas.	
<b>Responsável</b>	Raimundo Deusdará Filho

#### *ii. Análise*

##### *ii.a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de referência em relação ao exercício anterior.*

No que diz respeito à Gestão de Pessoas, cabe salientar que o SFB é órgão subordinado ao Ministério do Meio Ambiente e possui núcleo de recursos humanos, que executa apenas a intermediação das demandas dos servidores junto ao MMA. Assim, as políticas de gestão de pessoas do SFB são feitas pelo próprio MMA, que leva em conta as demandas e necessidades do SFB juntamente com as demandas e necessidades próprias do MMA. Optou-se por manter um indicador no Mapa Estratégico do SFB no intuito de não perder de vista a Gestão por Competência e de manter o apoio constante às atividades desenvolvidas pelo MMA.

Em 2017, o MMA deu continuidade ao Projeto de Gestão por Competências iniciado em 2015. Nesse sentido, foi iniciada a preparação do 3º ciclo de avaliação de competências do órgão, com o objetivo de identificar as necessidades de capacitação dos servidores e das unidades do MMA em relação às competências requeridas de suas respectivas unidades de lotação e exercício. A ideia é elaborar questionários que devem ser respondidos por servidores e gerentes durante o ano de 2018. O SFB, contribui para a Gestão por Competências sempre que é chamado a atualizar informações referentes às suas gerências e competências necessárias, bem como realiza esforço interno para que os servidores participem ativamente das pesquisas no âmbito do Projeto.

##### *ii.b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.*

### **Gráfico de indicadores de resultado**

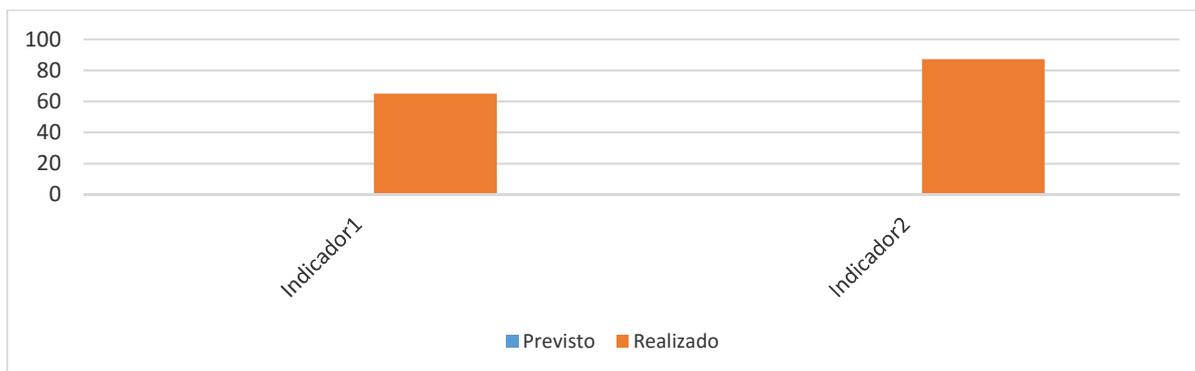


Tabela comparativa de indicadores em três exercícios

Análise dos indicadores	2016		2017*		2018
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Indicador 14.1 – Percentual de Servidores do Serviço Florestal Brasileiro que realizaram a autoavaliação	-	-	-	65%	65%
Indicador 14.2 Percentual de servidores que foram avaliados pelos seus gestores	-	-	-	87%	85%
Legenda	■ Conforme planejado		■ Merece atenção		■ Desconforme

\* Ambos os indicadores foram modificados em 2017 para melhor comunicar o objetivo. Assim, não há série histórica para esses indicadores.

**Indicador 14.1 - Nº de Servidores do Serviço Florestal Brasileiro que realizaram a autoavaliação:** A fórmula do indicador é calculada pelo número de servidores que realizaram sua auto-avaliação de competências sobre o número de servidores participantes da avaliação. Ao longo de 2017, a participação dos servidores foi de 65%.

**Indicador 14.2 Número de servidores que foram avaliados pelos seus gestores:** A fórmula do indicador é calculada pelo número de servidores que foram avaliados pelos gestores sobre o número de servidores que participam da avaliação.

### iii. Conclusão

#### iii.a- Avaliação do resultado

Dentro das atividades que lhe cabem, o SFB tem contribuído de forma significativa para a realização das etapas relativas ao Projeto de Gestão por Competências liderado pelo MMA. Os servidores do órgão participam das atividades propostas e respondem as demandas vindas do MMA. No entanto, o andamento do Projeto de Gestão por Competências e todo o processo de planejamento e elaboração das etapas fica a cargo do MMA, restando ao SFB apenas apoiá-los conforme solicitado.

#### iii.b- Principais desafios para o exercício seguinte e ações para melhoria de desempenho

---

Para 2018, o SFB pretende continuar apoiando as ações relativas à Gestão por Competências conforme solicitado pelo MMA. Ademais, é importante que seja divulgado, no âmbito do SFB, o andamento do Projeto e que sejam abertos canais para sugestões de melhoria, as quais serão repassadas ao MMA.

As demais medidas para a melhoria do desempenho do Projeto de Gestão por Competências são de responsabilidade do MMA, conforme citado no item anterior.

### **3.2.1- Objetivo 15 - Promover e incentivar a capacitação técnica e administrativa dos servidores**

#### *i. Descrição*

<b>Descrição geral</b>	
A organização deverá estimular e promover permanentemente seus servidores, inclusive dirigentes, a se capacitarem nas competências necessárias ao desenvolvimento de suas atividades, sejam elas técnicas finalísticas e/ou administrativas. Essas capacitações deverão estar estruturadas em um plano de capacitação e qualificação profissional que abranja todos os níveis de formação do corpo técnico da instituição alinhado ao seu planejamento estratégico.	
Nesse contexto, cabe salientar que o SFB possui apenas núcleo de recursos humanos, o qual intermedeia as demandas dos servidores junto ao MMA. Sendo assim, as políticas de RH, não obstante levarem em conta as necessidades do SFB, são realizadas pelo MMA.	
<b>Responsável</b>	Raimundo Deusdará Filho

#### *ii. Análise*

*ii.a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de referência em relação ao exercício anterior.*

Como abordado no objetivo anterior, a Gestão de Pessoas não é realizada diretamente pelo SFB, uma vez que o órgão é subordinado ao Ministério do Meio Ambiente e possui núcleo de recursos humanos, que executa apenas a intermediação das demandas dos servidores junto ao MMA. Dessa forma, no que diz respeito à capacitação técnica e administrativa dos servidores, o SFB não possui uma política própria, fazemos parte do Plano Anual de Capacitação do MMA.

No ano de 2017, o MMA deu continuidade às capacitações, porém, de forma mais tímida do que o planejado, em decorrência de reduções orçamentárias do exercício e por dificuldades da equipe da Divisão de Capacitação que teve seu quadro reduzido por motivos de afastamentos de servidores.

No que diz respeito à capacitação realizada por servidores do SFB, no ano de 2017, 18 (dezoito) servidores participaram do programa de incentivos, que abarca capacitações com línguas estrangeiras, pós-graduação e mestrado e cujo custo mensal é de R\$ 4.466,58, e com relação às demais capacitações, 12 (doze) servidores participaram de turmas abertas e mais 6 (seis) servidores participaram de turmas fechadas.

*ii.b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.*

### **Gráfico de indicadores de resultado**

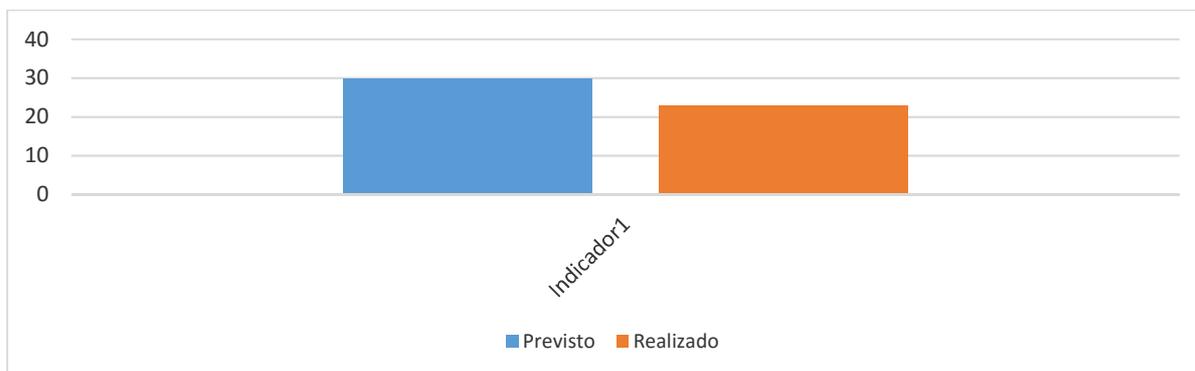


Tabela comparativa de indicadores em três exercícios

Análise dos indicadores	2016		2017		2018
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Indicador 15.1 - Capacitação e qualificação do corpo técnico – percentual de servidores com ao menos 20hs de capacitação por ano	40%	29,61%	30%	23,68%	30%

Legenda ■ Conforme planejado ■ Merece atenção ■ Desconforme

**Indicador 15.1 - Capacitação e qualificação do corpo técnico – percentual de servidores com ao menos 20hs de capacitação por ano:** Dos 152 servidores atuais do SFB, foram capacitados 36 servidores, conforme os dados acima colocados, totalizando um percentual de 23,68% de servidores capacitados. Para o ano de 2018, o órgão pretende capacitar 30% de seus servidores.

### iii. Conclusão

#### iii.a- Avaliação do resultado

Diante das restrições orçamentárias que vem sendo impostas ao Governo Federal, esta unidade avalia que ainda que a meta não tenha sido cumprida, foi feito o possível para manter um bom nível de capacitação de seus servidores. Ademais, no fim do ano de 2017, criou-se um Plano Orçamentário específico para capacitação na Ação da Administração da Unidade (Ação 2000).

#### iii.b- Principais desafios para o exercício seguinte e ações para melhoria de desempenho

Para o ano de 2018, o SFB pretende dar continuidade aos esforços no sentido de capacitar o maior número de servidores possíveis, dentro das necessidades de competências apontadas pelo órgão e com o objetivo de cumprir de forma mais eficaz as atividades de cada um dos setores.

Para tanto, espera-se que a criação de um Plano Orçamentário específico, que se manterá para o ano de 2018, facilite a realização de capacitações pelos servidores do SFB, uma vez que aloca recursos do próprio órgão para a realização da atividade, que anteriormente era custeada pelo próprio MMA.

### 3.2.1- Objetivo 16 - Otimizar os processos licitatórios e de contratação

#### i. Descrição

##### Descrição geral

O SFB deve padronizar e otimizar suas rotinas e atividades relacionadas aos processos de licitação e de contratação, para ampliar sua eficiência administrativa. O aperfeiçoamento dos processos e da comunicação, bem como a maior proximidade junto às áreas finalísticas são aspectos importantes para a redução dos prazos, maior eficiência do gasto e qualidade das contratações.

**Responsável** Raimundo Deusdará Filho

## ii. Análise

ii.a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de referência em relação ao exercício anterior.

Para que as os objetivos institucionais do SFB sejam realizados, é preciso otimizar os processos internos, principalmente no que diz respeito ao processo licitatório. As dificuldades em realizar de forma ágil e adequada o processo de licitação advém de falta de pessoal, falta de capacitação do pessoal envolvido no processo, bem como de dificuldades no cumprimento dos prazos envolvidos.

No ano de 2017, tentou-se diminuir o tempo de realização dos pregões eletrônicos tradicionais e pregões SRP. No exercício de 2017 foram realizadas 02 contratações por inexigibilidade, 1 concorrência, 15 adesões a atas de registro de preços e 25 pregões eletrônicos, visando sempre dar celeridade aos processos licitatórios.

Cumprir salientar que o SFB observa as recomendações no sentido de que não haja o fracionamento de despesas, e de que se evite que as contratações realizadas por meio de dispensa de licitação, estejam previstas no escopo de contratos vigentes.

ii.b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.

**Gráfico de indicadores de resultado**



**Tabela comparativa de indicadores em três exercícios**

Análise dos indicadores	2016		2017		2018
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Indicador 16.1 Tempo médio dos processos de contratação					
Indicador 16.2 – Planos de ação para melhoria do processo de contratação					

A área técnica responsável não respondeu aos indicadores.

### iii. Conclusão

#### iii.a- Avaliação do resultado

O SFB vem buscando melhorar seus resultados e otimizar seus processos internos. A tentativa de avaliar seus processos de contratação e encontrar meios para sanar os gargalos presentes se insere na busca por uma melhora contínua.

#### iii.b- Principais desafios para o exercício seguinte e ações para melhoria de desempenho

Para o ano de 2018, a unidade irá implantar o Sistema Eletrônico de Informações (SEI), cujo objetivo é passar a operar todos os processos do órgão de forma eletrônica. O maior desafio será, portanto, o domínio total do Sistema pelos servidores do órgão, que precisarão se adaptar à elaboração e tramitação de documentos de forma eletrônica. O SEI tem como objetivo trazer maior celeridade processual, o que trará impactos positivos no tempo necessário para as contratações, bem como tende a reduzir os gastos do SFB com comunicação, material de expediente, transporte e mão de obra.

### **3.2.1- Objetivo 17 - Aprimorar a Gestão do Conhecimento e da Informação**

#### *i. Descrição*

Descrição geral	
A transparência é fator fundamental para disponibilizar e comunicar informações, decisões, ações e resultados de forma acessível, frequente e clara aos seus servidores e à sociedade. Para que o conhecimento existente no SFB seja compartilhado e institucionalizado, é necessário sistematizar rotinas e procedimentos que assegurem a sua gestão. A Gestão do Conhecimento como ferramenta gerencial busca otimizar processos e eliminar redundâncias, mapear onde está o conhecimento na instituição, quem são os peritos, onde estão as soluções que possam subsidiar o processo decisório, em tempo hábil para a resolução dos mais diversos problemas. A evolução das tecnologias exige atualização constante dos envolvidos de modo que se possa aplicar à gestão da informação as melhores práticas disponíveis agregando conhecimento e valor ao negócio. Dessa forma, o conhecimento e as informações produzidos não estarão associados apenas aos indivíduos, mas disponíveis a toda a instituição e ao público que esteja interessado, garantindo transparência à informação.	
Responsável	Raimundo Deusdará Filho

#### *ii. Análise*

#### *ii.a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de referência em relação ao exercício anterior.*

Mediante as estratégias já definidas pelo SFB em seu Plano Diretor de Tecnologia da Informação PDTI 2017/2018, que tem por finalidade detalhar os aspectos da gestão de TI identificados como de maior impacto presente e futuro, a GETI procura atender a crescente e ininterrupta demanda por soluções de informática e gestão de conhecimento que superem a capacidade instalada do órgão em atender às solicitações de forma ágil e eficiente.

A fim de contribuir para o alcance dos objetivos estratégicos do SFB, a GETI vem apoiando o Ministério do Meio Ambiente na elaboração, implantação e melhoria da plataforma Biosfera desde 2014. Nesse sentido, as ações desempenhadas pela área em 2017 foram:

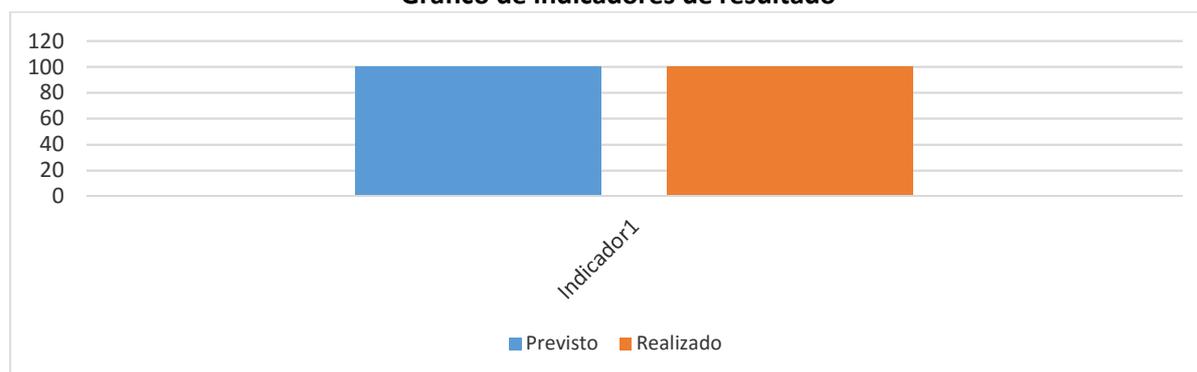
- Atividades de Implementação do aperfeiçoamento da solução junto às diretorias do SFB.

Esta atividade foi dividida nas seguintes tarefas:

- Continuidade no processo de reestruturação do processo de gestão e transparência de informações do SFB;
- Levantamento das informações junto às Diretorias do SFB;
- Criação de repositório dinâmico e unificado de dados e informações inerentes às unidades e processos do SFB;
- Implementação dos projetos de melhorias junto às Diretorias;
- Plano de Comunicação de implementação da Solução;
- Avaliação dos resultados obtidos;
- Expansão dos projetos implementados;
- Levantamento de novas funcionalidades;
- Implementação de novas funcionalidades;
- Emissão de OS para elaboração de novas funcionalidades;
- Gestão, acompanhamento e fiscalização técnica das entregas;
- Implantação das funcionalidades novas;
- Pagamento das implementações das novas funcionalidades;
- Avaliação das novas funcionalidades.
- Manutenção da solução:
  - Acompanhamento mensal da integridade da solução;
  - Pagamento da manutenção da solução.
- Desenvolvimento de novos processos:
  - Aprimoramento das necessidades de processos junto às Diretorias;
  - Implementação dos aprimoramentos junto às Diretorias;
  - Avaliação dos resultados obtidos.

ii.b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.

**Gráfico de indicadores de resultado**



**Tabela comparativa de indicadores em três exercícios**

Análise dos indicadores	2016		2017		2018
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
17.1 Sistema de gestão do conhecimento e	100%	100%	100%	100%	100%



**Indicador 17.1 - Sistema de gestão do conhecimento e informação aperfeiçoado:** A Biosfera constitui-se em uma solução integrada de suporte à comunicação e gestão corporativa. Neste sentido, precisa ser constantemente aperfeiçoada para garantir que as informações produzidas sejam sempre usadas para obter o melhor resultado em um ambiente em constante mudança. Este indicador, retrata os processos desenvolvidos no ano 2017 para o aperfeiçoamento da ferramenta de gestão do conhecimento, considerados estratégicos para o SFB e assim alinhados com as diretrizes estabelecidas no Planejamento Estratégico Institucional. No Plano Diretor de TI, as ações de aperfeiçoamento da ferramenta Biosfera foram descritas como necessidades de negócio para o SFB, sendo as metas e ações planejadas para o ano de 2017 tratadas como necessidades da área de TI.

O levantamento das necessidades de melhorias que foram implementadas na Biosfera foi coordenado pela Gerência de TI do SFB, em conjunto com a Divisão de Comunicação do SFB e ainda as áreas de TI e Comunicação do MMA.

### iii. Conclusão

#### iii.a- Avaliação do resultado

Considerando-se as diretrizes do objetivo ora tratado, que tem por finalidade a Gestão do Conhecimento e da Informação para que o conhecimento existente no SFB seja compartilhado e institucionalizado, as ações desenvolvidas pelo SFB, em conjunto com o MMA, foram para o aperfeiçoamento do sistema Biosfera, para o apoio e suporte na contratação, entrega e implementação das soluções de melhorias de TI.

De modo geral, o aperfeiçoamento da ferramenta Biosfera trouxe ao SFB ganho de agilidade na criação e transferência do conhecimento produzido e mais capacidade de resposta aos problemas imediatos, tendo em vista o aprimoramento da comunicação entre a sede oficial em Brasília e as suas quatro unidades regionais. A facilidade de diálogo via chat e vídeo chamada entre os servidores, colaboradores e público externo também proporcionou ao SFB economia de recursos, tendo em vista que tais funcionalidades dependem apenas de conexão com a internet. Os processos internos e os fluxos de trabalho foram otimizados e hoje os servidores e colaboradores podem encontrar em um único ambiente todas as informações produzidas pela instituição, isso aumentou o rendimento produtivo e facilitou a comunicação entre os pares, encorajando-os a compartilhar ideias geradoras de inovação e de enfrentar novos desafios.

Os resultados alcançados tiveram total aderência ao que foi estabelecido como meta para o exercício de 2017, conforme o descrito em nosso PDTI, cuja meta foi cumprida em 100%.

#### iii.b- Principais desafios para o exercício seguinte e ações para melhoria de desempenho

Considerando a experiência obtida no ano de 2017, não restam dúvidas de que a Biosfera é a principal ferramenta para se aprimorar a gestão do conhecimento e da informação no SFB. No entanto, sabe-se que para se aperfeiçoar tal gestão, o SFB necessita agregar valor às ações de integração do conhecimento e de gestão da informação. Para tanto, outras ideias e soluções podem ser colocadas em prática, o que trará ganhos de desempenho à Biosfera.

---

A criação de processos específicos para a gestão do conhecimento é um importante instrumento para se agregar valor aos serviços desenvolvidos pelo SFB. Estes processos estão fortemente relacionados a incentivos e ações da alta diretoria. Existe também uma forte correlação com as tecnologias de comunicação aplicadas ao compartilhamento de informação, necessitando sempre de serem usadas conjuntamente com as políticas implantadas.

A Biosfera desempenha papel principal como sistema de compartilhamento das informações produzidas pelo SFB, devendo tal conhecimento e experiência existentes serem introduzidos nos processos de trabalho. As iniciativas devem atuar na criação de mecanismos para dinamizar a inovação e mudança de processos. Neste sentido, o SFB também busca criar ações de capacitação na gestão do conhecimento para dotar os servidores do SFB da expertise necessária para fortalecer suas competências e melhorar seu desempenho. A GETI também busca a criação de condições viabilizadoras para que o conhecimento dos indivíduos seja transformado em ação inovadora. A GETI vem ampliando seus esforços voltados para que a gestão desse conhecimento seja incorporada ao ambiente e a cultura organizacional do SFB, viabilizando a adoção de práticas estruturadas e integradas de gestão do conhecimento como partes inerentes ao trabalho desempenhado pelo SFB para que a transparência dos atos praticados por seus agentes públicos ocorra com plenitude.

### **3.2.1- Objetivo 18 - Fortalecer os mecanismos de transparência e acesso à informação institucional**

#### *i. Descrição*

<b>Descrição geral</b>	
Faz-se necessário o aprimoramento dos procedimentos e das orientações internas que assegurem a transparência pública, a abertura de dados institucionais e o acesso à informação ao público externo. Ao estabelecer mecanismos e instrumentos de transparência, o SFB fomentará e apoiará a participação da sociedade civil no acompanhamento, monitoramento, fiscalização e controle da gestão pública. Para tanto, é fundamental que se construa uma gestão que privilegie a relação governo-sociedade.	
<b>Responsável</b>	Raimundo Deusdará Filho

#### *ii. Análise*

*ii.a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de referência em relação ao exercício anterior.*

A Ouvidoria do Serviço Florestal Brasileiro SFB tem, entre as suas principais competências, a de zelar pela qualidade dos serviços prestados pelo SFB e acompanhar o processo interno de apuração das denúncias e reclamações dos usuários, seja contra a atuação da Instituição, seja contra a atuação dos concessionários (art. 62, inciso II, da Lei nº 11.284, de 2 de março de 2006).

Dessa forma, ao estimular a participação do cidadão no controle e na avaliação da Instituição e de seus serviços, a Ouvidoria constitui-se em uma ferramenta capaz de auxiliar a transformação permanente do SFB, uma vez que possibilita mudanças e ajustes nos serviços por ele prestados, em consonância com as demandas sociais canalizadas pela Ouvidoria.

Além das atividades típicas de ouvidoria - recepcionar demandas internas e externas com relação à solicitação, denúncia, reclamação, sugestão e elogio - a ouvidoria do SFB exerceu, em 2017, a coordenação do Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), assegurando o acesso a informação, de forma eficiente e adequada, conforme prevê a Lei de Acesso à Informação – LAI.

Importante destacar que, no início de 2017, a Ouvidoria do SFB passou a integrar o Sistema de Ouvidorias do Poder Executivo Federal (e-Ouv). Trata-se de ferramenta desenvolvida pela Controladoria Geral da União (CGU) para recebimento e análise das manifestações da sociedade de forma integrada entre os órgãos que utilizam o Sistema. Por meio dele, o cidadão pode registrar uma manifestação (denúncia, reclamação, sugestão, elogio ou solicitação), consultar seu andamento e verificar a resposta.

Com a adesão ao e-Ouv, as manifestações relacionadas ao CAR, que, até o final de 2016, eram contabilizadas separadamente, passaram a ser tratadas como “típicas de ouvidoria” e, nessa condição, registradas como demandas de ouvidoria e canalizadas dentro do e-Ouv.

As manifestações que chegam à Ouvidoria, e que são de competência do SFB, são encaminhadas às áreas técnicas responsáveis pelo assunto, para análise, preparação de minuta de resposta e devolução à Ouvidoria para avaliação e envio aos cidadãos. Caso o assunto não seja da alçada do SFB, o mesmo é encaminhado à ouvidoria pertinente, via e-Ouv, no caso daquelas que utilizam o sistema. Para as demais, o demandante é solicitado a dirigir-se diretamente à ouvidoria do órgão competente, por meio dos contatos a ele informados.

No caso das demandas de competência do SFB, a Ouvidoria monitora o atendimento e cobra pela tempestividade e qualidade das respostas. Os indicadores ligados diretamente à forma de atendimento, bem como a pesquisa de satisfação, indicam, no período analisado pelo presente relatório, um melhor desempenho nesses dois quesitos.

As tabelas a seguir apresentam análises dos principais indicadores relacionados aos assuntos tratados ao longo de 2017, tais como o fluxo de atendimento das demandas (de Ouvidoria e do SIC), o status das respostas, as áreas técnicas demandadas e o tempo de resposta das demandas.

Tabela 7 - Demandas Totais Recebidas (2016 - 2017)

Natureza da demanda	2016	2017	Participação (%)
Ouvidoria <sup>1</sup>	1246	588	90,32
SIC	79	63	09,68
<b>Total Geral das Demandas</b>	<b>1.325</b>	<b>651</b>	<b>100,00</b>

<sup>1</sup> incluem as manifestações relacionadas ao CAR, as quais, até o final de 2016 eram contabilizadas separadamente das demandas de Ouvidoria.

Em 2017, a Ouvidoria recebeu 651 demandas, o que significou uma diminuição de cerca de 51%, em relação ao ano de 2016. Contribuiu para esse desempenho a redução de aproximadamente 68% nas demandas relacionadas ao CAR, de 930 em 2016, para 301 em 2017.

Desde que o CAR entrou em operação, em 2014, o SFB vem trabalhando no sentido de aprimorar o Sistema de Cadastro Rural (SICAR), bem como o demonstrativo das informações declaradas no Sistema. Nesse contexto, foram desenvolvidas e disponibilizadas, no sítio do SFB, vários módulos de consulta, de análise e de geração de relatórios, com o objetivo de melhorar o atendimento ao público, seja com relação ao sistema de cadastramento, seja quanto à disponibilização de informações estratégicas do CAR. Os reflexos dessas medidas vêm sendo observados ano a ano, com a sensível redução de demandas relacionadas ao CAR, canalizadas pela Ouvidoria.

No exercício de 2017 foram recebidos 63 pedidos de informações, via SIC, o que representa uma redução de 20%, se comparado aos 79 recebidos em 2016.

Tabela 8 - Situação das Demandas em 31.12.2017

Demandas	Respondidas	%%	Em Trâmite	%	Total
Ouvidoria	581	90,9	7	58,3	588
SIC	58	9,1	5	41,7	63
Total	639	100,00	12	100,00	651

A tabela acima retrata o volume e percentuais de demandas respondidas e pendentes ao final de 2017. Das 651 demandas recebidas, 639 (98%) foram respondidas e 12(2%) encontravam-se pendentes, aguardando parecer técnico das áreas responsáveis pelas respostas.

Tabela 9 - - Unidades envolvidas (interna e externa)\*

Unidades envolvidas	2016		2017	
	Quantidade	%	Quantidade	%
OUVIDORIA	190	60,1	358	60,9
LPF	27	8,6	16	2,8
GECOF	25	7,9	16	2,8
GEINF	21	6,6	27	4,6
GEFLOC	13	4,1	2	0,3
Outra Áreas	13	4,1	4	0,6
DAF	11	3,5	3	0,5
DCF	9	2,8	122	20,8
GEMAF	3	1,0	5	0,4
ASCOM	3	1,0	0	0,0
GECAF	1	0,3	0	0,0
GAB	0	0,0	2	0,3
Outras ouvidorias via sistema e-Ouv	0	0,0	33	6
TOTAL GERAL	316	100,00	588	100,00

\* Não inclui o SIC.

A tabela acima relaciona a quantidade de demandas recebidas pela ouvidoria e as unidades que foram envolvidas nas respostas às mesmas. Cabe ressaltar que a equipe da Ouvidoria, com a colaboração e apoio das áreas técnicas e, principalmente, pela concentração de conhecimento adquirido em relação aos assuntos tratados na Instituição, conseguiu solucionar, por conta própria, cerca de 61% das demandas recebidas em 2017.

ii.b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.

Gráfico de indicadores de resultado

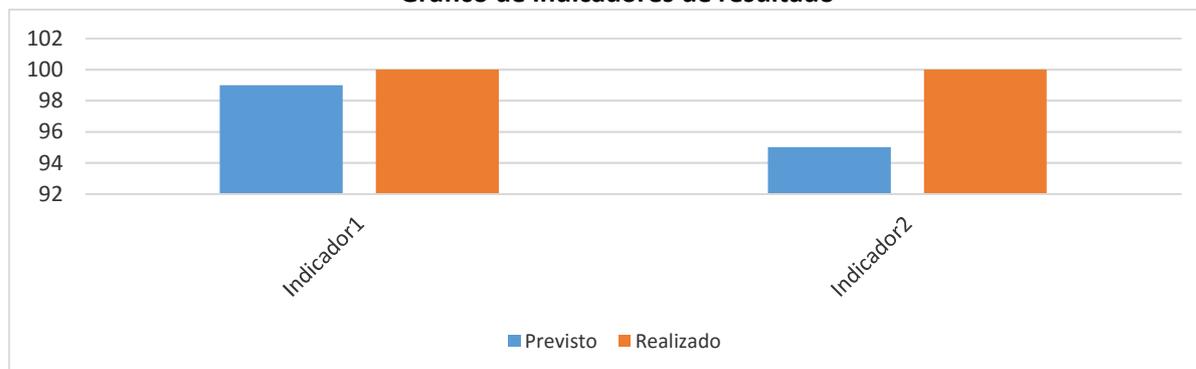


Tabela comparativa de indicadores em três exercícios

Análise dos indicadores	2016		2017		2018
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Indicador 18.1 – Informações encaminhadas aos solicitantes dentro do prazo legal de 30 dias – demandas típicas de ouvidoria	95%	99%	99%	99%	100%
Indicador 18.2. - Informações encaminhadas aos solicitantes dentro do prazo legal de 20 dias – Demandas canalizadas pelo Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)	85%	96%	95%	100%	100%

Legenda ■ Conforme planejado ■ Merece atenção ■ Desconforme

**Indicador 18.1 – Informações encaminhadas aos solicitantes dentro do prazo legal de 30 dias – demandas típicas de ouvidoria:** Pela tabela 4, observa-se que, em 2017, no que diz respeito às demandas típicas de ouvidoria, cerca de 99% das providências tomadas pelas áreas técnicas do SFB foram encaminhadas aos cidadãos dentro do prazo legal de 30 dias.

Tabela 10 - Tempo de resposta às demandas típicas da Ouvidoria (2016 e 2017)\*

Tempo de resposta	2016		2017		2018 Meta
	Quantidade	%	Quantidade	%	
De 1 a 15 dias	266	84,00	556	94,56	100% de atendimento das demandas no prazo de até 30 dias.
De 16 a 30 dias	43	13,60	24	4,08	
Acima de 30 dias	6	1,89	2	0,34	
Pendentes	1	0,51	6	1,02	
Total Geral	316	100,00	588	100,00	

\*solicitação, denúncia, reclamação, sugestão e elogio.

**Indicador 18.2. - Informações encaminhadas aos solicitantes dentro do prazo legal de 20 dias – Demandas canalizadas pelo Serviço de Informação ao Cidadão (SIC):** Em 2017, o SIC do SFB recebeu 63 pedidos de acesso de informação (vide tabela 1), os quais foram, na sua totalidade, respondidos aos demandantes. Os meios de contato disponibilizados aos cidadãos, por este canal, são: formulário eletrônico – e-SIC da CGU, e-mail e atendimento presencial.

De acordo com relatório gerado pela CGU, o tempo médio de resposta aos pedidos de informação recebidos pelo SIC do SFB é de 10 dias. Cabe ressaltar que o prazo legal estabelecido é de até 20 dias, prorrogáveis por mais 10 dias mediante justificativa.

### iii. Conclusão

---

### iii.a- Avaliação do resultado

A adesão da Ouvidoria do SFB ao sistema e-Ouv, em 2017, foi um passo importante para a modernização das atividades da Ouvidoria ao possibilitar que o tratamento das demandas, desde o recebimento até o encaminhamento da resposta, seja realizado eletronicamente, de forma integrada com os demais órgãos do Governo federal que utilizam o sistema.

Como consequência positiva da adesão ao e-Ouv, podemos destacar, também, o tratamento das demandas do CAR, dentro do sistema.

Nesse contexto, em 2017, a Ouvidoria logrou resultados positivos que vão ao encontro dos objetivos estratégicos do SFB, particularmente no que se refere no atendimento às manifestações do cidadão (público interno e externo), as quais permitem o monitoramento, a fiscalização e o controle dos serviços prestados pelo Órgão.

Em relação às demandas típicas de Ouvidoria (solicitação, denúncia, reclamação, sugestão e elogio), assim como aquelas canalizadas pelo SIC, registrou-se, em 2017, uma redução importante no tempo de resposta, em comparação com 2016, o que pode ser observado nas tabelas 2 e 4 acima.

Cabe ressaltar, também, como resultado positivo, uma maior integração entre a Ouvidoria e as demais áreas técnicas do SFB, o que permitiu à Ouvidoria solucionar, por conta própria, cerca de 61% das demandas recebidas nos últimos dois anos, assim como reduzir o tempo de respostas.

O atendimento prestado à sociedade pela Ouvidoria do SFB é avaliado por meio de um sistema de pesquisa de satisfação, implantado em 2014. Todos os cidadãos que encaminham demandas típicas de Ouvidoria são convidados a responder um questionário de satisfação. O objetivo é aferir a qualidade do trabalho desenvolvido e oferecer subsídios para permanente melhoria dos serviços prestados.

No período contemplado pelo presente relatório, a Ouvidoria recebeu 588 demandas e enviou 500 formulários de pesquisa de satisfação. A diferença entre demandas recebidas e formulários enviados deve-se às demandas em aberto, ainda no prazo de preparação de respostas, e denúncias anônimas de crime ambientais. A pesquisa foi respondida por 208 pessoas, o que representa aproximadamente 42% do total de usuários, e apresentou o seguinte resultado com relação à qualidade do atendimento prestado: excelente (44%); bom (39%); regular (10%), ruim (4%) e péssimo (3%).

Quanto ao tempo de atendimento, 88% avaliaram como rápido e normal e 12% avaliaram como demorado a resposta à sua demanda.

Quanto ao indicador de clareza das respostas 85% informaram que receberam respostas claras e de fácil compreensão, bem como cerca de 85% declararam que, se necessário, voltariam a utilizar os serviços prestados por esta Ouvidoria.

### iii.b- Principais desafios para o exercício seguinte e ações para melhoria de desempenho

- Reduzir ao máximo possível o número de demandas não satisfeitas, bem como os índices de tempo de respostas;
- Fortalecer os mecanismos de transparência e acesso à informação institucional, por meio do aprimoramento dos procedimentos e rotinas internas, incluindo um sistema informatizado atualizado, que facilite a participação do público interno e externo no monitoramento, na fiscalização e no controle da gestão do SFB; e

- Maior integração e colaboração com as áreas técnicas, buscando um maior comprometimento dessas áreas na atenção às demandas recebidas, o que se traduzirá na redução das demandas não satisfeitas, na maior tempestividade e qualidade nas respostas, propiciando assim, um melhor atendimento por parte da Ouvidoria e um maior grau de satisfação por parte do público demandante. O objetivo é atender um número maior de cidadãos, mas garantindo a eles respostas rápidas e de boa qualidade.

### 3.2.1- Objetivo 19 - Ampliar a integração e interlocução interna

#### i. Descrição

##### Descrição geral

Para que os resultados institucionais sejam atingidos, é imprescindível a integração e a interlocução interna do SFB. O fluxo de informação interna deve ser ágil, permitindo que os dados e informações alcancem todos os níveis e que cada servidor e colaborador tenha clareza quanto à sua contribuição para os desafios e metas postos. Dessa forma, rotinas e procedimentos devem ser estabelecidos entre as diretorias e gerências de maneira a se promover a integração de agendas, atividades e equipes para a alavancagem de resultados e para o reconhecimento institucional.

**Responsável** Raimundo Deusdará Filho

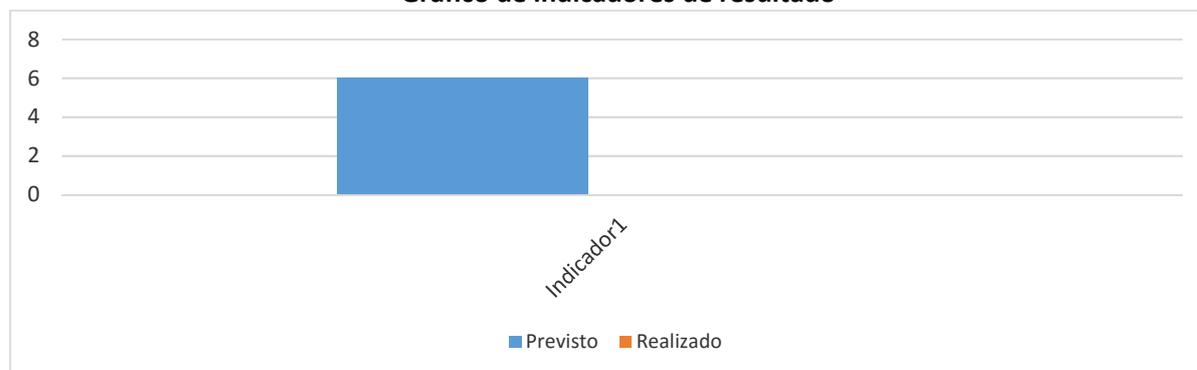
#### ii. Análise

ii.a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de referência em relação ao exercício anterior.

A área não respondeu ao objetivo.

ii.b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.

**Gráfico de indicadores de resultado**



**Tabela comparativa de indicadores em três exercícios**

Análise dos indicadores	2016		2017		2018
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Indicador 19.1 - Eventos realizados para integração interna		6	6		
Legenda <span style="color: green;">■</span> Conforme planejado <span style="color: yellow;">■</span> Merece atenção <span style="color: red;">■</span> Desconforme					

---

### iii. Conclusão

#### iii.a- Avaliação do resultado

#### iii.b- Principais desafios para o exercício seguinte e ações para melhoria de desempenho

### **3.2.1- Objetivo 20 - Ampliar a captação, a gestão e a execução dos recursos financeiros**

#### *i. Descrição*

Descrição geral	
Diante das agendas estratégicas institucionais, o SFB deve desenvolver estratégia para ampliar a captação de recursos financeiros, de forma a garantir os meios para que suas metas e resultados sejam atingidos. Além disso, faz-se necessário aprimorar sua capacidade de gestão e execução dos recursos orçamentários e daqueles externos ao orçamento, prezando pela qualidade do gasto público. Deve-se garantir que o orçamento da instituição esteja alinhado ao seu plano estratégico, bem como que sua execução seja monitorada efetivamente e de forma transparente.	
Responsável	Raimundo Deusdará Filho

#### *ii. Análise*

#### *ii.a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de referência em relação ao exercício anterior.*

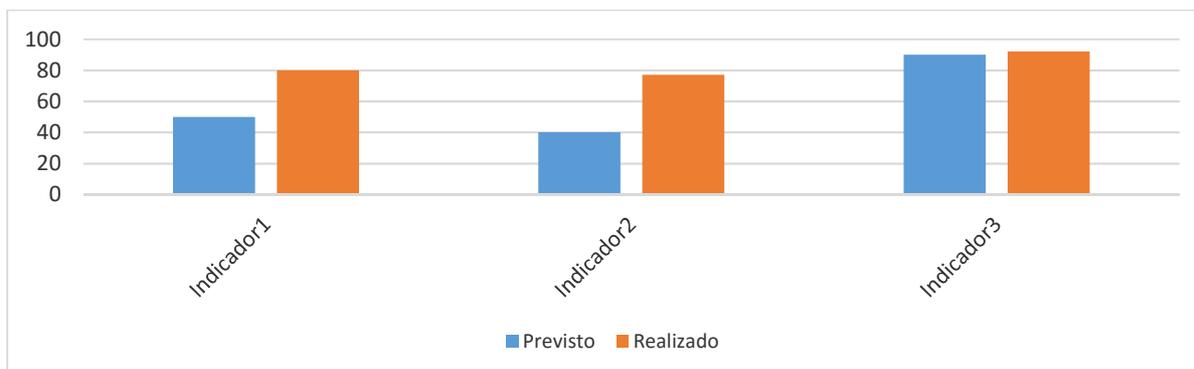
Durante o ano de 2017, a Gerência responsável pela gestão orçamentária e financeira do órgão buscou realizar reuniões periódicas para o constante acompanhamento do orçamento do órgão. Ademais, o MMA também provocou reuniões para avaliação da situação orçamentária do órgão, principalmente no que diz respeito aos recursos provenientes de doações. Assim, com o monitoramento constante tanto interno quanto externo foi possível melhorar a execução orçamentária e financeira do órgão.

Houve ainda, um esforço interno no sentido de reduzir os valores em restos a pagar, por meio do pagamento daquilo que deveria ser pago e pelo cancelamento do que não mais seria utilizado.

Cabe salientar que o orçamento, assim como em anos anteriores, sofreu limitações ao longo de 2017 e, portanto, a execução ficou limitada ao valor da dotação menos os bloqueios decorrentes dos cortes orçamentários. Se considerarmos o valor total das despesas discricionárias do órgão, o SFB executou aproximadamente 50 milhões de um orçamento inicial de 60 milhões, o que corresponde a mais de 80% de execução. Tomando de forma separada, os recursos provenientes da União (Fonte 100) correspondiam a cerca de 18 milhões, dos quais foram executados mais de 17 milhões. Por sua vez, da Fonte 129, Recursos de Concessões Florestais, executou-se cerca de 1,3 milhões de um orçamento de 1,7 milhões (76%). Já com relação às doações, foram empenhados mais de 5 milhões do Projeto KFW, de um montante total de 10 milhões (50%), 11 milhões do FIP/BID, de um montante total de 10 milhões (90%) e 12 milhões de um montante de 15 milhões (80%), do Projeto Fundo Amazônia.

#### *ii.b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.*

### **Gráfico de indicadores de resultado**



**Tabela comparativa de indicadores em três exercícios**

Análise dos indicadores	2016		2017		2018
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Indicador 20.1 - Orçamento fiscal do órgão	3%	47%	50%	79%	80%
Indicador 20.2 - Índice de execução orçamentária da LOA (Fonte 0129; 0195; 0196; 0148; 0150)	50%	21%	40%	77%	75%
Indicador 20.3. Índice de execução orçamentária da LOA (Fonte 0100)	90%	87%	90%	92%	90%

Legenda: ■ Conforme planejado ■ Merece atenção ■ Desconforme

**Indicador 20.1 - Orçamento fiscal do órgão:** Esse indicador avalia o orçamento total do órgão com relação ao ano anterior (excetuando-se às despesas com pessoal civil e encargos), para avaliar se houve crescimento ou decréscimo do valor de LOA disponível para a unidade. O orçamento total de 2017 foi de 61.259.918. Já no ano de 2016, esse valor chegou a 76.729.941. Percebe-se dessa forma, uma redução significativa de valores, o que se explica pelo cenário de corte de gastos vivido pelo Governo Federal ao longo dos últimos anos.

**Indicador 20.2 - Índice de execução orçamentária da LOA (Fonte 0129; 0195; 0196; 0148; 0150):** Com relação as fontes listadas, de um valor total de 42 milhões, foram empenhados recursos no montante de 33 milhões, o que corresponde ao percentual de 77%

**Indicador 20.3. Índice de execução orçamentária da LOA (Fonte 0100):** Com relação a Fonte Tesouro (0100), de um orçamento de cerca de 18 milhões, foi possível executar pouco mais de 17 milhões, o que representa o percentual de 92%.

### iii. Conclusão

#### iii.a- Avaliação do resultado

Diante da superação de todas as metas propostas para 2017, avalia-se como bastante positiva a atuação do órgão no que diz respeito a execução do orçamento. Principalmente no que diz respeito a execução dos recursos externos, houve significativo esforço da unidade no sentido de dar andamento aos projetos, tanto dos setores envolvidos com a execução orçamentária quanto dos setores finalísticos que lideram as atividades e do setor de contratações. Destaque deve ser dado aos Projetos

---

ligados ao Inventário Florestal Nacional, que tiveram sua execução acelerada em 2017, dando andamento a diversas contratações para a realização do inventário nas regiões do Cerrado e da Amazônia.

### iii.b- Principais desafios para o exercício seguinte e ações para melhoria de desempenho

Para o ano de 2018, o principal desafio será comportar os recursos de Projetos no orçamento de 2018, uma vez que eles passarão a concorrer com o limite total da despesa. Assim, de um valor de LOA total de 61 milhões, em 2017, passaremos para um valor de 34 milhões em 2018, que precisará comportar todas as Fontes atuais. O desafio será, portanto, continuar executando os Projetos e atividades contando com um orçamento tão aquém do necessário. Tomando como base a execução de 2017, teremos disponível para 2018, 68 % do valor executado.

### **3.2.1- Objetivo 21 - Prover infraestrutura física adequada ao órgão**

#### *i. Descrição*

Descrição geral	
A instituição deve prover infraestrutura física adequada às atividades e à quantidade de servidores de cada unidade, de forma a agilizar o atendimento de demandas e apoiar a tomada de decisões, bem como adequar a estrutura administrativa ao crescimento organizacional.	
Responsável	Raimundo Deusdará Filho

#### *ii. Análise*

##### ii.a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de referência em relação ao exercício anterior.

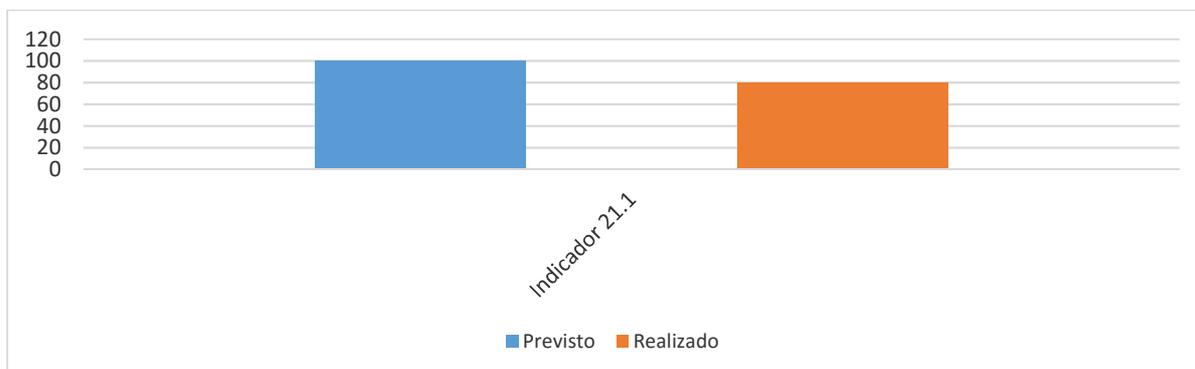
No ano de 2017 continuou-se o trabalho de adequação dos espaços visando a aproximação de setores afins. Executou-se mudanças no layout do Bloco G para receber a Diretoria de Concessão e Manejo Florestal e foi remanejado o Data Center do Bloco B para o Bloco H a fim de continuar o planejamento de aproximação dos setores das mesmas diretorias.

A sala técnica de TI foi deslocada para o Bloco G para ficar próxima a Gerência de Tecnologia da Informação – GETI e do novo Data Center, bem como retirou-se a sala de manutenção predial do prédio da carpintaria, pertencente ao LPF, colocando os em uma sala com um depósito de materiais maior para melhorar a organização e qualidade dos serviços prestados.

Foram ainda adquiridos novos equipamentos de ar condicionados para suprir a necessidade de climatização de salas de laboratórios e escritórios e do Data Center.

##### ii.b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.

### **Gráfico de indicadores de resultado**



**Tabela comparativa de indicadores em três exercícios**

Análise dos indicadores	2016		2017		2018
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Indicador 21.1 - Modernização da infraestrutura do SFB	50 % da reforma da sede do SFB	50% da Reforma da Sede do SFB concluída.	100% Reforma da Sede do SFB	80% Reforma da Sede do SFB	100% Reforma da Sede do SFB
Legenda	Conforme planejado	Merece atenção	Desconforme		

**Indicador 21.1 - Modernização da infraestrutura da Sede do SFB:** a meta para o ano de 2017 não foi atingida durante o ano programado. Em algumas situações foi necessário diminuir o ritmo das mudanças a fim de não atrapalhar pontualmente o trabalho dos servidores, uma vez que durante a essas mudanças de layout e reformas os ambientes de trabalho são impactados.

### iii. Conclusão

#### iii.a- Avaliação do resultado

Avalia-se que a aproximação dos setores de uma mesma diretoria melhora a interação entre os servidores promovendo maior eficiência nos procedimentos. Observou-se, por exemplo, que a mudança de local do Data Center, bem como a instalação de novo sistema de climatização, melhorou a confiabilidade do sistema e diminuiu o número de chamados referentes à infraestrutura da sala.

#### iii.b- Principais desafios para o exercício seguinte e ações para melhoria de desempenho

Para 2018, pretende-se concluir a as adequações nos ambientes restantes o SFB para que cada uma das Diretorias fique mais próxima de seus servidores, facilitando a integração e o diálogo das áreas.

### **3.2.1- Objetivo 22 - Garantir soluções de infraestrutura e de integração dos sistemas de tecnologia da informação**

#### i. Descrição

##### Descrição geral

O SFB deve prover soluções tecnológicas de alta qualidade, interoperáveis, portáteis e de fácil uso ao público interno e externo à instituição. Seus sistemas devem gerar informações e conhecimentos relevantes dos temas afetos ao SFB, a partir de bases de dados integradas e que sejam compatíveis com as inovações tecnológicas. O SFB busca desenvolver uma abordagem focada na participação e colaboração social, no reaproveitamento de recursos e na economicidade de modos de cooperação, visando ao apoio técnico e tecnológico e ao desenvolvimento das instituições públicas que contribuem para a execução das políticas nacionais de gestão

---

de florestas. Os sistemas do SFB devem buscar a interoperabilidade com os demais sistemas do Governo de modo que as pessoas, organizações e sistemas computacionais possam interagir para trocar informações de maneira eficaz e eficiente.

<b>Responsável</b>	Raimundo Deusdará Filho
--------------------	-------------------------

## ii. Análise

ii.a- Descrição sucinta das atividades empreendidas no exercício e balanço das atividades, enfatizando os principais avanços obtidos no exercício de referência em relação ao exercício anterior.

A fim de contribuir para o alcance dos objetivos estratégicos do SFB, a GETI mantém contrato de prestação de Serviços de suporte, operação e sustentação da infraestrutura de TI para a aplicação de tecnologias da informação para a concepção, desenvolvimento, integração e manutenção dos ativos informacionais, de forma a possibilitar a gestão e a tomada de decisão direcionadas para a consecução da missão e da visão do órgão, e com isso viabilizar a permanente afirmação de seus valores.

As atividades desempenhadas via contrato de prestação de Serviços envolvem o fornecimento solução de ampliação da maturidade de ambiente computacional envolvendo a implantação e operação de Central de Suporte Técnico, com registro e acompanhamento de serviços especializados, visando prover o Serviço Florestal Brasileiro de serviços de manutenção e evolução da saúde operacional com processos de trabalho aferidos e remunerados exclusivamente por Acordos de Nível de Serviço (ANS). Visando assegurar a integração dos sistemas de TI do SFB foi estabelecido no Planejamento Estratégico Institucional de 2015/ 2016 a implementação de 6 sistemas corporativos. Foi cumprido 100 % da meta do escopo previsto, tendo sido entregues os produtos listados abaixo:

### SCC - Sistema Cadeia de Custódia

Área gestora: GEMAF – Gerência Executiva de Monitoramento e Auditoria Florestal

Descrição do sistema: Sistema para registrar a cadeia de custódia e monitoramento das atividades desenvolvidas nas unidades de manejo florestal das áreas de concessão.

Controla a origem e destino dos produtos florestais nas concessões.

### SGC - Sistema Gestão de Contratos

Área gestora: GEAL – Gerência Executiva de Administração e Logística

Descrição do sistema: Sistema para registrar e acompanhar os contratos administrativos do SFB.

### SGC/FNDF – Sistema de Gestão de Contratos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal

Área gestora: GECAF – Gerência Executiva de Capacitação e Fomento

Descrição do sistema: O sistema possibilitará gerenciamento de contratos firmados com as empresas contratadas prestadoras de serviços e produtos ao governo federal. Todo trabalho, atualmente, é realizado em planilhas do Excel, o que dificulta a integração e a rastreabilidade dos atributos, reduzindo a eficiência do processo de tramitação dos contratos.

### IFN – Inventário Florestal Nacional

Área gestora: GEINF – Gerência Executiva de Informações Florestais

Descrição do sistema: Sistema para monitoramento contínuo dos recursos florestais e fornecimento de informações para subsidiar a definição de políticas florestais, a gestão dos recursos florestais e a elaboração de planos de uso e conservação dos recursos florestais.

### SCA - Sistema de Controle de Acessos

Área gestora: GETI – Gerência Executiva de Tecnologia da Informação

Descrição do sistema: O SCA tem como objetivo unificar as informações de usuários, sistemas, perfis de acesso e permissões, otimizando os recursos necessários para manutenção e evolução do sistema, bem como seguir uma política de segurança que garanta a confiabilidade e integridade dos dados dos sistemas.

SNIF – Sistema Nacional de Informações Florestais

Área gestora: GEINF – Gerência Executiva de Informações Florestais

Descrição do sistema: Base nacional de informações sobre florestas brasileiras, a gestão florestal governamental, o ensino, a pesquisa, o desenvolvimento florestal e o setor produtivo florestal brasileiro.

PNGF – Portal Nacional da Gestão Florestal

Área gestora: GEINF – Gerência Executiva de Informações Florestais

Descrição do sistema: Permitir uma visão completa das ações voltadas à gestão florestal no país e consequentemente o cumprimento da Resolução CONAMA 379/2006, que permitirá maior transparência sobre o tema e participação social, assim como o delineamento de políticas adequadas para o setor.

Portal do Cadastro Nacional de Florestas Públicas

Área gestora: GECAD – Gerência Executiva de Cadastro de Florestas

Descrição do sistema: Disponibilizar informações do Cadastro Nacional de Florestas Públicas e sua base de conhecimento para seus colaboradores (SFB) e, possivelmente, para clientes (ESTADOS), parceiros de negócios (CONCESSIONÁRIOS) e também para o público em geral (SOCIEDADE CIVIL).

Portal do Serviço Florestal Brasileiro

Área gestora: ASCOM – Assessoria de Comunicação

Descrição do sistema: Site eletrônico do Serviço Florestal Brasileiro Intranet.

SIGAD – Sistema de Gestão Arquivística de Documentos

Área gestora: GEAL – Gerência Executiva de Administração e Logística

Descrição do sistema: é um Sistema Informatizado de Gestão Arquivística de Documentos que viabiliza o rastreamento de documentos e processos físicos produzidos e recebidos neste Serviço Florestal Brasileiro bem como acondiciona arquivos digitais dos registros indexados, por meio da classificação arquivística assegura o momento da eliminação de documentos.

RIT – Repositório de Informações Técnicas

Área gestora: GEINF – Gerência Executiva de Informações Florestais

Descrição do sistema: é o sistema institucional de gestão e disseminação dos documentos técnicos do Serviço Florestal Brasileiro (SFB), que tem por objetivo armazenar, preservar e divulgar produtos técnicos elaborados de acordo com as atividades desenvolvidas no SFB. Eventuais necessidades de novos sistemas informatizados ou funcionalidades, suas justificativas e as medidas programadas e/ou em curso para obtenção dos sistemas.

SISPLAN – Sistema de Planejamento Orçamentário

Área gestora: COGEST – Coordenação de Gestão Estratégica

Descrição do sistema: o sistema tem o objetivo de aumentar a eficiência do acompanhamento da execução física e orçamentária das atividades desenvolvidas pela instituição, necessita de um suporte sistêmico que possibilite a rastreabilidade entre os objetivos e metas estipulados no planejamento estratégico e no PPA, além de um único repositório de informações de planejamento.

SGC/Concessão Florestal – Sistema de Gestão de Contratos de Concessão Florestal

---

Área gestora: GECOF – Gerência Executiva de Concessão Florestal

Descrição do sistema: O sistema possibilita a centralização das informações dos contratos de concessão, visando facilitar a gestão dos contratos, divulgação das informações referentes às concessões florestais vigentes e o processo de emissão das guias para pagamento.

SGC/FNDF – Sistema de Gestão de Contratos do Fundo Nacional de Desenvolvimento Florestal

Área gestora: GECAF – Gerência Executiva de Capacitação e Fomento

Descrição do sistema: O sistema possibilitará gerenciamento de contratos firmados com as empresas contratadas prestadoras de serviços e produtos ao governo federal.

Biosfera – Solução Integrada de Suporte à Comunicação e Gestão Corporativa

Área gestora: GETI – Gerência Executiva de Tecnologia da Informação

Descrição do sistema: Ferramenta oficial de comunicação, troca de informações e integração entre os servidores e colaboradores vinculados bem como para disseminação de assuntos governamentais de interesse da instituição.

Também foram asseguradas as atividades de manutenção e evolução dos sistemas, ora listados, relacionados aos macroprocessos finalísticos do SFB.

A atuação da GETI envolveu ainda ações de gestão e fiscalização de contratos de suporte e desenvolvimento TI com diversos fornecedores, conforme listados abaixo:

UNIDADE	Empresa	Nº Contrato	CNPJ	Objeto	Valor pago em 2017	OBS
GETI	Cast Fábrica	04/2013	03.143.181/0001.01	Prestação de serviços continuados de tecnologia da informação voltada ao Desenvolvimento e manutenção de sistemas de informação, em regime de Fábrica de Software.	1.099.603,27	
	Cast Infra	15/2012	03.143.181/0001-01	Contratação de serviços técnicos de suporte, operação e sustentação da infraestrutura de Tecnologia da Informação (TI) do Serviço Florestal Brasileiro (SF13).	305.336,19	Contrato encerrado em 07/2017
	Hepta	09/2017	37.057.387/0001-22	Contratação de empresa especializada para o fornecimento Solução de ampliação da maturidade de ambiente computacional envolvendo a implantação e operação de Central de Suporte Técnico, com registro e acompanhamento de serviços especializados, visando prover o Serviço Florestal Brasileiro de serviços de manutenção e evolução da saúde operacional com processos de trabalho aferidos e remunerados exclusivamente por Acordos de Nível de Serviço (ANS)	862.749,91	Contrato assinado em 07/2017
	MJP/ Bloco (Backup)	19/2016	05.205.057/0001-40	Contratação de Solução de proteção de informações com Módulo de armazenamento de dados, manutenção, garantia e suporte técnico especializado para datacenter, conforme especificações e quantitativos estabelecidos no Edital do Pregão identificado no preâmbulo e na proposta vencedora, os quais integram este instrumento, independente de transcrição.	1.888.500,00	

MJP/ Bloco	22/2016	07.611.027/0001-60	Contratação de empresa especializada em solução a informação do Serviço Florestal Brasileiro.		
Telebras	23/2016	00.336.701/0001-04	Prestação de Serviços de Links de Comunicação de Dados Dedicados.	188.170,66	
Stefanini	02/2013	58.069.360/0001-20	Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de suporte aos usuários de tecnologia da informação, visando ao atendimento das demandas da sede do Serviço Florestal Brasileiro - SFB.	38.308,34	Contrato encerrado em 07/2017
NWI	41/212	00.545.482/0001-65	Contratação de serviços de empresa Especializada para fornecimento de link dedicado de Internet, de 20Mbps, com serviço . de Implantação, operação, manutenção, bem como o fornecimento dos insumos necessários para o perfeito funcionamento do Link, para atender demanda do Serviço Florestal Brasileiro-SFB, em Brasília/DF	57.656,18	Contrato encerrado em 12/2017
MBA TECNOLOGIA LTDA	15/2017	05.340.84510001-40	Contratação de serviços de desenvolvimento de aplicativos multiplataforma para dispositivos do tipo smertphones, tablets smartwotches smett7Vs e sensores inteligentes IoT abrangendo a manutenção distribuição monitoramento e assessoria mensurado em Unidades de Serviço Técnico (UST).	189.903,21	
Integrasys	21/2016	01.505.147/0001-04	Aquisição de Chassis (Gabinete) e Lâminas Blades, contemplando a instalação e serviço de assistência técnica da garantia.	17.160,00	
Niva Storage	20/2016	09.053.350/0001-90	Equipamento do tipo storage		

Niva Storage JBRJ	01/2017	09.053.350/0001-90	Módulo de expansão SAS para sistema de armazenamento Netapp FAS3240. Marca: Netapp. Modelo: DS2246.	299.883,00	Equipamento enviado ao Jardim Botânico do Rio de Janeiro
Niva Storage	20/2016	09.053.350/0001-90	Equipamento do tipo storage	2.384.122,00	
Niva Rack e Cabeamento	14/2016	09.053.350/0001-90	Aquisição de sistema Integrado de Segurança Eletrônica para as dependências do edifício sede do Serviço Florestal Brasileiro, composta por Sistema de Videomonitoramento e Sistema incluindo equipamentos, softwares com licença de uso, serviços de instalação, configuração e manutenção corretiva durante o período de garantia.		
Serasa	2017NP001338	62.173.620/0001-80	Aquisição de certificado digital A3	6.715,00	
Marumbi	2017NE800844	08.528.684/0001-00	Aquisição de scanner	3.780,00	

ii.b- Análise dos principais indicadores e macroprocessos, bem como contribuição de cada departamento/entidade externa para os resultados obtidos.

**Gráfico de indicadores de resultado**



**Tabela comparativa de indicadores em três exercícios**

Análise dos indicadores	2016		2017		2018
	Previsto	Realizado	Previsto	Realizado	Meta
Indicador 22.1 - Sistemas corporativos Implementados	6	6	6	6	
Indicador 22.2 - Índice de metas do PDTI cumpridas	90%	91%	90%	100%	
Legenda	■ Conforme planejado		■ Merece atenção		■ Desconforme

**Indicador 22.1 – Soluções corporativas implementados:** O SFB vem melhorando progressivamente sua capacidade para implementar e acompanhar o desenvolvimento de sistemas corporativos. Atualmente, com a renovação dos contratos de empresas terceirizadas que fornecem os serviços de TI, o SFB conseguiu alcançar os objetivos determinados no Planejamento Estratégico do órgão para o ano de 2017.

**Indicador 22.2 - Índice de metas do PDTI cumpridas:** Este indicador refere-se à mensuração do atingimento das metas estabelecidas para o período em medição. O Índice de metas do PDTI cumpridas é obtido em razão do programado sobre o realizado. A meta estabelecida para o período foi quantificada em 90% e foi realizado 100%.

### iii. Conclusão

#### iii.a- Avaliação do resultado

Durante o ano de 2017 houve os mais variados problemas de infraestrutura. Aconteceram diversos eventos de queda de energia por mais tempo que os no-breaks sustentam, forçando o desligamento dos equipamentos. Problemas com os aparelhos de ar condicionado, chuva dentro do datacenter também foram recorrentes. Os no-breaks apresentaram falhas de placas controladoras de bateria, obrigando o SFB a fazer manutenções que demandassem paradas de sistemas.

Para área de infraestrutura, ao final do ano de 2017, foram adquiridos equipamentos para modernização do parque. Assim, servidores de rede, storage, equipamentos de backup e ativos de

---

rede foram adquiridos utilizando recursos de projetos e do Orçamento Geral da União. Entretanto, estes equipamentos necessitam de um novo espaço físico, pois o atual não tem capacidade de abrigá-los. Está em andamento o processo de contratação para adequação de uma nova sala e com os requisitos técnicos necessários para estes equipamentos.

Ainda durante o ano de 2017, o SICAR, foi executado no ambiente físico do MMA. Para o ano de 2018, continua como plano que este sistema tenha sua execução no SFB de forma ao SFB atender ao seu mandato.

Diante deste cenário e, considerando as diretrizes do objetivo ora tratado, que tem por finalidade garantir ao SFB uma infraestrutura de TI adequada que assegure qualidade e eficiência na gestão, as ações voltadas para a contratação e entrega de novos produtos possibilitaram uma ampliação na integração dos sistemas. Isso viabilizou a disponibilização de informações e conhecimento dos temas afetos ao SFB para toda a Administração Pública e a sociedade, de forma fácil e acessível. Os resultados alcançados tiveram total aderência ao que foi estabelecido como meta para o exercício de 2017, conforme o descrito em nosso PDTI, cuja meta foi cumprida em 100%.

### iii.b- Principais desafios para o exercício seguinte e ações para melhoria de desempenho

Para o ano de 2018, o Gabinete busca assegurar os recursos financeiros e orçamentários necessários para ampliar a modernização da estrutura física e a integração dos sistemas de forma a dar cumprimento às metas institucionais, para uma melhoria nas ações destinadas ao cumprimento das metas estabelecidas. Neste sentido, a GETI vem ampliando seus esforços voltados para o atingimento das metas estabelecidas no PDTI 2017/2018. Também vêm buscando junto aos Ministérios do Planejamento, Orçamento e Gestão e Meio Ambiente a disponibilização de servidores da área de Tecnologia da Informação para que as ações de TI tenham sustentabilidade e a para a formação de uma cultura de retenção do conhecimento gerado.

### 3.3- Estágio de implementação do planejamento estratégico

#### 3.3.1- Estágio de desenvolvimento

O Planejamento Estratégico atual do Serviço Florestal Brasileiro data de dezembro de 2015, momento em que foi aprovado o Mapa Estratégico vigente da unidade. Durante o exercício de 2015, foi realizada revisão dos objetivos estratégicos do órgão, frente às novas atribuições então recebidas por meio da incorporação do Cadastro Ambiental Rural às agendas do órgão. Ao longo de 2016, foram pactuados os indicadores estratégicos da instituição e propostas metas para o exercício de 2017. Já no exercício de 2017, foram realizados o monitoramento e a avaliação do cumprimento das metas pelas unidades.

#### 3.3.2- Metodologia de formulação, de avaliação e de revisão dos objetivos estratégicos

A metodologia adotada ao longo da última revisão do Planejamento Estratégico da unidade, ocorrida em 2015, foi baseada no Balanced Scorecard – BSC, metodologia já consagrada para o planejamento tanto do setor privado, quanto do setor público. A revisão teve início com um Diálogo com Diretor-Geral acerca das agendas estratégicas para o SFB e suas correlações, no dia 11/8/2015. Posteriormente, foram realizadas 34 entrevistas dirigidas, das quais 15 com dirigentes (secretário – MMA, diretores e gerentes) e 19 com servidores, inclusive as equipes das Unidades Regionais do SFB. As entrevistas possuíam sete questões que buscavam captar as impressões sobre o ambiente interno (forças e fraquezas) e o ambiente externo (ameaças e oportunidades) ao órgão, bem como uma avaliação acerca dos objetivos estratégicos e atributos de missão e visão anteriormente pactuados.

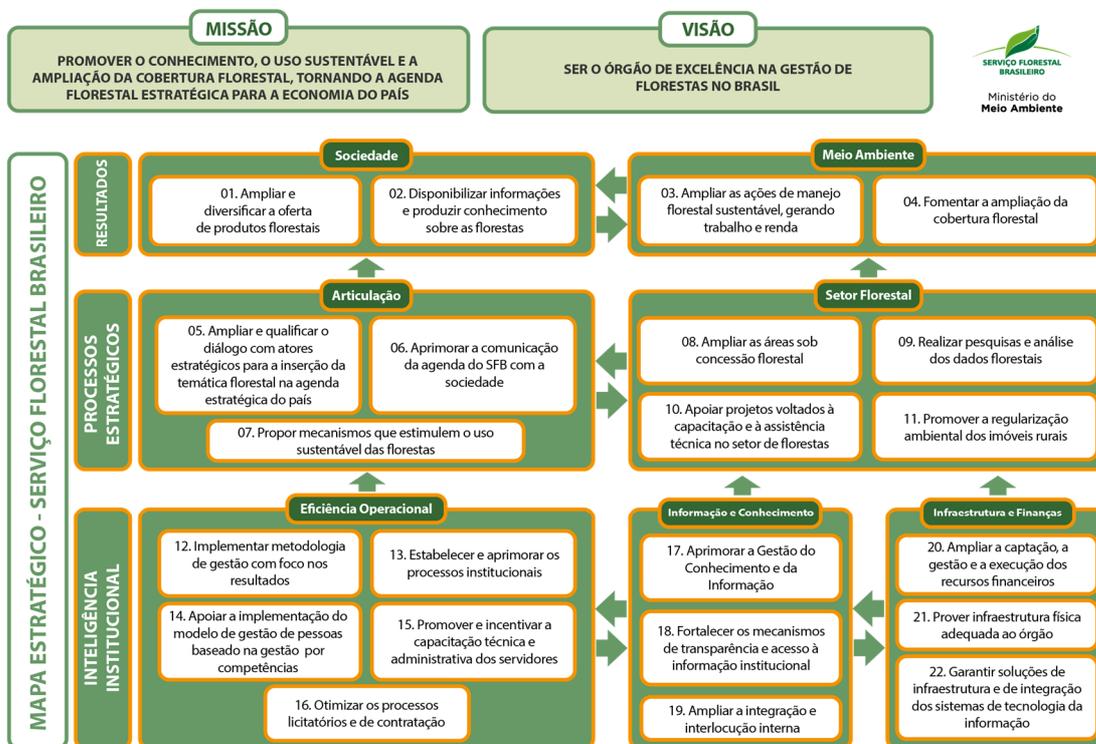
Essas entrevistas foram feitas com base na Matriz SWOT, que organiza a relação entre elementos do ambiente interno das organizações (Forças e Fraquezas) e elementos externos à organização, verificados no seu contexto de atuação (Oportunidades e Ameaças). Assim, chegou-se a seguinte matriz:

Tabela 11 - Matriz SWOT do SFB

AMBIENTE INTERNO	
<b>FORÇAS</b> 1. CORPO TÉCNICO QUALIFICADO 2. POTENCIAL DA NOVA AGENDA 3. DIRETORIA GERAL 4. PAPEL INDUTOR	<b>FRAQUEZAS</b> 1. GESTÃO DE PESSOAS 2. CAPACIDADE INSTITUCIONAL INSTALADA 3. TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO 4. ORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA E DE COMPETÊNCIAS 5. ARTICULAÇÃO E INTEGRAÇÃO INTERNA 6. COMPETIÇÃO INTERNA DE AGENDAS 7. ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL
<b>OPORTUNIDADES</b> 1. MAIOR VISIBILIDADE 2. GESTÃO DA INFORMAÇÃO FLORESTAL 3. FORTALECIMENTO INSTITUCIONAL 4. AGENDA POSITIVA 5. AMPLIAÇÃO DA ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL	<b>AMEAÇAS</b> 1. RISCO DE IMAGEM 2. CONFLITO DE COMPETÊNCIAS 3. PRESSÃO POLÍTICA 4. INCERTEZAS SOBRE A RELAÇÃO FEDERATIVA 5. CONJUNTURA ECONÔMICA E POLÍTICA
AMBIENTE EXTERNO	

Com base na matriz SWOT construída e nas entrevistas realizadas, a área responsável pela Gestão Estratégica do órgão – Gerência Executiva de Gestão Estratégica e Finanças (GESFIN) – propôs algumas modificações aos objetivos estratégicos do órgão, bem como a missão e visão da unidade, chegando a proposta de Mapa Estratégico abaixo, validada pelo Conselho Diretor do SFB:

Figura 1 - Mapa Estratégico do SFB



### 3.3.3- Alinhamento ao PPA e à Lei Orçamentária Anual

O Processo de Revisão do Mapa Estratégico levou em conta tanto às novas atribuições do órgão quanto os objetivos, metas e iniciativas de responsabilidade do órgão previstos no PPA 2016-2019, bem como as metas físicas anuais de cada ação orçamentária sob responsabilidade do órgão previstas na Lei Orçamentária Anual de 2016, cujos produtos têm sido em sua maioria mantidos tanto para 2017 quanto para 2018.

Dessa forma, ao revisar os objetivos estratégicos da instituição, buscou-se alinhá-los às metas e iniciativas previstas no objetivo 1066 - Ampliar a produção florestal sustentável e o conhecimento sobre as florestas brasileiras e no objetivo 1064 - Promover a Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais por meio dos instrumentos do Código Florestal, ambos de responsabilidade do SFB e inseridos no Programa 2078 - Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade.

Os indicadores e metas estratégicos, pactuados ao longo de 2016, também levaram em conta, além dos demais instrumentos de gestão, as metas e iniciativas propostas no PPA 2016-2019, bem como suas metas físicas para o horizonte de 2016 e 2017.

Ao longo de 2017, foram realizados ajustes ao PPA 2016-2019 com o objetivo de melhor refletir a realidade do órgão. Foram aumentadas metas e ajustados os indicadores, para atender ao novo cenário. Dessa forma, o SFB conta hoje com dois indicadores no PPA 2016-2019: Área de floresta pública federal sob regime de concessão florestal; e Percentual da área de propriedades rurais

---

cadastradas e em monitoramento no Cadastro Ambiental Rural – CAR, que representam duas das agendas principais do órgão e estão em consonância com os demais instrumentos de monitoramento das ações estratégicas do órgão.

#### ***3.3.4- Indicadores de desempenho relacionados à gestão estratégica***

Os indicadores de desempenho relacionados à Gestão Estratégica foram pactuados ao longo de 2016. Cada objetivo estratégico possui pelo menos um indicador estratégico, que busca refletir os esforços empreendidos pelo órgão, bem como o alcance das ações realizadas, por meio das metas propostas. Esses indicadores sofreram algumas alterações pontuais ao longo de 2017 e devem passar por um processo de revisão ao longo de 2018. Abaixo segue quadro dos indicadores estratégicos associados a cada objetivo estratégico:

OBJETIVOS	INDICADORES ESTRATÉGICOS	FÓRMULA	RESPONSÁVEL	PERIODICIDADE DE APURAÇÃO DO INDICADOR	UNIDADE DE MEDIDA	META FÍSICA 2016	META FÍSICA 2017
01. Ampliar e diversificar a oferta de produtos florestais	1.2. Produção de madeira em tora por meio das concessões	Volume de madeira em tora produzindo	DCM/GEMAF	Anual (Cumulativo)	m3	130.000	170.000
	2.1. Boletins/Painéis analíticos do SNIF publicados e disponibilizados à sociedade (recursos florestais, economia e ensino e pesquisa)	Número de relatórios disponibilizados por ano	DPI/GEINF	Anual	Unidade	3	3
02. Disponibilizar informações e produzir conhecimento sobre as florestas	2.2. Relatórios sobre as florestas do Brasil produzidos e disponibilizados no SNIF	Número de relatórios, por estado, disponibilizados por ano	DPI/GEINF	Anual	Unidade	2	2
	2.3. Relatórios do Inventário Florestal Nacional disponibilizados no SNIF	Número de relatórios disponibilizados por ano	DPI/GEINF	Anual	Unidade	2	3
	2.7. Projetos de Pesquisa desenvolvidos	Número de projetos de pesquisa desenvolvidos	DPI/LPF	Anual	Unidade	16	20
	2.8. Boletim sobre o Cadastro Ambiental Rural publicado	Número de boletins sobre o CAR publicados	DFI/CAR	Anual	Unidade	12	
03. Ampliar as ações de manejo florestal sustentável, gerando trabalho e renda.	3.1. Recursos financeiros disponibilizados à comunidade local das áreas sob concessão florestal	Volume de recursos financeiros disponibilizados às comunidades locais nas áreas sob concessão florestal	DCM/GECOF	Anual	R\$	747.217,00	763.000,00
	3.2. Empregos diretos gerados pelas concessões florestais	Número de empregos diretos gerados pela concessões	DCM/GEMAF	Anual	Unidade	200	300
	3.3. Famílias beneficiadas com o apoio do SFB	Número de famílias beneficiadas	DFI/GEDEFLO	Anual	Unidade	250	10.000
04. Fomentar a ampliação da cobertura florestal.	4.1. Tecnologias difundida no âmbito do desenvolvimento da silvicultura com Espécies Florestais Nativas e Sistemas Agroflorestais.	Número de tecnologias difundidas no âmbito da silvicultura	DFI/GEDEFLO	Anual	Unidade	1	2
	4.2. Número de projetos de recuperação florestal	Soma das áreas dos projetos em recuperação	DFI/GEDEFLO	Anual	Unidade	1000	1.000
05. Ampliar e qualificar o diálogo com atores estratégicos para a inserção da temática florestal na agenda estratégica do país.	5.1. Instrumentos de cooperação técnica firmados	Número de instrumentos de cooperação técnica firmados	GAB	Anual	Unidade	10	
	5.2. Participação qualificada em colegiados	Percentual de reuniões colegiadas que contaram com a presença de membros do SFB.	GAB	Anual	Percentual		
06. Aprimorar a comunicação da agenda do SFB para a sociedade.	6.1. Índice de seguidores nas mídias sociais	Soma do número de seguidores nos perfis do órgão no Facebook, Twitter, YouTube, Soundcloud, etc.	GAB/ASCOM	Anual	Unidade	18.140	30.326
07. Propor mecanismos que estimulem o uso sustentável das florestas.	7.1. Atos normativos revistos e simplificados	Número de atos normativos revistos/simplificados	GAB	Anual	Unidade	1	1
08. Ampliar as áreas sob concessão florestal	8.1. Área de florestas públicas federais concedida	Área de florestas públicas federais em hectares sob concessão florestal	DCM/GECOF	Anual	Hectare	176.000	249.000
09. Realizar pesquisas e análise dos dados florestais	9.1. Artigos publicados com apoio do SFB	Número de artigos publicados	DPI/LPF	Anual	Unidade	5	5
	9.2. Área do território nacional inventariada	Hectares do território nacional inventariado	DPI/GEINF	Anual	Unidade	100.000.000	300.000.000
	9.3. Espécies florestais caracterizadas	Número de espécies florestais caracterizadas	DPI/LPF	Anual	Unidade	10	10
10. Apoiar projetos voltados à capacitação e à assistência técnica no setor de florestas.	10.1. Pessoas capacitadas pelo SFB	Número de Pessoas capacitadas	DFI/GEDEFLO e DPI/GEINF	Anual	Unidade	1.000	
	10.2. Projetos para o desenvolvimento florestal sustentável apoiados pelo FNDF	Número de projetos apoiados	DFI/GEDEFLO.	Anual	Unidade	10	
11. Promover a regularização ambiental dos imóveis rurais.	11.1. Percentual de Imóveis cadastrados no Sistema de Cadastro Ambiental Rural – SICAR	Imóveis rurais cadastrados no SICAR/Número de imóveis rurais total x 100%	DFI/GECAR	Anual (Cumulativo)	Percentual	100%	100%
	11.2. Unidades da federação Integradas ao SICAR	Número de unidades integradas	DFI/GECAR	Anual	Unidade	26	27
	11.3. Módulos do SICAR desenvolvidos, aprimorados, disponibilizados e gerenciados.	Número de módulos do SICAR desenvolvidos, aprimorados, disponibilizados e gerenciados.	DFI/GECAR	Anual	Unidade	1	7
12. Implementar metodologia de gestão com foco nos resultados.	12.1. Índice de cumprimento das metas estratégicas	Número de metas estratégicas cumpridas/Número de metas estratégicas total x 100%	GEAL/COGEST	Anual	Percentual	75	75
13. Estabelecer e aprimorar os processos institucionais.	13.1. Quantidade de processos críticos aprimorados / racionalizados	Número de processos aprimorados/ racionalizados	DAF/GEAL	Anual	unidade	2	3
14. Apoiar a implementação do modelo de gestão de pessoas baseado na gestão por competências.	14.1. Percentual de servidores do Serviço Florestal Brasileiro que realizaram a autoavaliação	Número de servidores que se auto avaliaram no Segundo Ciclo de Avaliação de Competências, com resultado de 64,25% / Número total de servidores	DAF/GEAL	Anual	Unidade	80	90
	14.2. Percentual de servidores que foram avaliados pelos seus gestores	Número de servidores que foram avaliados pelos seus respectivos gestores no Segundo Ciclo de Avaliação de Competências, com resultado de 84,92% / Número total de servidores.	DAF/GEAL	Anual	Unidade	90	100
15. Promover e incentivar a capacitação técnica e administrativa dos servidores.	15.1. Capacitação e qualificação do corpo técnico - percentual de servidores com ao menos 20hs de capacitação por ano.	Total de servidores que cumpriram ao menos 20hs de capacitação por ano / Total de servidores do SFB x 100. Abrange: Efetivos, DAS, temporários e comissionados. Não incluir estagiários e terceirizados	DAF/GEAL	Anual	%	40%	30%
16. Otimizar os processos licitatórios e de contratação.	16.1 Tempo médio dos processos de contratação	Levantamento do tempo médio gasto no processo de contratação (Autuação do processo x TDR aprovado; Cotação de Preços; TDR aprovado)	DAF/GEAL	Anual	dias	-	-
	16.2 Planos de ação para melhoria do processo de contratação. (Será utilizado em 2017)	Número de planos de ação elaborados e executados	DAF/GEAL	Anual	Unidade	-	1
17. Aprimorar a Gestão do Conhecimento e da Informação	17.1 Sistema de gestão do conhecimento e informação aperfeiçoado	Percentual da Biosfera aperfeiçoado	GETI	Anual	Percentual	100%	
18. Fortalecer os mecanismos de transparência e acesso à informação institucional.	18.1. Prontidão de resposta	Tempo médio de resposta aos questionamentos	GAB/OUVIDORIA	Anual	DIAS	-	20
	Indicador 18.1 – Informações encaminhadas aos solicitantes dentro do prazo legal de 30 dias – demandas típicas de ouvidoria	Percentual de informações encaminhadas aos solicitantes dentro do prazo	GAB/OUVIDORIA	Anual	Percentual	95	-
	Indicador 18.2. - Informações encaminhadas aos solicitantes dentro do prazo legal de 20 dias – Demandas canalizadas pelo Serviço de Informação ao Cidadão (SIC)	Percentual de informações encaminhadas aos solicitantes dentro do prazo	GAB/OUVIDORIA	Anual	Percentual	85	-
19. Ampliar a integração e a interlocução interna.	19.2 Eventos realizados para integração interna	Número de eventos com a participação do público interno realizados	GAB/ASCOM	Anual	Unidade	-	6
20. Ampliar a captação, a gestão e a execução dos recursos financeiros.	20.1. Orçamento fiscal do órgão	Orçamento total do órgão no Ano "X" / orçamento total do órgão no ano "X-1" x 100%	GEAL/COGEST	Anual	Percentual	3%	50
	20.2. 20.2 - Índice de execução orçamentária da LOA (Fonte 0129; 0195; 0196)	Percentual de recursos de Fontes Externas empenhado	GEAL/COGEST	Anual	Percentual	50%	40%
	20.3. Índice de execução orçamentária da LOA (Fonte 0100)	Percentual de recursos de Fontes 0100 empenhado	GEAL/COGEST	Anual	Percentual	90%	90%
21. Prover infraestrutura física adequada ao órgão.	21.1. Modernização da infraestrutura do SFB	Numero de etapas do projeto de modernização da infraestrutura/ Total de etapas do projeto x 100	DAF/GEAL	Anual	Percentual	100%	100%
22. Garantir soluções de infraestrutura e de integração dos sistemas de Tecnologia da Informação.	22.1- Sistemas corporativos implementados	Número de sistemas corporativos implementados	GAB/GETI	Anual	Unidade	6	
	22.2. Índice de metas do PDTI cumpridas	Número de Metas do PDTI cumpridas/Número de Metas total x 100%	GAB/GETI	Anual	Percentual	90	

### 3.3.5- Revisões ocorridas no planejamento estratégico, sua descrição e periodicidade

O Planejamento Estratégico passou por revisão ao longo do ano de 2015, revisão essa cujos indicadores e metas estratégicos foram finalizados em 2016. Para dar prosseguimento ao Planejamento Estratégico, seriam necessárias outras etapas, como a elaboração de Estrutura Analítica de Projeto e o Mapeamento de Processos. No entanto, diante da falta de recursos humanos e do baixo orçamento do órgão, optou-se por pausar o processo e apenas monitorar as metas estratégicas, buscando soluções para os problemas encontrados para a consecução dos objetivos estratégicos. Não há periodicidade estabelecida para revisão do Planejamento Estratégico, porém é possível que a próxima revisão ocorra durante a elaboração do novo ciclo do PPA (PPA 2020 – 2023), para que se mantenha o alinhamento entre o Planejamento do órgão e o Plano Plurianual.

### 3.3.6- Envolvimento da alta direção (Diretores)

O envolvimento do Corpo Diretor do órgão no Planejamento Estratégico se deu tanto no momento de revisão do Planejamento Estratégico quanto no monitoramento das ações empreendidas até o momento. Tanto o Corpo Diretor quanto o corpo de Gerentes do órgão foram entrevistados pela GESFIN durante a etapa de análise de contexto do órgão e suas contribuições foram fundamentais para a composição da Matriz SWOT. Ademais, os objetivos estratégicos, a missão e a visão da instituição foram objeto de discussão e posterior validação durante Reunião do Conselho Diretor. Os indicadores estratégicos e metas também foram pactuados pelo Conselho Diretor.

### 3.3.7- Alinhamento das unidades ao planejamento estratégico

O SFB é composto pela Sede e por quatro Unidades Regionais, conforme já disposto no Relatório de Gestão. Tanto os servidores da Sede quanto os servidores das Unidades Regionais foram ouvidos durante a Etapa de análise do contexto do órgão. Ademais, as Unidades Regionais, ainda que não responsáveis por nenhum dos objetivos estratégicos – todos a cargo das Diretorias do órgão - executam atividades que fomentam um ou mais objetivos estratégicos, contribuindo para a realização dos mesmos.

Diretorias	
Diretoria-Geral	Exemplo
Diretoria de Concessão Florestal e Monitoramento	Exemplo
Diretoria de Pesquisa e Informações Florestais	Exemplo
Diretoria de Cadastro e Fomento Florestal	Exemplo
Diretoria de Administração e Finanças	Exemplo
<b>Legenda</b>	As cores são meramente exemplificativas
 Conforme planejado	
 Merece atenção	
 Desconforme	

### 3.3.8- Principais dificuldades e mudanças previstas

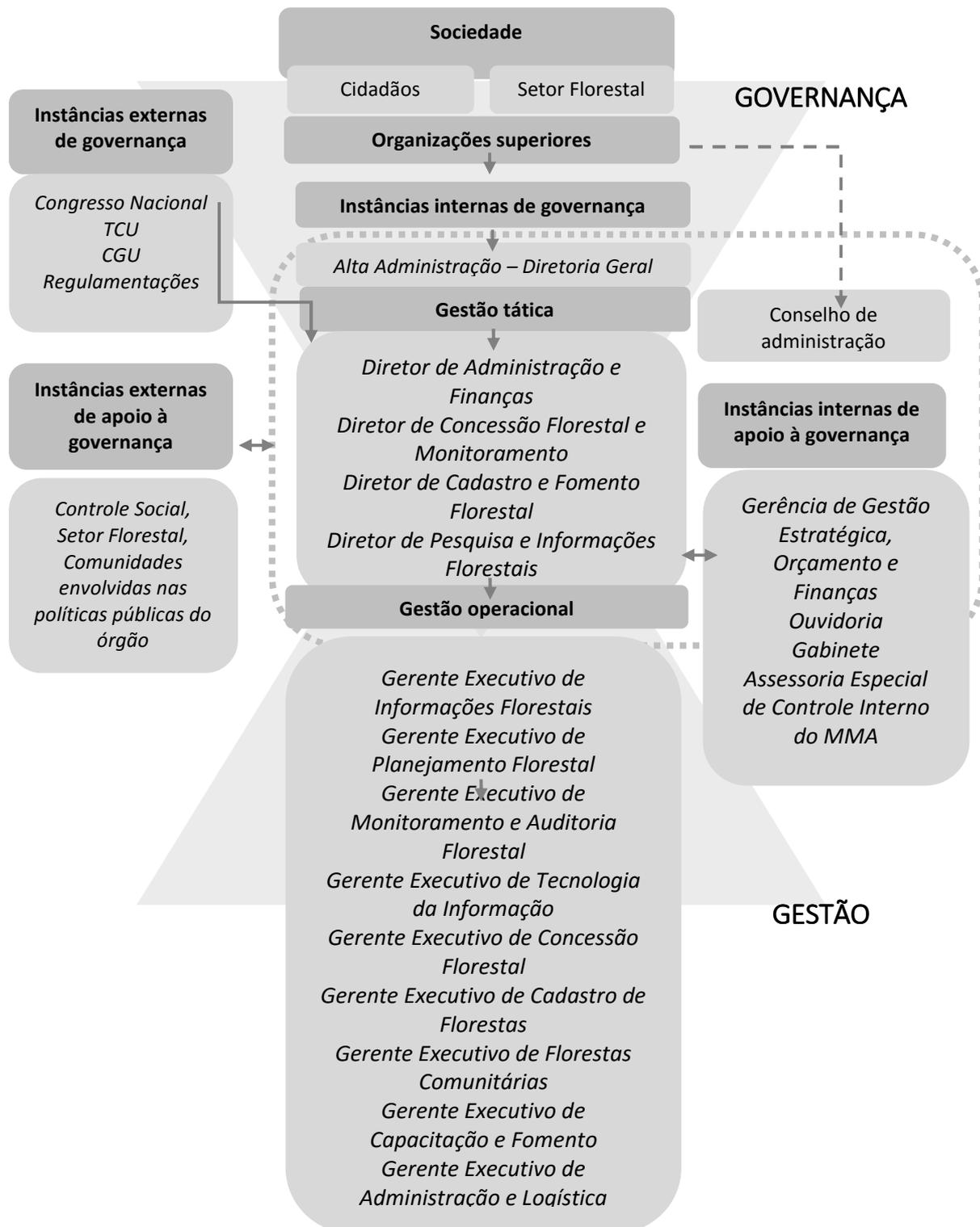
As principais dificuldades encontradas durante o processo de elaboração do Planejamento Estratégico são tempo e escassez de recursos humanos. A GESFIN, responsável por elaborar o Planejamento Estratégico, é também responsável pela Gestão Orçamentária e Financeira do órgão, bem como pela elaboração de Relatórios e acompanhamento de auditorias. Ao longo de 2015, 2016 e 2017, a Gerência passou por três chefias diferentes, bem como por adaptações em suas atribuições. Ao longo de 2017,

---

a Gerência contou com 9 (nove) funcionários, que se dividiram entre as diversas atribuições da unidade. Dessa forma, nem sempre há tempo hábil para pensar e melhor estruturar o Planejamento Estratégico da instituição. A falta de recursos humanos tem sido uma constante no órgão, o que dificulta também a realização das atividades finalísticas e, por vezes, é fator preponderante na não realização das metas previstas.

# 4- Governança, gestão de riscos e controles internos

## 4.1- Descrição das Estruturas de governança



---

**Legenda (segundo o [Referencial Básico de Governança do TCU](#))**

<b>Instâncias externas de governança</b>	<b>Instâncias externas de apoio à governança</b>	<b>Instâncias internas de governança</b>	<b>Instâncias internas de apoio à governança</b>
Responsáveis pela fiscalização, pelo controle e pela regulação, desempenhando importante papel para promoção da governança das organizações públicas. São autônomas e independentes, não estando vinculadas a apenas uma organização.	Responsáveis pela avaliação, auditoria e monitoramento independente e, nos casos em que disfunções são identificadas, pela comunicação dos fatos às instâncias superiores de governança.	Responsáveis por definir ou avaliar a estratégia e as políticas, bem como monitorar a conformidade e o desempenho destas, devendo agir nos casos em que desvios forem identificados. São, também, responsáveis por garantir que a estratégia e as políticas formuladas atendam ao interesse público servindo de elo entre principal e agente.	Realizam a comunicação entre partes interessadas internas e externas à administração, bem como auditorias internas que avaliam e monitoram riscos e controles internos, comunicando quaisquer disfunções identificadas à alta administração.

---

## **4.2- Gestão de riscos e controles internos**

### ***4.2.1- Avaliação da qualidade e da suficiência dos controles internos***

O Serviço Florestal Brasileiro não possui em sua instância Gerência formalmente responsável pela Gestão de Riscos. Ademais, sua estrutura não conta com auditoria interna ou de controle interno. Conforme prevê o Decreto nº 6.101/2007, que trata da estrutura regimental do Ministério do Meio Ambiente, a estrutura de auditoria interna existe na figura do Assessor Especial de Controle Interno - AECl, responsável pelo assessoramento ao Ministro de Estado nos assuntos de controle interno. Dessa forma, não existe organicamente unidade de controle no âmbito do SFB.

A estrutura de governança do SFB baseia-se, principalmente, na atuação do Conselho Diretor, o qual é composto por um Diretor-Geral e 4 (quatro) diretores, em regime de colegiado, ao qual caberá:

- I - exercer a administração do SFB;
- II - examinar, decidir e executar ações necessárias ao cumprimento das competências do SFB;
- III - editar normas sobre matérias de competência do SFB;
- IV - aprovar o regimento interno do SFB, a organização, a estrutura e o âmbito decisório de cada diretoria;
- V - elaborar e divulgar relatórios sobre as atividades do SFB;
- VI - conhecer e julgar pedidos de reconsideração de decisões de componentes das diretorias do SFB.

As decisões são tomadas de forma colegiada, a partir dos subsídios fornecidos pelas gerências e suas equipes, bem como pelas questões sociais que pautam a agenda do SFB. O órgão conta ainda com Assessoria Jurídica, conforme prevê sua lei de criação, que auxilia a instituição a dar legalidade e regularidade a seus atos. O SFB busca também, por meio de cada um de seus setores, realizar uma gestão consciente, buscando mitigar os riscos encontrados da melhor forma possível.

## 5- Áreas especiais da gestão

### 5.1- Gestão ambiental e sustentabilidade

O Quadro a seguir está organizado de forma a se obter um panorama geral sobre a adesão da unidade a práticas que convergem para a sustentabilidade ambiental, principalmente no que diz respeito a licitações sustentáveis. Este questionário deverá ser preenchido por unidades integrantes da Administração Pública Federal Direta, Autárquica e Fundacional e empresas estatais dependentes.

Aspectos sobre a gestão ambiental e licitações sustentáveis		Avaliação	
		SIM	NÃO
1	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?	x	
2	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?	x	
3	As contratações realizadas pela Unidade Prestadora de Contas observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	x	
4	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.	x	
5	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?	x	
6	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?	x	
7	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)? <b>Caso positivo, indicar o endereço:</b> <a href="#">www.endereço</a>	x	
8	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)? <b>Caso positivo, indicar o endereço:</b> <a href="#">www.endereço</a>		x

#### Considerações gerais

Os resultados que estão no site foram publicados até junho de 2014. A próxima publicação está em andamento. Não há publicação semestral de dados no sítio eletrônico.

## 6- Relacionamento com a sociedade

### 6.1- Canais de acesso do cidadão

Informações sobre o atendimento			
Natureza da demanda	Qtde. de solicitações	Atendidas	Atendidas no prazo
Solicitações	542	100%	100%
Denúncias	23	100%	100%
Reclamações	14	100%	100%
Sugestões	6	100%	100%
Elogio	3	100%	100%
TOTAL	588	100%	100%

Canais de Acesso



Os canais de acesso para o registro de manifestações na Ouvidoria do SFB são: e-mail; formulário eletrônico; encaminhamento de demandas por outras áreas ou instituições; atendimento pessoal; e telefone. No ano de 2017, todas as demandas entraram na Ouvidoria por meio eletrônico, incluindo as que foram encaminhadas por outras áreas, de origem interna ou externa.

As demandas recebidas pela Ouvidoria abordaram a maioria das atividades desenvolvidas pelo SFB. Do total de 588, cerca de 92% (542 demandas) foram classificadas como solicitação e os demais 8% (69 demandas) correspondem à denúncia, reclamação, sugestão e elogio. Cabe destacar que 581 demandas foram resolvidas satisfatoriamente, ao longo do ano, e arquivadas. Apenas sete demandas encontravam-se pendentes em 31.12.2017, mas dentro do prazo legal de resposta.

Na tabela que demonstra as informações sobre o atendimento típico de Ouvidoria, observa-se que 100% das demandas foram atendidas e respondidas dentro do prazo de 30 dias, conforme estabelecido na Lei 11.284/2006, de criação do Órgão.

Em 2017, além das atividades típicas de ouvidoria - receber demandas internas e externas com relação à solicitação, denúncia, reclamação, sugestão e elogio - a ouvidoria do SFB foi responsável por administrar o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC). Essas informações encontram-se mais detalhadas na sessão 3.2.14 (objetivo 18) deste Relatório.

### 6.2- Carta de serviços ao cidadão

Documento	Endereço para acesso	Periodicidade de atualização
Carta de serviços ao cidadão	Ainda não foi disponibilizada	

Observações: A Carta de Serviços ao Usuário do SFB foi elaborada, juntamente com a carta do Ministério do Meio Ambiente – MMA, ao final de 2017.

### 6.3- Aferição do grau de satisfação dos cidadãos-usuários

Documento	Endereço para acesso	Periodicidade de atualização
Pesquisa de satisfação prevista no Decreto 6.932/2009, art.12	Ainda não foi implementada	
Outros mecanismos para medir a satisfação do público com os produtos e serviços	Não se aplica.	

Com relação ao item “outros mecanismos para medir a satisfação do público com os produtos e serviços”, cabe salientar que o atendimento prestado à sociedade pela Ouvidoria do SFB é avaliado por meio de um sistema de pesquisa de satisfação, implantado em 2014. Todos os cidadãos que encaminham demandas típicas de Ouvidoria (solicitação, denúncia, reclamação, sugestão e elogio) são convidados a responder um questionário de satisfação, o qual é encaminhado, via e-mail, para cada um dos demandantes. O objetivo é aferir a qualidade do trabalho desenvolvido e oferecer subsídios para permanente melhoria dos serviços prestados pela Ouvidoria do SFB.

No ano de 2017, a Ouvidoria recebeu 588 demandas e enviou 500 formulários de pesquisa de satisfação. A diferença entre demandas recebidas e formulários enviados deve-se às demandas em aberto, ainda no prazo de preparação de respostas, e denúncias anônimas de crimes ambientais. A pesquisa foi respondida por 208 pessoas, o que representa 42% do total de usuários, e apresentou o seguinte resultado com relação à qualidade do atendimento prestado: excelente (44%); bom (39%); regular (10%), ruim (4%) e péssimo (3%).

Quanto ao tempo de atendimento, 88% avaliaram como rápido e normal e 12% avaliaram como demorado a resposta à sua demanda.

Quanto ao indicador de clareza das respostas, 85% informaram que receberam respostas claras e de fácil compreensão, bem como 85% declararam que, se necessário, voltariam a utilizar os serviços prestados por esta Ouvidoria.

### 6.4- Mecanismos de transparência sobre a atuação da unidade

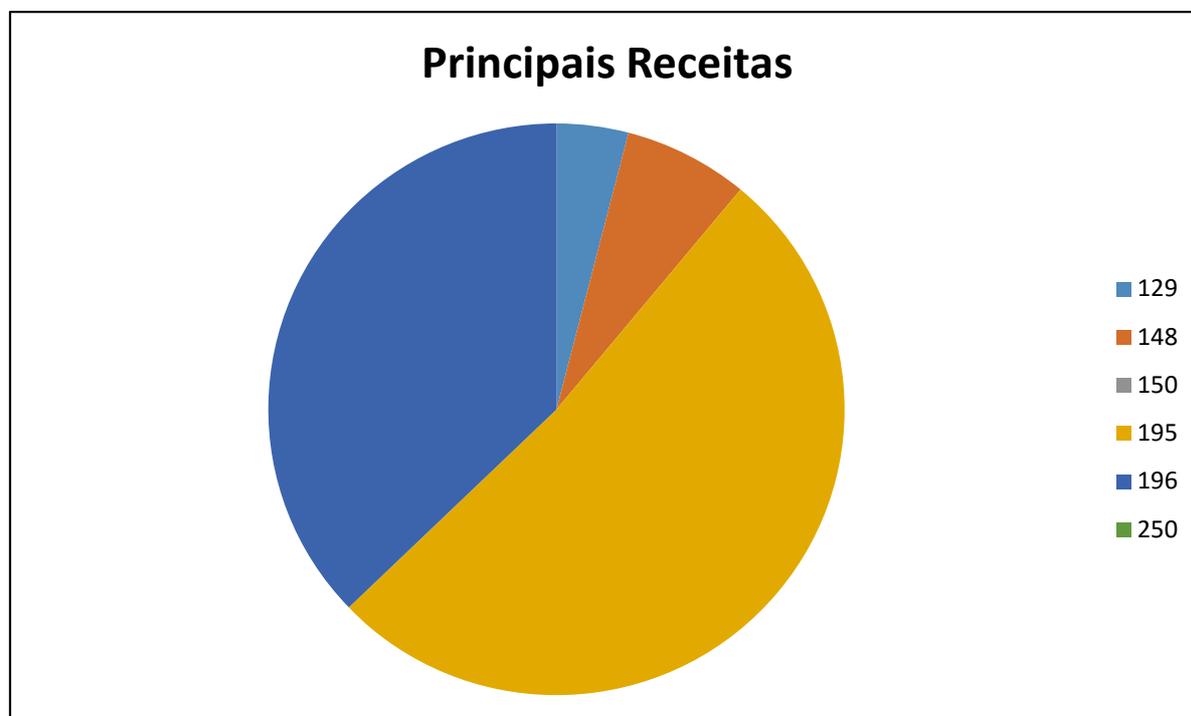
Acesso às informações do SFB		
Outros documentos	Endereço para acesso	Periodicidade de atualização
Mapa estratégico	Ainda não foi disponibilizado em ambiente web	
Planejamento estratégico	Ainda não foi disponibilizado em ambiente web	
Relatórios de evolução dos objetivos estratégicos	Ainda não foi disponibilizado em ambiente web	
Indicadores de desempenho utilizados na gestão	Ainda não foi disponibilizado em ambiente web	

---

Balancos financeiros e orçamentários	Ainda não foi disponibilizado em ambiente web
Relatórios de gestão	<a href="http://www.florestal.gov.br/relatorios-de-gestao">http://www.florestal.gov.br/relatorios-de-gestao</a>
Relatórios de auditoria de gestão	<a href="http://www.florestal.gov.br/auditoria">http://www.florestal.gov.br/auditoria</a>
Estrutura organizacional	<a href="http://www.florestal.gov.br/institucional">http://www.florestal.gov.br/institucional</a>
Organograma	<a href="http://www.florestal.gov.br/institucional/97-acesso-a-informacao/institucional/213-organograma">http://www.florestal.gov.br/institucional/97-acesso-a-informacao/institucional/213-organograma</a>
Regimento interno	<a href="http://www.florestal.gov.br/resolucoes-sfb/3061-regimento-interno-do-sfb-resolucao-37-de-07-07-2017">http://www.florestal.gov.br/resolucoes-sfb/3061-regimento-interno-do-sfb-resolucao-37-de-07-07-2017</a>

## 7- Desempenho financeiro e Informações contábeis

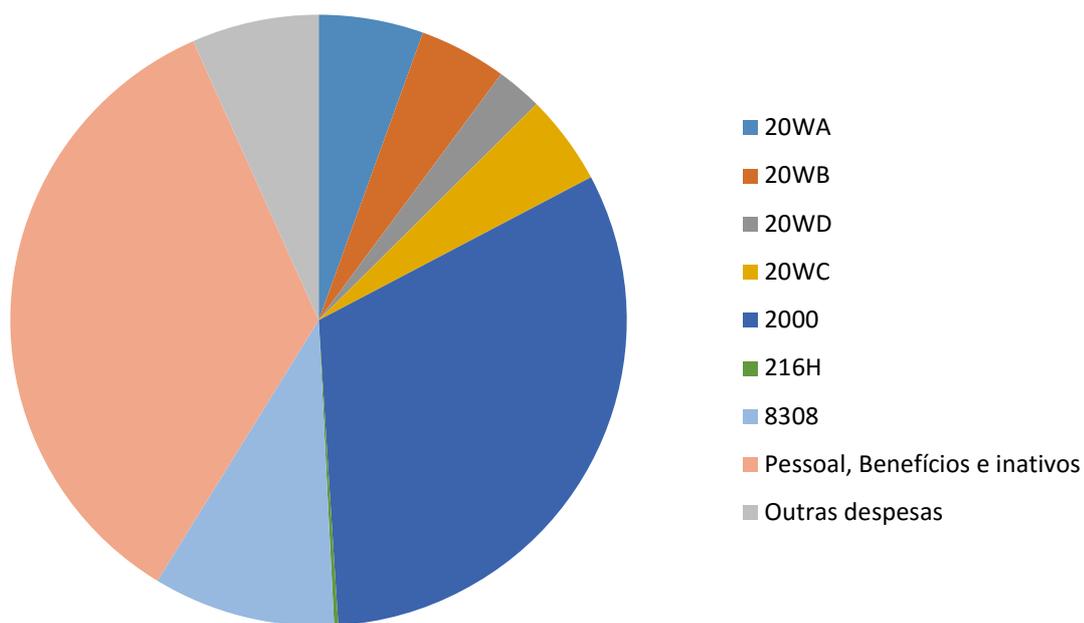
### 7.1- Desempenho financeiro do exercício



<b>Principais receitas (em milhares de reais)</b>	<b>2016</b>	<b>2017</b>	<b>2018</b>
129 - Recursos de Concessões e Permissões	1.311.000	1.719.795	1.363.441
148 - Operações de Crédito Externas - em Moeda	3.000.000	3.000.000	5.000.000
150 - Recursos Próprios Não-Financeiros	-	5.395	4.841
195 - Doações de Entidades Internacionais	18.015.496	22.150.046	24.339.351
196 - Doações de Pessoas Físicas e Instituições Públicas e Privadas Nacionais	13.152.824	15.914.372	38.018.353
250 - Recursos Próprios Não-Financeiros	3.177	-	1.614
<b>Total</b>	<b>35.482.497</b>	<b>42.789.608</b>	<b>68.727.600</b>

\* Relatório retirado do SIOP Gerencial – Receita (Fonte de dados: Secretaria de Orçamento Federal), data: 28/03/2018.

## Principais Despesas



Principais despesas (em milhares de reais)	2016	2017	2018
00M1 - Benefícios Assistenciais decorrentes do Auxílio-Funeral e Natalidade	21.204	21.204	-
0181 - Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis	975.000	1.814.493	2.221.284
0284 - Amortização e Encargos de Financiamento da Dívida Contratual Externa	169.500	-	-
09HB - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais	3.510.000	4.032.210	4.144.425
<b>2000 - Administração da Unidade</b>	<b>11.787.281</b>	<b>13.299.953</b>	<b>10.911.646</b>
2004 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	216.000	245.928	239.640
2010 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Civis, Empregados e Militares	36.000	93.408	-
2011 - Auxílio-Transporte aos Servidores Civis, Empregados e Militares	48.000	59.304	-
2012 - Auxílio-Alimentação aos Servidores Civis, Empregados e Militares	840.000	846.384	-
20TP - Pessoal Ativo da União	21.119.524	24.056.020	24.809.571
<b>8308 - Regularização Ambiental dos Imóveis Rurais nas Unidades da Federação</b>	<b>31.654.403</b>	<b>8.608.005</b>	<b>8.100.714</b>
<b>20WA - Desenvolvimento Florestal Sustentável e Manejo Florestal Comunitário Familiar</b>	<b>3.735.000</b>	<b>4.132.540</b>	<b>3.015.531</b>
<b>20WB - Pesquisa e Informações Florestais</b>	<b>2.399.525</b>	<b>2.178.034</b>	<b>1.090.112</b>

<b>20WC - Planejamento, Gestão e Controle das Concessões Florestais</b>	<b>2.666.000</b>	<b>4.280.404</b>	<b>2.575.797</b>
<b>20WD - Inventário Florestal Nacional</b>	<b>24.352.174</b>	<b>28.601.204</b>	<b>7.846.028</b>
<b>216H - Ajuda de Custo para Moradia ou Auxílio-Moradia a Agentes Públicos</b>	<b>135.558</b>	<b>195.778</b>	<b>178.180</b>
212B - Benefícios Obrigatórios aos Servidores Civis, Empregados, Militares e seus Dependentes	-	-	1.032.360
0200 - Reserva de Contingência - Financeira	-	-	56.353.457
<b>1500 - XXV Congresso Mundial da União Internacional de Organizações de Pesquisa Florestal</b>	-	-	<b>534.540</b>
<b>Total</b>	<b>103.665.169</b>	<b>92.464.869</b>	<b>123.053.285</b>

\* Relatório retirado do SIOP Gerencial – Execução Orçamentária, valores de LOA (Fonte de dados: Secretaria de Orçamento Federal), data: 28/03/2018.

## **7.2- Tratamento contábil da depreciação, da amortização e da exaustão de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos**

As informações sobre o tratamento contábil da depreciação, da amortização de itens do patrimônio e avaliação e mensuração de ativos e passivos estão contidas nas Notas Explicativas dos Demonstrativos Contábeis - item 7.4.

Ressalte-se que o órgão não possui um núcleo com pessoal técnico ou Setorial de Custos formalizada e estruturada de acordo com as portarias 157/2011 e 716 da Secretaria do Tesouro Nacional/STN, para o atendimento de demandas pontuais e/ou normativas.

No ano de 2017, a análise de Custos do exercício de 2016, destinada a compor à Prestação de Contas da Presidência da República/ PCPR, a Setorial de Contábil de Órgão Superior do MMA, representada pela Coordenação de Contabilidade, Custos e Tomada de Contas/CCONT/CGOG/SPOA, apresentou relatório de custos pertinentes ao Programa Temático: Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade (n. 2078), referente à Ação: regularização ambiental de Imóveis Rurais (n. 8308), de competência do Serviço Florestal Brasileiro/SFB. O SFB concentrou aproximadamente 99,5% dos gastos executados nesta Ação.

Para compor a PCPR 2017, o Anexo da Norma de Execução da CGU n. 2/2017 não elencou Programas cujo responsável pelos Objetivos fosse o Órgão SFB.

## **7.3- Demonstrações contábeis exigidas pela Lei 4.320/64 e notas explicativas**

Ressalte-se que o órgão não possui um núcleo com pessoal técnico ou Setorial de Custos formalizada e estruturada de acordo com as portarias 157/2011 e 716 da Secretaria do Tesouro Nacional/STN, para o atendimento de demandas pontuais e/ou normativas.

No ano de 2017, a análise de Custos do exercício de 2016, destinada a compor à Prestação de Contas da Presidência da República/ PCPR, a Setorial de Contábil de Órgão Superior do MMA, representada pela Coordenação de Contabilidade, Custos e Tomada de Contas/CCONT/CGOG/SPOA, apresentou relatório de custos pertinentes ao Programa Temático: Conservação e Uso Sustentável da Biodiversidade (n. 2078), referente à Ação: regularização ambiental de Imóveis Rurais (n. 8308), de competência do Serviço Florestal Brasileiro/SFB. O SFB concentrou aproximadamente 99,5% dos gastos executados nesta Ação.

---

Para compor a PCPR 2017, o Anexo da Norma de Execução da CGU n. 2/2017 não elencou Programas cujo responsável pelos Objetivos fosse o Órgão SFB.

As Demonstrações Contábeis e as práticas contábeis utilizadas pelo Serviço Florestal Brasileiro/SFB estão fundamentadas nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público (NBCASP), Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade, instruções contidas no Manual de Contabilidade Aplicado ao Setor Público MCASP, bem como o disposto na Lei n. 4.320/1964, na Lei Complementar nº 101/2000 e demais normas aplicáveis.

A Setorial de Contábil de Órgão Superior do MMA, representada pela Coordenação de Contabilidade, Custos e Tomada de Contas/CCONT/CGOG/SPOA, é a unidade de gestão interna responsável pelo acompanhamento contábil, pelo registro da conformidade contábil e a elaboração das Demonstrações Contábeis Consolidadas, dentre outras competências definidas pelo Decreto n. 6976/2009, das suas unidades vinculadas e jurisdicionadas.

As Notas Explicativas do SFB do exercício de 2017 foram elaboradas pela equipe da Setorial de Contabilidade contando com a colaboração das informações de cunho orçamentário e financeiro da Coordenação Geral de Orçamento e Finanças/CGOF/SPOA, em janeiro de 2018.

O propósito das notas explicativas é dar um breve resumo dos critérios das principais práticas contábeis de reconhecimento, mensuração, evidenciação e exceções dos principais itens dos demonstrativos. Quando relevante, fornece informações sobre a composição quantitativa e qualitativa patrimonial, dos procedimentos em fase de implantação, prazos para implantação, das principais mudanças e seus impactos, dentre outros.

---

## NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### DO BALANÇO PATRIMONIAL, DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS, DO FLUXO DE CAIXA E DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.

#### Demais Créditos e Valores em Curto Prazo.

Até o segundo trimestre estavam incluídos neste subgrupo as contas relacionadas com adiantamentos de transferências voluntárias, principalmente convênios. Devido às mudanças de critério contábil, adotado pela Secretaria do Tesouro Nacional/STN, a partir do 3º trimestre foram baixadas e registradas em contas de controle, ou seja, deixaram de ser reconhecidas como patrimoniais.

Esse critério fora estabelecido após manifestação do Tribunal de Contas da União/TCU sobre inadequada ativação desses registros. Diante disso, a STN alterou a rotina de lançamentos contábeis das contas de transferências voluntárias, contemplando o reconhecimento de contas de controle ao invés de contas de ativos.

A tabela 1 a seguir apresenta os saldos das respectivas contas no âmbito do SFB, antes e após as mudanças anunciadas.

Tabela1: Subtítulos das contas de Adiantamento de Transferências Voluntárias

Saldo 30/06/17	4.165
Saldo 30/10/17	-
Saldo 31/12/17	-

Em Dez/2017 SIAFI, valores em 1000 Reais.

As baixas das respectivas contas impactaram de imediato uma variação patrimonial diminutiva de aproximadamente R\$ 4,1 milhões no exercício. Os saldos foram baixados pela STN em sua totalidade e registrados, logo a seguir, em Contas de Controle.

#### Imobilizado: Bens Móveis

A partir do ano de 2010 as unidades vinculadas e jurisdicionadas do MMA iniciaram a contabilização da depreciação. O SFB efetua a contabilização da depreciação de bens móveis, sendo que até o quarto trimestre de 2017 esse método provocou redução no valor total dos ativos em 36%, conforme tabela 2.

Tabela 2: Depreciação de bem móveis SFB

Bens Móveis	Depreciação
12.267	36%

Em Dez.2017 SIAFI, valores em 1000 Reais.

O valor nominal dos bens móveis registrados no SFB equivale a R\$ 12,2 milhões e o valor contábil líquido R\$ 7,8 milhões. Os parâmetros adotados e indicados pela STN, quanto à metodologia a ser aplicada, a vida econômica e as taxas a serem utilizadas para o cálculo da depreciação adequaram-se perfeitamente as especificidades deste Ministério.

---

## Intangível

Os softwares representam 99% dos valores registrados neste subgrupo. Provisoriamente, estão distribuídos como: softwares com vida útil definida (sujeitos à amortização) e de vida útil indefinida, alocados conforme a tabela 3.

Tabela 3: Alocação de Softwares

Vida útil	Valor	Amortização
Indefinida	2.335	-
Definida	180	-
total	R\$ 2.515	-

Em Dez 2017 SIAFI, valores em 1000 Reais.

Nos órgãos jurisdicionados do MMA a prática de metodologia para realização de mensuração e amortização dos Ativos Intangíveis, por enquanto, com exceção, não foi iniciada. A STN por meio do Plano de Implantação de Procedimentos Contábeis Patrimoniais estabeleceu prazos limites para adoção de procedimentos de reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, licenças e respectivas amortizações. Para a preparação de sistemas e outras providências necessárias para implantação o prazo é até 31/12/2018 e a obrigatoriedade dos registros contábeis a partir do ano 2019. Preparação de sistemas

## Bens Imóveis

A Secretaria do Patrimônio da União/SPU, vinculado ao Ministério do Planejamento Desenvolvimento e Gestão, é o órgão responsável pela gestão dos imóveis da União. O Sistema de Gerenciamento do Patrimônio Imobilizado de uso especial da União (SPIUnet) mantém o cadastro, o controle e a mensuração desses imóveis. A tabela 4 evidencia os subtítulos registrados em Bens Imóveis.

Tabela 4: Registros em bens imóveis

Terrenos e glebas	78
Bens imóveis em andamento	1.163
Instalações	295
Totais bens imóveis	1.536

Em dez/2017 SIAFI, valores em 1000 Reais

## Patrimônio Líquido

Compreende os valores dos ativos deduzidos dos passivos. O Patrimônio Líquido (PL) consolidado do SFB, no encerramento do exercício de 2017, é positivo em R\$ 14 milhões. A seguir, a Tabela 5 evidencia o Patrimônio Líquido positivo da Instituição em 2017.

Tabela 5: Patrimônio Líquido

<b>Patrimônio Líquido</b>		
Patrimônio Social/Reservas		-
Resultado Acumulados 14.221	Resultado do Exercício	6.622
	Resultados dos Exercícios Anteriores	11.763
	Ajustes de Exercícios Anteriores	(4.165)
<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>R\$14.221</b>

Dados extraídos do Balanço Patrimonial/ SIAFI em 25/01/2018, valores em 1000 Reais.

O Resultado Acumulado é a somatória do Exercício atual, dos Exercícios Anteriores e dos Ajustes respectivos.

## Ajustes de Exercícios Anteriores

A conta contábil Ajustes de Exercícios Anteriores, redutora de Resultados Acumulados, no final do exercício de 2017 totalizam R\$ 4,1 milhões. A natureza redutora do saldo é decorrente, em sua maioria, de ajustes advindos de baixa de adiantamento de convênios tendo em vista mudanças de critérios contábeis inseridas durante o exercício. Outra parte de omissões e erros cometidos em exercícios anteriores, tais como baixa de valores registrados em duplicidade, assunção de despesas e etc.

## Resultado do Exercício de 2017

Os principais fatos que alavancaram o Resultado do Exercício, de acordo com a tabela 6, foram os seguintes, exploração de bens, direitos e Prestação de Serviços.

Tabela 6: Resultado do Exercício de 2017

<b>Variações patrimoniais</b>		
Aumentativas	Exploração de bens, serviços e direitos.	5.545
	Variações patrimoniais financeiras	461
	Transferências e delegações recebidas	115.610
	Valorização com ativos e desincorporação de passivos	974
	Diversas variações patrimoniais	155
Diminutivas	Pessoal, encargos e benefícios previdenciários	-
	Consumo, serviços, depreciação e amortização	(22.226)
	Variações patrimoniais financeiras	(6)
	Transferências e delegações concedidas	(92.166)
	Desvalorização de ativos e incorporação de passivos	(605)
	Impostos e taxas	(85)
	Diversas variações diminutivas	(49)
<b>Resultado patrimonial do período</b>		<b>6.622</b>

Dados extraídos da Demonstração das Variações Patrimoniais/ SIAFI em 25/01/2018, valores em 1000 Reais

O SFB é responsável por grande parte pela execução de seus próprios contratos, exceto as despesas com pessoal, executados pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração/SPOA/MMA. As variações patrimoniais diminutivas relacionadas com Pessoal, encargos e benefícios previdenciários não estão evidenciadas nos Demonstrativos Contábeis do SFB. A tabela 7 demonstra os valores executados neste grupo.

Tabela 7: Despesas com Pessoal

Vencimentos ativos	24.723
Vencimentos inativos	1.885
Outras obrigações patronais	3.834
Benefícios	1.221
<b>total</b>	<b>31.663</b>

Fonte: Siafi tesouro gerencial

Os valores executados nesta rubrica estão contidos no Grupo Transferências e Delegações Concedidas. Portanto, o resultado do período não necessita de ajustes.

O Resultado do exercício utiliza o regime de competência, nesse caso, aumentou o Patrimônio Líquido, mas não implica no aumento das disponibilidades de recursos. Com relação às disponibilidades de recursos, a tabela 8, evidencia o fluxo de caixa gerado no exercício pelas atividades das operações, financiamento e investimentos.

Tabela 8: Fluxo de Caixa das atividades de Operações, Financiamento e Investimentos no exercício de 2017.

<b>Fluxos de caixa das atividades das operações</b>	<b>7.520</b>
Receitas	4.050
Transferências recebidas	6.924
Outros ingressos	109.676
Demais despesas correntes (serviços, pessoa física, jurídica e etc.)	(20.778)
Transferências concedidas e outros desembolsos	(92.351)
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>	<b>(6.105)</b>
Aquisição de ativo não circulante e outros investimentos	(6.105)
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>	<b>-</b>
<b>Geração líquida de caixa</b>	<b>1.414</b>
Caixa inicial	1.350
<b>Caixa final</b>	<b>2.764</b>

Dados extraídos da Demonstração dos Fluxos de Caixa/ SIAFI em 25/01/2018, valores em 1000 Reais

Ao longo de 2017 o SFB gerou um fluxo de caixa positivo, partindo de R\$ 1,4 milhão para R\$ 2,7 milhões. Esse crescimento colabora para o atingimento da meta fiscal, que é fixada anualmente pela Lei de Diretrizes Orçamentárias e impacta diretamente no controle das contas públicas.

Em relação ao tema, cabe destacar que com a promulgação da Emenda Constitucional n. 95 /2016, que instituiu o Novo Regime Fiscal, espera-se que o todo o Governo passe a gerar fluxos de caixa positivos, à medida que foi criado um limitador para o crescimento das despesas públicas, invertendo a lógica do controle fiscal pelo aumento das receitas mediante crescimento da carga tributária.

---

## DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO

O Orçamento do SFB, por concepção, aponta para déficit orçamentário. As receitas vinculadas do órgão são insuficientes para o equilíbrio entre a previsão e a fixação da despesa, sinalizando dependência do Tesouro para aportes de recursos ordinários e da seguridade social, sobretudo em função das despesas com pessoal e encargos sociais. A tabela 9 representa o percentual de realização da receita em relação ao Orçamento.

Tabela 9: Arrecadação da Unidade em 2017

Previsto	Realizado	%
46.229	10.974	23,7

Em Dez/ 2017 SIAFI, valores em 1000 Reais.

A receita realizada até o período analisado corresponde a R\$ 10,9 milhões, ou seja, 23,7% do previsto inicialmente. Das receitas estimadas para a SFB, na LOA/2017, R\$ 38,1 milhões corresponde a doações, o que representa 82,5% do total. Vale destacar que a Secretaria de Orçamento Federal – SOF/MP na última avaliação bimestral das receitas, em novembro de 2017, zerou a previsão de arrecadação com tais fontes para o SFB, no âmbito do Sistema Integrado de Planejamento e Orçamento - SIOP.

O SFB é responsável por grande parte pela execução de seus próprios contratos, exceto as despesas com pessoal, executados pela Subsecretaria de Planejamento, Orçamento e Administração/SPOA/MMA. As variações patrimoniais diminutivas relacionadas com Pessoal, encargos e benefícios previdenciários não estão evidenciadas no Balanço Orçamentário do SFB. Os valores executados no grupo Despesas com Pessoal estão relacionados na tabela 7.

A despesa empenhada e indicada no SIAFI foi de R\$ 42,1 milhões e corresponde 43,3% da dotação atualizada e o saldo de dotação de R\$ 55 milhões, contudo o SIAFI não considera os valores empenhados no âmbito da SPOA/MMA, referente às despesas de Pessoal (Ativo e Inativo), Encargos Sociais, Benefícios e Servidores Temporários. Para uma melhor avaliação foi efetivada uma consulta ao SIOP, onde foi apurado que o empenho efetivo chegou em R\$ 81,9 milhões. Sendo assim, deve ser ajustado o percentual de execução que sobe para 84,3% da dotação atualizada (R\$ 97,1 milhões).

---

## NOTAS EXPLICATIVAS DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

### DO BALANÇO PATRIMONIAL, DA DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS, DO FLUXO DE CAIXA E DO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO.

#### Demais Créditos e Valores em Curto Prazo.

Até o segundo trimestre estavam incluídos neste subgrupo as contas relacionadas com adiantamentos de transferências voluntárias, principalmente convênios. Devido às mudanças de critério contábil, adotado pela Secretaria do Tesouro Nacional/STN, a partir do 3º trimestre foram baixadas e registradas em contas de controle, ou seja, deixaram de ser reconhecidas como patrimoniais.

Esse critério fora estabelecido após manifestação do Tribunal de Contas da União/TCU sobre inadequada ativação desses registros. Diante disso, a STN alterou a rotina de lançamentos contábeis das contas de transferências voluntárias, contemplando o reconhecimento de contas de controle ao invés de contas de ativos.

A tabela 1 a seguir apresenta os saldos das respectivas contas no âmbito do SFB, antes e após as mudanças anunciadas.

Tabela1: Subtítulos das contas de Adiantamento de Transferências Voluntárias

Saldo 30/06/17	4.165
Saldo 30/10/17	-
Saldo 31/12/17	-

Em Dez/2017 SIAFI, valores em 1000 Reais.

As baixas das respectivas contas impactaram de imediato uma variação patrimonial diminutiva de aproximadamente R\$ 4,1 milhões no exercício. Os saldos foram baixados pela STN em sua totalidade e registrados, logo a seguir, em Contas de Controle.

#### Imobilizado: Bens Móveis

A partir do ano de 2010 as unidades vinculadas e jurisdicionadas do MMA iniciaram a contabilização da depreciação. O SFB efetua a contabilização da depreciação de bens móveis, sendo que até o quarto trimestre de 2017 esse método provocou redução no valor total dos ativos em 36%, conforme tabela 2.

Tabela 2: Depreciação de bem móveis SFB

Bens Móveis	Depreciação
12.267	36%

Em Dez.2017 SIAFI, valores em 1000 Reais.

O valor nominal dos bens móveis registrados no SFB equivale a R\$ 12,2 milhões e o valor contábil líquido R\$ 7,8 milhões. Os parâmetros adotados e indicados pela STN, quanto à metodologia a ser aplicada, a vida econômica e as taxas a serem utilizadas para o cálculo da depreciação adequaram-se perfeitamente as especificidades deste Ministério.



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO  
2017

PERÍODO  
Anual

TÍTULO BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO  
25/01/2018

PÁGINA  
1

SUBTÍTULO 44208 - SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR 44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
<b>RECEITAS CORRENTES</b>	<b>43.229.199,00</b>	<b>43.229.199,00</b>	<b>10.974.581,26</b>	<b>-32.254.617,74</b>
<b>Receitas Tributárias</b>	-	-	-	-
Impostos	-	-	-	-
Taxas	-	-	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-	-	-
<b>Receitas de Contribuições</b>	-	-	-	-
Contribuições Sociais	-	-	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-	-	-
Cont. Entidades Privadas de Serviço Social Formação Profis.	-	-	-	-
<b>Receita Patrimonial</b>	<b>5.159.386,00</b>	<b>5.159.386,00</b>	<b>3.891.971,71</b>	<b>-1.267.414,29</b>
Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	-	-	-	-
Valores Mobiliários	-	-	-	-
Delegação de Serviços Públicos	-	-	-	-
Exploração de Recursos Naturais	5.159.386,00	5.159.386,00	3.891.971,71	-1.267.414,29
Exploração do Patrimônio Intangível	-	-	-	-
Cessão de Direitos	-	-	-	-
Demais Receitas Patrimoniais	-	-	-	-
<b>Receita Agropecuária</b>	-	-	-	-
<b>Receita Industrial</b>	-	-	-	-
<b>Receitas de Serviços</b>	<b>2.295,00</b>	<b>2.295,00</b>	<b>3.014,40</b>	<b>719,40</b>
Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	2.295,00	2.295,00	3.014,40	719,40
Serviços e Atividades Referentes à Navegação e ao Transporte	-	-	-	-
Serviços e Atividades Referentes à Saúde	-	-	-	-
Serviços e Atividades Financeiras	-	-	-	-
Outros Serviços	-	-	-	-
<b>Transferências Correntes</b>	<b>38.064.418,00</b>	<b>38.064.418,00</b>	<b>6.924.225,22</b>	<b>-31.140.192,78</b>
<b>Outras Receitas Correntes</b>	<b>3.100,00</b>	<b>3.100,00</b>	<b>155.369,93</b>	<b>152.269,93</b>
Multas Administrativas, Contratuais e Judiciais	-	-	746,36	746,36
Indenizações, Restituições e Ressarcimentos	-	-	146.509,20	146.509,20
Bens, Direitos e Valores Incorporados ao Patrimônio Público	-	-	-	-
Demais Receitas Correntes	3.100,00	3.100,00	8.114,37	5.014,37
<b>RECEITAS DE CAPITAL</b>	<b>3.000.000,00</b>	<b>3.000.000,00</b>	-	<b>-3.000.000,00</b>
<b>Operações de Crédito</b>	<b>3.000.000,00</b>	<b>3.000.000,00</b>	-	<b>-3.000.000,00</b>
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	3.000.000,00	3.000.000,00	-	-3.000.000,00
<b>Alienação de Bens</b>	-	-	-	-
Alienação de Bens Móveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Imóveis	-	-	-	-
Alienação de Bens Intangíveis	-	-	-	-
<b>Amortização de Empréstimos</b>	-	-	-	-
<b>Transferências de Capital</b>	-	-	-	-
<b>Outras Receitas de Capital</b>	-	-	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO  
2017

PERÍODO  
Anual

TÍTULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	44208 - SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

EMISSÃO  
25/01/2018

PÁGINA  
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

RECEITA				
RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	SALDO
Integralização do Capital Social	-	-	-	-
Resultado do Banco Central do Brasil	-	-	-	-
Remuneração das Disponibilidades do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Resgate de Títulos do Tesouro Nacional	-	-	-	-
Demais Receitas de Capital	-	-	-	-
<b>RECURSOS ARRECADADOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES</b>	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DE RECEITAS</b>	<b>46.229.199,00</b>	<b>46.229.199,00</b>	<b>10.974.581,26</b>	<b>-35.254.617,74</b>
<b>REFINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Interno	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
Operações de Crédito - Mercado Externo	-	-	-	-
Mobiliária	-	-	-	-
Contratual	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM FINANCIAMENTO</b>	<b>46.229.199,00</b>	<b>46.229.199,00</b>	<b>10.974.581,26</b>	<b>-35.254.617,74</b>
<b>DEFICIT</b>	-	-	<b>31.135.085,11</b>	<b>31.135.085,11</b>
<b>TOTAL</b>	<b>46.229.199,00</b>	<b>46.229.199,00</b>	<b>42.109.666,37</b>	<b>-4.119.532,63</b>
<b>DETALHAMENTO DOS AJUSTES NA PREVISÃO ATUALIZADA</b>	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Superávit Financeiro	-	-	-	-
Créditos Adicionais Abertos com Excesso de Arrecadação	-	-	-	-
Créditos Cancelados Líquidos	-	-	-	-
Créditos Adicionais Reabertos	-	-	-	-

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>85.360.837,00</b>	<b>85.197.140,00</b>	<b>35.732.176,29</b>	<b>13.103.434,67</b>	<b>12.706.038,76</b>	<b>49.464.963,71</b>
Pessoal e Encargos Sociais	29.902.723,00	31.079.178,00	-	-	-	31.079.178,00
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	55.458.114,00	54.117.962,00	35.732.176,29	13.103.434,67	12.706.038,76	18.385.785,71
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>10.543.623,00</b>	<b>11.935.975,00</b>	<b>6.377.490,08</b>	<b>420.663,59</b>	<b>420.663,59</b>	<b>5.558.484,92</b>
Investimentos	10.543.623,00	11.935.975,00	6.377.490,08	420.663,59	420.663,59	5.558.484,92
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DE CONTINGÊNCIA</b>	-	-	-	-	-	-
<b>RESERVA DO RPPS</b>	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL DAS DESPESAS</b>	<b>95.904.460,00</b>	<b>97.133.115,00</b>	<b>42.109.666,37</b>	<b>13.524.098,26</b>	<b>13.126.702,35</b>	<b>55.023.448,63</b>
<b>AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA / FINANCIAMENTO</b>	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Interna	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida Externa	-	-	-	-	-	-
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

TITULO	BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTITULO	44208 - SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

EXERCICIO 2017	PERIODO Anual
EMISSAO 25/01/2018	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

DESPESA						
DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS	DESPESAS LIQUIDADAS	DESPESAS PAGAS	SALDO DA DOTAÇÃO
Outras Dívidas	-	-	-	-	-	-
<b>SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO</b>	<b>95.904.460,00</b>	<b>97.133.115,00</b>	<b>42.109.666,37</b>	<b>13.524.098,26</b>	<b>13.126.702,35</b>	<b>55.023.448,63</b>
<b>TOTAL</b>	<b>95.904.460,00</b>	<b>97.133.115,00</b>	<b>42.109.666,37</b>	<b>13.524.098,26</b>	<b>13.126.702,35</b>	<b>55.023.448,63</b>

ANEXO 1 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO DOS RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	LIQUIDADOS	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	<b>3.139.134,15</b>	<b>8.032.803,87</b>	<b>8.306.316,48</b>	<b>8.253.632,13</b>	<b>2.694.724,23</b>	<b>223.581,66</b>
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	3.139.134,15	8.032.803,87	8.306.316,48	8.253.632,13	2.694.724,23	223.581,66
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	<b>610.351,28</b>	<b>5.617.925,43</b>	<b>5.684.879,50</b>	<b>5.684.879,50</b>	<b>543.397,21</b>	<b>-</b>
Investimentos	610.351,28	5.617.925,43	5.684.879,50	5.684.879,50	543.397,21	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>3.749.485,43</b>	<b>13.650.729,30</b>	<b>13.991.195,98</b>	<b>13.938.511,63</b>	<b>3.238.121,44</b>	<b>223.581,66</b>

ANEXO 2 - DEMONSTRATIVO DE EXECUÇÃO RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NAO PROCESSADOS LIQUIDADOS

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	INSCRITOS EM 31 DE DEZEMBRO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	PAGOS	CANCELADOS	SALDO
<b>DESPESAS CORRENTES</b>	-	<b>2.833,93</b>	<b>2.833,93</b>	-	-
Pessoal e Encargos Sociais	-	-	-	-	-
Juros e Encargos da Dívida	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	-	2.833,93	2.833,93	-	-
<b>DESPESAS DE CAPITAL</b>	-	<b>299,00</b>	<b>299,00</b>	-	-
Investimentos	-	299,00	299,00	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-	-	-
<b>TOTAL</b>	-	<b>3.132,93</b>	<b>3.132,93</b>	-	-





**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

EXERCÍCIO  
2017

PERÍODO  
Anual

TÍTULO	BALANÇO PATRIMONIAL - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	44208 - SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

EMISSAO  
25/01/2018

PAGINA  
2

VALORES EM UNIDADES DE REAL

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
(-) Amortização Acumulada de Marcas, Direitos e Patentes Ind	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável de Marcas, Direitos e Pat.	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
Direitos de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Amortização Acumulada de Direito de Uso de Imóveis	-	-			
(-) Redução ao Valor Recuperável Direito de Uso de Imóveis	-	-			
Diferido	-	-			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>14.671.468,01</b>	<b>11.911.002,98</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>14.671.468,01</b>	<b>11.911.002,98</b>

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
<b>ATIVO FINANCEIRO</b>	<b>2.764.744,34</b>	<b>1.350.573,70</b>	<b>PASSIVO FINANCEIRO</b>	<b>29.206.761,59</b>	<b>17.547.516,74</b>
<b>ATIVO PERMANENTE</b>	<b>11.906.723,67</b>	<b>10.560.429,28</b>	<b>PASSIVO PERMANENTE</b>	-	-
<b>SALDO PATRIMONIAL</b>	<b>14.535.293,58</b>	<b>5.636.513,76</b>			

Quadro de Compensações

ATIVO			PASSIVO		
ESPECIFICAÇÃO	2017	2016	ESPECIFICAÇÃO	2017	2016
ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Ativos			ESPECIFICAÇÃO / Saldo dos Atos Potenciais Passivos		
<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS ATIVOS</b>	<b>3.060.189,10</b>	<b>3.424.228,31</b>	<b>SALDO DOS ATOS POTENCIAIS PASSIVOS</b>	<b>44.200.691,71</b>	<b>24.419.823,66</b>
Execução dos Atos Potenciais Ativos	3.060.189,10	3.424.228,31	Execução dos Atos Potenciais Passivos	44.200.691,71	24.419.823,66
Garantias e Contragarantias Recebidas a Executar	-	-	Garantias e Contragarantias Concedidas a Execut	-	-
Direitos Conveniados e Outros Instrumentos Cong	3.060.189,10	3.424.228,31	Obrigações Conveniadas e Outros Instrum Congên	17.841.714,12	6.963.976,39
Direitos Contratuais a Executar	-	-	Obrigações Contratuais a Executar	26.358.977,59	17.455.847,27
Outros Atos Potenciais Ativos a Executar	-	-	Outros Atos Potenciais Passivos a Executar	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>3.060.189,10</b>	<b>3.424.228,31</b>	<b>TOTAL</b>	<b>44.200.691,71</b>	<b>24.419.823,66</b>

DEMONSTRATIVO DO SUPERÁVIT/DÉFICIT FINANCEIRO APURADO NO BALANÇO PATRIMONIAL

DESTINAÇÃO DE RECURSOS	SUPERAVIT/DEFICIT FINANCEIRO
<b>Recursos Ordinários</b>	<b>-2.041.946,54</b>
<b>Recursos Vinculados</b>	<b>-24.400.070,71</b>
Operação de Crédito	-1.807.450,00
Doações	-21.908.679,82
Outros Recursos Vinculados a Órgãos e Programas	-883.940,89
<b>TOTAL</b>	<b>-26.442.017,25</b>



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO  
2017

PERÍODO  
Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO  
25/01/2018

PÁGINA  
1

SUBTÍTULO 44208 - SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR 44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DAS OPERAÇÕES</b>	<b>7.520.012,73</b>	<b>1.789.629,63</b>
<b>INGRESSOS</b>	<b>120.651.262,21</b>	<b>92.768.920,44</b>
<b>Receitas Derivadas e Originárias</b>	<b>4.050.356,04</b>	<b>7.029.159,42</b>
Receita Tributária	-	-
Receita de Contribuições	-	-
Receita Patrimonial	3.891.971,71	7.019.416,15
Receita Agropecuária	-	-
Receita Industrial	-	-
Receita de Serviços	3.014,40	2.427,80
Remuneração das Disponibilidades	-	-
Outras Receitas Derivadas e Originárias	155.369,93	7.315,47
<b>Transferências Correntes Recebidas</b>	<b>6.924.225,22</b>	<b>5.162.258,30</b>
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências Correntes Recebidas	6.924.225,22	5.162.258,30
<b>Outros Ingressos das Operações</b>	<b>109.676.680,95</b>	<b>80.577.502,72</b>
Ingressos Extraorçamentários	-141.519,52	874.548,98
Transferências Financeiras Recebidas	107.711.146,05	77.849.093,39
Arrecadação de Outra Unidade	2.107.054,42	1.853.860,35
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-113.131.249,48</b>	<b>-90.979.290,81</b>
<b>Pessoal e Demais Despesas</b>	<b>-20.778.807,90</b>	<b>-15.564.561,71</b>
Legislativo	-	-
Judiciário	-	-
Essencial à Justiça	-	-
Administração	-	-
Defesa Nacional	-	-
Segurança Pública	-	-
Relações Exteriores	-	-
Assistência Social	-	-
Previdência Social	-	-
Saúde	-	-
Trabalho	-	-
Educação	-	-
Cultura	-	-
Direitos da Cidadania	-	-
Urbanismo	-	-
Habitação	-	-
Saneamento	-	-
Gestão Ambiental	-20.779.023,81	-15.564.561,71
Ciência e Tecnologia	-	-
Agricultura	-	-
Organização Agrária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO 2017 PERÍODO Anual

EMISSÃO 25/01/2018 PAGINA 2

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	44208 - SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

VALORES EM UNIDADES DE REAL

	2017	2016
Indústria	-	-
Comércio e Serviços	-	-
Comunicações	-	-
Energia	-	-
Transporte	-	-
Desporto e Lazer	-	-
Encargos Especiais	-	-
(+/-) Ordens Bancárias não Sacadas - Cartão de Pagamento	215,91	-
<b>Juros e Encargos da Dívida</b>	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	-	-
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	-	-
Outros Encargos da Dívida	-	-
<b>Transferências Concedidas</b>	<b>-183.481,01</b>	<b>-1.675.379,86</b>
Intergovernamentais	-	-1.288.308,70
A Estados e/ou Distrito Federal	-	-1.140.000,00
A Municípios	-	-148.308,70
Intragovernamentais	-173.549,81	-64.863,67
Outras Transferências Concedidas	-9.931,20	-322.209,49
<b>Outros Desembolsos das Operações</b>	<b>-92.168.960,57</b>	<b>-73.739.349,24</b>
Dispêndios Extraorçamentários	-2.849,56	-730.379,90
Transferências Financeiras Concedidas	-92.166.311,01	-73.008.969,34
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>-6.105.842,09</b>	<b>-1.604.884,43</b>
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Alienação de Bens	-	-
Amortização de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Outros Ingressos de Investimentos	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	<b>-6.105.842,09</b>	<b>-1.604.884,43</b>
Aquisição de Ativo Não Circulante	-5.225.952,09	-1.256.293,77
Concessão de Empréstimos e Financiamentos	-	-
Outros Desembolsos de Investimentos	-879.890,00	-348.590,66
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	-	-
<b>INGRESSOS</b>	-	-
Operações de Crédito	-	-
Integralização do Capital Social de Empresas Estatais	-	-
Transferências de Capital Recebidas	-	-
Intergovernamentais	-	-
Dos Estados e/ou Distrito Federal	-	-
Dos Municípios	-	-
Intragovernamentais	-	-
Outras Transferências de Capital Recebidas	-	-
Outros Ingressos de Financiamento	-	-
<b>DESEMBOLSOS</b>	-	-
Amortização / Refinanciamento da Dívida	-	-
Outros Desembolsos de Financiamento	-	-



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
**SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL**

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	44208 - SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

EXERCICIO 2017	PERIODO Anual
EMISSAO 25/01/2018	PAGINA 3
VALORES EM UNIDADES DE REAL	

	2017	2016
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	1.414.170,64	184.745,20
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA INICIAL	1.350.573,70	1.165.828,50
CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA FINAL	2.764.744,34	1.350.573,70



**MINISTÉRIO DA FAZENDA**  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO  
2017

PERÍODO  
Anual

EMISSÃO  
25/01/2018

PÁGINA  
1

TÍTULO	DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS
SUBTÍTULO	44208 - SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA
ORGAO SUPERIOR	44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS AUMENTATIVAS</b>	<b>121.772.912,63</b>	<b>93.675.874,93</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	-	-
Impostos	-	-
Taxas	-	-
Contribuições de Melhoria	-	-
Contribuições	-	-
Contribuições Sociais	-	-
Contribuições de Intervenção no Domínio Econômico	-	-
Contribuição de Iluminação Pública	-	-
Contribuições de Interesse das Categorias Profissionais	-	-
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	<b>5.545.251,84</b>	<b>8.737.317,99</b>
Venda de Mercadorias	1.737,70	1.998,00
Vendas de Produtos	-	-
Exploração de Bens, Direitos e Prestação de Serviços	5.543.514,14	8.735.319,99
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	<b>461.936,65</b>	<b>138.356,91</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Concedidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	461.936,65	138.356,91
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Obtidos	-	-
Remuneração de Depósitos Bancários e Aplicações Financeiras	-	-
Aportes do Banco Central	-	-
Outras Variações Patr. Aumentativas Financeiras	-	-
Transferências e Delegações Recebidas	<b>115.610.354,21</b>	<b>84.792.855,16</b>
Transferências Intragovernamentais	107.711.148,05	78.599.093,39
Transferências Intergovernamentais	-	-
Transferências das Instituições Privadas	1.997.294,57	5.162.258,30
Transferências das Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências de Consórcios Públicos	-	-
Transferências do Exterior	4.926.930,65	-
Execução Orçamentária Delegada de Entes	-	-
Transferências de Pessoas Físicas	-	-
Outras Transferências e Delegações Recebidas	974.982,94	1.031.503,47
Valorização e Ganhos c/ Ativos e Desincorporação de Passivos	-	-
Reavaliação de Ativos	-	-
Ganhos com Alienação	-	-
Ganhos com Incorporação de Ativos	-	-
Ganhos com Desincorporação de Passivos	-	-
Reversão de Redução ao Valor Recuperável	-	-
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	<b>155.369,93</b>	<b>7.345,27</b>
Variação Patrimonial Aumentativa a Classificar	-	-
Resultado Positivo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO  
2017

PERÍODO  
Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO  
25/01/2018

PÁGINA  
2

SUBTÍTULO 44208 - SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR 44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
Reversão de Provisões e Ajustes para Perdas	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Aumentativas	155.369,93	7.345,27
<b>VARIAÇÕES PATRIMONIAIS DIMINUTIVAS</b>	<b>115.150.409,99</b>	<b>92.550.176,22</b>
<b>Pessoal e Encargos</b>	-	-
Remuneração a Pessoal	-	-
Encargos Patronais	-	-
Benefícios a Pessoal	-	-
Outras Var. Patrimoniais Diminutivas - Pessoal e Encargos	-	-
<b>Benefícios Previdenciários e Assistenciais</b>	-	-
Aposentadorias e Reformas	-	-
Pensões	-	-
Benefícios de Prestação Continuada	-	-
Benefícios Eventuais	-	-
Políticas Públicas de Transferência de Renda	-	-
Outros Benefícios Previdenciários e Assistenciais	-	-
<b>Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo</b>	<b>22.226.806,13</b>	<b>16.106.036,35</b>
Uso de Material de Consumo	225.751,21	108.490,67
Serviços	21.058.804,51	15.516.423,57
Depreciação, Amortização e Exaustão	942.250,41	481.122,11
<b>Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras</b>	<b>6.815,89</b>	<b>219,00</b>
Juros e Encargos de Empréstimos e Financiamentos Obtidos	-	-
Juros e Encargos de Mora	1.667,93	219,00
Variações Monetárias e Cambiais	-	-
Descontos Financeiros Concedidos	5.147,96	-
Aportes ao Banco Central	-	-
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	-	-
<b>Transferências e Delegações Concedidas</b>	<b>92.782.125,21</b>	<b>76.421.964,76</b>
Transferências Intragovernamentais	92.166.311,01	73.758.969,34
Transferências Intergovernamentais	-	1.850.308,70
Transferências a Instituições Privadas	-	-
Transferências a Instituições Multigovernamentais	-	-
Transferências a Consórcios Públicos	-	-
Transferências ao Exterior	9.031,20	4.177,72
Execução Orçamentária Delegada a Entes	-	-
Outras Transferências e Delegações Concedidas	606.883,00	808.511,00
<b>Desvalorização e Perda de Ativos e Incorporação de Passivos</b>	-	-
Reavaliação, Redução a Valor Recuperável e Ajustes p/ Perdas	-	-
Perdas com Alienação	-	-
Perdas Involuntárias	-	-
Incorporação de Passivos	-	-
Desincorporação de Ativos	-	-



MINISTÉRIO DA FAZENDA  
SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL

EXERCÍCIO  
2017

PERÍODO  
Anual

TÍTULO DEMONSTRAÇÕES DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - TODOS OS ORÇAMENTOS

EMISSÃO  
25/01/2018

PÁGINA  
3

SUBTÍTULO 44208 - SERVIÇO FLORESTAL BRASILEIRO - ADMINISTRAÇÃO DIRETA

ORGAO SUPERIOR 44000 - MINISTERIO DO MEIO AMBIENTE

VALORES EM UNIDADES DE REAL

VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUANTITATIVAS		
	2017	2016
<b>Tributárias</b>	<b>85.317,90</b>	<b>14.145,03</b>
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	7.766,92	8.030,05
Contribuições	77.561,98	6.114,98
<b>Custo - Mercadorias, Produtos Vend. e dos Serviços Prestados</b>	-	-
Custo das Mercadorias Vendidas	-	-
Custos dos Produtos Vendidos	-	-
Custo dos Serviços Prestados	-	-
<b>Outras Variações Patrimoniais Diminutivas</b>	<b>49.344,86</b>	<b>7.811,08</b>
Premiações	-	-
Resultado Negativo de Participações	-	-
Operações da Autoridade Monetária	-	-
Incentivos	-	-
Subvenções Econômicas	-	-
Participações e Contribuições	-	-
Constituição de Provisões	-	-
Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	49.344,86	7.811,08
<b>RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO</b>	<b>6.622.502,64</b>	<b>1.125.698,71</b>
VARIAÇÕES PATRIMONIAIS QUALITATIVAS		
	2017	2016

## 8- Conformidade da gestão e demandas de órgãos de controle

### 8.1- Tratamento de deliberações do TCU

Deliberações do TCU pendentes de atendimento	
Unidade/Subunidade responsável	Quantidade de deliberações
<a href="#">SFB</a>	0

Durante o ano de 2017, todas as deliberações do TCU que envolveram o Serviço Florestal Brasileiro foram atendidas ou ainda estão em andamento. No quadro abaixo constam descrição sucinta das deliberações, bem como das respostas fornecidas pelo órgão. Mais informações relacionadas aos Acórdãos emanados pelo TCU estão disponíveis no [Portal do TCU](#).

Quadro da situação das deliberações do TCU de maior impacto*			
Deliberação	Número e Descrição sucinta do item da deliberação	Situação**	Providências adotadas / Ações implementadas / Justificativa para a não implementação
<a href="#">Acórdão 2792/2017 TCU-Plenário</a>	Trata-se de solicitação da Comissão de Meio Ambiente (CMA) do Senado Federal para que esta Corte preste informações sobre a avaliação dos instrumentos econômicos e técnico-ambientais previstos no Código Florestal, especificamente o cadastro ambiental rural (CAR), as cotas de reserva ambiental (CRA), o pagamento por serviços ambientais (PSA) e os planos de regularização ambiental (PRA)	Em atendimento	Informações prestadas ao TCU pela Secex-Ambiental, bem como solicitação de prazo para atendimento da demanda.
<a href="#">Acórdão 2567/2017 TCU-Plenário</a>	Trata-se de representação, com pedido de cautelar suspensiva, formulada pela A. Telecom Teleinformática Ltda. sobre possíveis irregularidades na condução do Pregão Eletrônico 23/2016 pelo Serviço Florestal Brasileiro (SFB) para o registro de preços com vistas à contratação de empresa especializada em solução de comunicação de voz sobre IP em solução de comunicação ponto a ponto e multiponto, com os serviços de instalação, repasse tecnológico e suporte.	Atendida	O Diretor-Geral do SFB informou a revogação do certame, aduzindo que esse procedimento ensejaria a perda do objeto desta representação, de sorte que ele não emitiu o seu pronunciamento sobre as questões levantadas no mérito, tendo a referida revogação sido confirmada pela unidade técnica. Após analisar o feito, inobstante a revogação do certame, a unidade técnica alinhou uma série de orientações à administração do SFB, com vistas a evitar a repetição das falhas no âmbito dos novos certames a serem conduzidos pela instituição, e, assim, a Selog propôs que a presente representação seja considerada procedente, com o indeferimento da

---

			cautelar, promovendo o envio de alertas ao SFB sobre a inobservância dos dispositivos legais.
--	--	--	---

\* Deliberações proferidas no exercício de referência, relevantes e de impacto significativo no âmbito da Unidade.

\*\* Situação: Atendida; Em atendimento; Pendente.

## 8.2- Tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno

Recomendações pendentes de atendimento	
Unidade/Subunidade responsável	Quantidade de recomendações
SFB	20
Diretoria de Administração e Finanças	7
Diretoria de Cadastro e Fomento Florestal	7
Diretoria Geral – Gabinete	6
Total	20

No que diz respeito às demandas dos órgão de controle interno, mais especificamente do Ministério da Transparência e Controladoria-Geral da União – CGU, o SFB tem sido monitorado por meio do Sistema Monitor. Dessa forma, optou-se por colocar em anexo, quadro extraído do sistema em que constam as recomendações pendentes do órgão.

## 8.3- Demonstração da conformidade do cronograma de pagamentos de obrigações com o disposto no art. 5º da Lei 8.666/1993

Informamos que a listagem de pagamentos realizados pelo SFB não está sendo disponibilizada, mensalmente, no sítio do Órgão na Internet, em razão da dificuldade em preencher manualmente a referida lista de credores dado o volume de pagamentos realizados por mês, bem como a quantidade reduzida de servidores no Serviço de Execução Orçamentária e Financeira-SEOF/GESFIN/DAF para realizar tal tarefa.

Para o devido cumprimento do que dispõe a IN nº02/2016-MP, esta GESFIN sugere avaliar a possibilidade de implantação do Sistema CONTA, desenvolvido pela Advocacia-Geral da União-AGU, que permite a organização de informações relativas aos contratos vigentes no Órgão, bem como toda a parte da fiscalização e pagamento das NF's. A implantação do mencionado Sistema além de auxiliar à área de Gestão de Contratos, também atenderia, de maneira automática, a presente demanda já que o Sistema permite extrair as informações consolidadas do credor e de seus respectivos pagamentos.

Esclarecemos que o Sistema CONTA, uma vez implantado, deverá ser alimentado e gerenciado pela COLIC/GEAL/DAF já que é uma ferramenta de informação de gestão de contratos. O CONTAS irá oferecer autonomia e eficiência de gerência com perguntas a serem preenchidas. Já os servidores responsáveis pelos contratos são direcionados e educados para gestão de contrato eficiente e

---

padronizada. O Sistema questiona, por exemplo, o valor que foi acordado com a licitada, o tempo de contrato, bem como avaliação da empresa contratada para possíveis renovações.

Por fim, destaco que o referido Sistema registra a data de ateste das NF's pela fiscalização, funcionalidade importante uma vez que, segundo a citada IN, considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou da fatura no momento em que a unidade administrativa contratante atestar a execução do objeto do contrato, devendo ser esta a data a ser respeitada, cronologicamente, para a realização dos pagamentos no SIAFI.

## 9- Anexos e apêndices

### 9.1- Quadro de demandas da CGU

Número	Status	Data de envio ao Gestor	Data limite para resposta	Recomendação da CGU	Histórico da recomendação (CGU):	Histórico de Respostas do SFB
<a href="#">127241</a>	Monitorando	24/06/2014	31/01/2016	Implementar medidas de controle interno administrativo para garantir o acompanhamento tempestivo dos convênios, a liberação dos recursos paulatinamente, de acordo com as prestações de serviços e produtos entregues, bem como o aporte de recursos em conta específica somente após a confirmação da contrapartida pelo convenente, de forma a conferir a regular realização da execução do convênio e evitar eventuais riscos de	2014> Em face da manifestação do gestor sobre a acompanhamento da execução de Convênios estar em fase de apreciação pelo Diretor de Administração e Logística, infere-se que tal processo ainda não se encontra finalizado e, portanto, pendente de verificação futura. 2015 > Quanto ao atendimento dos desse item, não foi possível a comprovação de seu atendimento, uma vez que o Serviço Florestal Brasileiro não realizou outros convênios em data posterior à emissão da recomendação. Entretanto, será monitorado pela CGU à medida que outros instrumentos de transferência forem firmados. Ademais, o Serviço Florestal Brasileiro – SFB se compromete a criar área específica na avaliação de convênios. No entanto, a suspensão	-

				descumprimento dos objetos propostos	da celebração de transferências tem prejudicado o andamento das ações finalísticas do órgão e a possível conferência desta recomendação.	
<input type="checkbox"/> <a href="#">127243</a>	Monitorando	24/06/2014	31/01/2016	Registrar os bens imóveis utilizados pelo SFB no SPIUNet - Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União.	<p>2014&gt; Tendo em vista o processo de registro dos bens imóveis utilizados no SFB ainda não estar concluído, faz-se necessária a verificação futura da recomendação.</p> <p>2015&gt; Todos os imóveis estão cadastrados, com exceção do imóvel alugado que abriga a sede da Unidade Regional Purus Madeira, localizado na cidade de Porto Velho/RO. Segundo o órgão, isso ocorreu em face de os Correios alteraram os CEPs do estado de Rondônia e o sistema ainda não estar atualizado. Diante do exposto, considera-se a recomendação atendida parcialmente, em face das pendências apresentadas.</p>	0



[127244](#)

Monitorando	24/06/2014	31/01/2016	Regularizar o registro do uso do imóvel SEDE do Serviço Florestal Brasileiro - SFB nas dependências do IBAMA.	2014> Em face da manifestação do gestor de que o Termo de Cessão será solicitado ao IBAMA para regularização de registro de uso de imóvel SEDE do SFB, infere-se que tal processo ainda não se encontra finalizado e, portanto, pendente de verificação futura. 2015> Em face da manifestação do órgão, considera-se não atendida a recomendação, necessitando de monitoramento futuro deste item.	-
-------------	------------	------------	---	---	---



---

				custeio e da consolidação da proposta orçamentária de TI.	
--	--	--	--	--	--



[127247](#)

Monitorando	24/06/2014	31/01/2016	Recomenda-se que o SFB - em atenção ao art. 5º da Instrução Normativa GSI/PR nº 01/2008; aos itens 5, 6 e 7 da Norma Complementar nº 03/IN01/DSIC/GSIPR; e visando atender à Estratégia Geral de TI - EGTI 2013-2015 do SISP, ação 6.1.1 ? elabore, aprove e institucionalize a sua Política de Segurança da Informação e Comunicação (POSIC).	2014> De acordo com a manifestação do gestor, o Comitê de Segurança da Informação e Comunicação já foi instituído, porém não foi encaminhada a respectiva Portaria para comprovação do ato. Ademais, encontra-se pendente a aprovação e publicação da POSIC. Diante do exposto, conclui-se pela necessidade de verificação futura do cumprimento da recomendação. 2015> Conforme informado, a Unidade continua sem possuir sua Política de Segurança da Informação, em desacordo ao estabelecido na Instrução Normativa GSI nº 01/2008 do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República - GSI/PR.
-------------	------------	------------	--	--



[127248](#)

Monitorando	24/06/2014	31/01/2016	<p>Recomenda-se que o SFB, em conformidade ao que estabelece a IN 04/2010, art. 25, passe a emitir Ordens de Serviço ? OS específicas para cada ?sprint? ou módulo do sistema a ser desenvolvido, de modo que todo e qualquer pagamento realizado esteja vinculado a uma OS, a qual deverá conter a especificação dos produtos esperados, os prazos para entrega e o valor estimado, entre outros requisitos.</p>	<p>2014&gt; De acordo com o informado pelo Gestor, houve a elaboração de novo modelo de OS e abertura das novas demandas com OS contendo a especificação dos produtos, prazos de entrega e valor estimado e demais requisitos. Assim, faz-se necessária a verificação futura do cumprimento da recomendação.</p> <p>2015&gt; Verificou-se que as Ordens de Serviço continuam sendo abertas para todo o período de um projeto - por exemplo, 3 meses - e os pagamentos permanecem sendo realizado em função de módulos/?sprints? intermediários. Não há, portanto, uma vinculação direta dos pagamentos com as Ordens de Serviço, em desacordo ao que estabelece a IN 04/2010.. Assim, conforme recomendado, se o pagamento é feito por „sprint?/módulo, então as OS devem ser abertas e registradas por „sprint?/módulo, que devem conter toda especificação dos produtos que serão entregues, como prazo de entrega e valor estimado.</p>
-------------	------------	------------	---	--



[127249](#)

Monitorando	24/06/2014	31/01/2016	Recomenda-se que o SFB faça constar detalhadamente, na elaboração do Termo de Recebimento Provisório - TRP e Termo de Recebimento Definitivo ? TRD, quais produtos de software e artefatos foram entregues pela empresa contratada, indicando, ainda, a qual Ordem de Serviços os produtos recebidos estão vinculados, conforme estabelece a IN 04/2010, art. 25.	2014> O gestor informou que houve a elaboração de novo modelo de Termo de Recebimento Provisório - TRP e Termo de Recebimento Definitivo - TRD, contendo os produtos de software e artefatos entregues vinculando o TRP e TRD, porém tal processo não objeto de análise por esta Controladoria. Assim, faz-se necessária a verificação futura do cumprimento da recomendação. 2015> O TRP e TRD continuam fazendo referencia somente a Nota Fiscal e não à Ordem de Serviço. O Termo de Recebimento Provisório, assinado pelo fiscal técnico, deveria detalhar todos os itens e produtos de software recebidos, indicando a data em que efetivamente foram entregues pela empresa, para fins de avaliação de cumprimento do prazo previamente definido na OS. Já o Termo de Recebimento Definitivo refere-se ao aceite final do serviço, já com todos os erros identificados sanados. Vale destacar, ainda, que foram observados TRP e TRD assinados na mesma data, o que indica alguma impropriedade no aceite do serviço, visto que, em regra, não é possível atestar a qualidade dos serviços de desenvolvimento de software na mesma data em que os
-------------	------------	------------	---	--

---

				mesmo foram entregues pela empresa à área técnica do órgão.	
--	--	--	--	---	--



[127250](#)

Monitorando	24/06/2014	31/01/2016	<p>Recomenda-se ao SFB que, de acordo com que prevê a IN 04/2010, o Termo de Recebimento Provisório - TRP seja assinado pelo Fiscal Técnico do contrato e o Termo de Recebimento Definitivo ? TRD, pelos Fiscais Requisitantes e pelo Gestor do contrato. Além disso, recomenda-se aos servidores envolvidos nas fiscalizações dos contratos de TI (gestor, fiscal técnico e fiscais requisitantes) evitar assinar documentos emitidos pelas contratadas, relativos a recebimento de serviços, os quais não estejam previstos pela referenciada Instrução.</p>	<p>2014&gt; Em que pese a manifestação do gestor, informando que houve a elaboração de novo modelo de Termo de Recebimento Provisório - TRP e Termo de Recebimento Definitivo - TRD, contendo a assinatura do fiscal técnico no TRP e do gestor e fiscal requisitante no TRD, tal procedimento não restou comprovado por esta Controladoria. Assim, faz-se necessária a verificação futura do cumprimento da recomendação.</p> <p>2015&gt; Em relação à assinatura dos termos, avalia-se que a recomendação foi cumprida. Entretanto, verificou-se que os fiscais do contrato continuam assinando os „termos de aceite” elaborados pela empresa. Desta forma, reforça-se a recomendação para que os fiscais do contrato evitem assinar outros documentos de ateste de serviço que não sejam aqueles previstos em norma - TRP e TRD.</p>	<p>2014 &gt; Elaboração de novo modelo de Termo de Recebimento Provisório - TRP e Termo de Recebimento Definitivo - TRD, contendo a assinatura do fiscal técnico no TRP e do gestor e fiscal requisitante no TRD + Ofício 60/2014.</p>
-------------	------------	------------	--	---	--



[127251](#)

Monitorando	24/06/2014	31/01/2016	Recomenda-se que o SFB institua mecanismos de controle de modo a evitar que o recebimento dos produtos de software entregues e sua posterior verificação de conformidades sejam encaminhados pela área requisitante diretamente à empresa contratada, sem passar pela análise e validação do Gestor do contrato e da área técnica de TI e sem o seu devido registro formal.	2014> Em que pese o gestor declarar a elaboração de modelo de documento de conformidade a ser emitido pelo gestor do contrato, após análise técnica da lista de erros emitida pela área requisitante, após cada entrega, tal procedimento ainda não foi comprovado por esta Controladoria. Diante do exposto, conclui-se pela necessidade de verificação futura do cumprimento da recomendação. 2015> Foi informado, quando da Auditoria Anual de Contas referente ao exercício de 2014, que a Unidade iniciará a elaboração de processo formal gestão e fiscalização de contratos de desenvolvimento de software no SFB, contendo a definição e detalhamento de todas as etapas a serem cumpridas na abertura de demandas, no recebimento dos produtos de software, entre outros itens.	2014> Elaboração de modelo de documento de conformidade a ser emitido pelo gestor do contrato, após análise técnica da lista de erros emitida pela área requisitante, após cada entrega. + Ofício 60/2014.
-------------	------------	------------	---	---	--



[127252](#)

Monitorando	24/06/2014	31/01/2016	Recomenda-se que o SFB passe a registrar, em documentos formais, a apuração dos indicadores de nível de serviço, em especial aqueles relacionados ao cumprimento dos prazos previamente estabelecidos e à entrega de produtos com defeitos.	<p>2014&gt; Em que pese o gestor informar a elaboração de modelo de documento de indicadores de níveis de serviço a ser emitido pelo fiscal técnico e o gestor do contrato, tal procedimento não foi verificado por esta Controladoria, tampouco a regularidade da rotina da utilização de tais modelos elaborados, fato que enseja a necessidade de verificação futura do cumprimento da recomendação.</p> <p>2015&gt; Não se consegue precisar a data em que os serviços foram realmente entregues, prejudicando a verificação do adequado cumprimento do cronograma por parte da empresa e, conseqüentemente, a efetiva atuação do gestor do SFB no sentido de aplicar sanções à contratada por descumprimento de prazos. Não há memória de cálculo contendo a apuração dos Níveis de Serviço associados à qualidade dos produtos entregues e pagos.</p>	<p>2014&gt; Elaboração de modelo de documento de indicadores de níveis de serviço a ser emitido pelo fiscal técnico e o gestor do contrato. + Ofício 60/2014.</p>
-------------	------------	------------	---	---	---



[150880](#)

Monitorando	17/08/2015	13/04/2016	Avaliar o custo-benefício de mudar para a nova Sede do SFB, localizada na Quadra 506, Bloco C - Edifício Athalaia - Asa Norte - Brasília - DF, e em caso de decisão pela ocupação do novo prédio, finalizar o projeto executivo e a reforma do imóvel supracitado, de forma a minimizar a manutenção de gasto predial com imóvel desocupado e ocioso.	Ofício 19103	-
Monitorando	17/08/2015	13/04/2016	Avaliar o custo-benefício de mudar para a nova Sede do SFB, localizada na Quadra 506, Bloco C - Edifício Athalaia - Asa Norte - Brasília - DF, e em caso de decisão pela ocupação do novo prédio, adquirir apólice de seguro contra incêndio para assegurar o imóvel da futura Sede do SFB.	Ofício 19103	-



[150881](#)



[163030](#)

Monitorando	07/06/2016	27/11/2017	Que, após a entrega dos produtos, seja feito um estudo criterioso sobre a viabilidade da implantação do Centro de Silvicultura no local de abrangência do projeto.	2017> Considerando que ainda está em andamento a entrega do produto 3 do contrato da STCP e considerando que o Plano de Negócios para o Centro de Silvicultura ainda será elaborado, mantém-se a recomendação para acompanhamento da conclusão das providências citadas.	03/2017 > O contrato com a STCP encontra-se em execução. Atualmente o produto 3 do contrato, o qual inclui análise de cenários para implantação do Centro encontra-se em revisão pelos fiscais do contrato, o que será objeto de formalização de detalhamento quanto aos aspectos institucionais e de sustentabilidade econômica do mesmo. Além disso, encontra-se previsto no POA 2017 a elaboração de um plano de negócio para o Centro. Entendemos que os relatórios elaborados pela STCP e o plano de negócios são subsídios necessários a tomada de decisão institucional quanto à forma mais adequada de implementação do Centro na região da BR 163. Ressaltamos, por fim, que a implantação do Centro nesta região encontra-se em consonância com as seguintes atribuições institucionais do SFB: 'coordenar a implantação dos centros de desenvolvimento florestal', 'apoiar a criação e gestão de programas de
-------------	------------	------------	--	--	--

---

				<p>treinamento, capacitação, pesquisa e assistência técnica para a implementação de atividades florestais...’, ‘apoiar e fomentar a implantação de plantios florestais e de sistemas agroflorestais em bases sustentáveis’, e ‘apoiar e incentivar a recuperação de vegetação nativa e a recomposição florestal’, dentre outras.”</p> <p>Posteriormente, em resposta ao Relatório Preliminar, o Projeto acrescentou as seguintes informações: “O produto 3 será entregue e pago até final de maio de 2017. Com base deste produto final, será contratado a realização de um Plano de Negócios para o Centro. Espera-se que a contratação para elaboração seja efetivada em agosto deste ano. O produto final da consultoria da STPC, e o Termo de Referência referente a realização do Plano de Negócio do Centro poderá ser encaminhado a Auditoria tão logo os mesmos estejam concluídos. + Resposta SA 01 + Nota Informativa 01/2017</p>
--	--	--	--	---



---

				<p>de cooperação técnica que disponibilizará o uso e aplicação, bem como manterá um repositório único de documentos e relatórios desenvolvidos no âmbito dos projetos do SFB e do Governo do Pará que possuam atividades técnicas em agendas únicas.</p> <p>Nesse bojo estará disponível até 14 de abril de 2017 para uso do Município de Paragominas e demais parceiros do Estado do Pará, a consulta e aplicação dos estudos, após uma oficina de apresentação detalhadas dos trabalhos para nivelamento quanto às expectativas de aplicação dos produtos 1 e 2A, gerados pela consultoria inerente a elaboração de um Modelo de Gestão para a instalação de um centro de silvicultura de espécies nativas. O estudo também subsidiará a construção da agenda de trabalho do SFB no apoio ao estado do Pará, na implementação dos Programas de Regularização Ambiental. Posteriormente, em resposta ao Relatório Preliminar, o</p>
--	--	--	--	--

---

				<p>Projeto acrescentou as seguintes informações: “A reunião ocorrida no dia 03 de março de 2017, foi uma reunião de dirigentes e gestores (Diretor e Gerente Executiva do SFB, Presidente do IDEFLOR-Bio, Secretária Municipal de Meio Ambiente do município de Paragominas/PA, Secretário do Programa Municípios Verdes) e teve natureza de articulação institucional, não tendo sido realizada ata de reuniões ou lista de presença, mas apenas estabelecidos os encaminhamentos que darão origem as atividades integradas a serem realizadas colaborativamente entre o SFB e um conjunto de instituições do Governo do Estado do Pará, tais como a SEMAS/PA, o IDEFLOR-BIO, o PMV, e a SEMMA/Paragominas. Como dos encaminhamentos, temos a remessa dos produtos elaborados pela STPC, como subsídios a implementação de Centro de Difusão de Silvicultura como uma estratégia de implementação</p>
--	--	--	--	--

---

					do Programa Municípios Verdes e do Programa de Recuperação Ambiental no estado do Pará, conforme consta, em anexo, Ofício 75/2017DFI/SFB/MMA, de 26 de abril de 2017.” + Resposta SA 01 + Nota Informativa 01/2017
--	--	--	--	--	--

<input type="checkbox"/> <a href="#">170852</a>	Monitorando	17/05/2017	15/08/2017	Substituir na próxima SOE o valor de R\$ 616,93 e realizar os ajustes no SIAFI referente ao valor de R\$ 2.520,00 lançado em duplicidade.	Ofício 8230 + Relatório de Auditoria.	-
<input type="checkbox"/> <a href="#">170853</a>	Monitorando	17/05/2017	15/08/2017	Que seja abatido na próxima SOE o valor de R\$ 4.619,39, referente a pagamento de passagens a servidores do ICMBio.	Ofício 8230 + Relatório de Auditoria.	-
<input type="checkbox"/> <a href="#">170854</a>	Monitorando	17/05/2017	15/08/2017	Quanto aos pagamentos de diárias e adicional de deslocamento, considerando que em alguns casos ainda poderá haver apresentação da prestação de contas, que o Projeto apresente, no prazo de 90 dias, quais os valores a serem abatidos na próxima SOE.	Ofício 8230 + Relatório de Auditoria.	-

<input type="checkbox"/> <a href="#">170855</a>	Monitorando	17/05/2017	15/08/2017	<p>Quanto aos bilhetes não utilizados, no valor de R\$ 10.159,40, recomenda-se ao Projeto solicitar o crédito ou o reaproveitamento dos bilhetes de viagens pagos e apresentar a esta CGU os respectivos comprovantes.</p>	Ofício 8230 + Relatório de Auditoria.	-
<input type="checkbox"/> <a href="#">170856</a>	Monitorando	17/05/2017	15/08/2017	<p>Que seja aperfeiçoada a rotina de acompanhamento e aprovação das concessões de diárias e passagens, bem como da cobrança das prestações de contas, encaminhando a esta CGU o novo fluxo definido.</p>	Ofício 8230 + Relatório de Auditoria.	-
<input type="checkbox"/> <a href="#">170857</a>	Monitorando	17/05/2017	15/08/2017	<p>Que na próxima SOE, seja abatido o valor de R\$ 390,00, referente ao pagamento de gasto inelegível.</p>	Ofício 8230 + Relatório de Auditoria.	-